



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO - MESP

TICIANE DE SÁ FALCONI DE CARVALHO

**CUSTO DO ENSINO DA GRADUAÇÃO NA UFPB: UMA ANÁLISE
DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS POR DEPARTAMENTO NO
CAMPUS I**

João Pessoa – PB

2017

TICIANE DE SÁ FALCONI DE CARVALHO

**CUSTO DO ENSINO DA GRADUAÇÃO NA UFPB: UMA ANÁLISE DA
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS POR DEPARTAMENTO NO CAMPUS I**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia do Setor Público.

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte
Coorientadora: Prof^a. Dra. Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira

João Pessoa – PB

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C331c Carvalho, Ticiane de Sá Falconi de.
 Custo do ensino da graduação na UFPB: uma análise da
 evolução dos custos por departamento no campus I / Ticiane de
 Sá Falconi de Carvalho. - João Pessoa, 2017.
 144 f. : il.

 Orientadora: Paulo Aguiar do Monte.
 Coorientadora: Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA/ PPGESP

 1. Economia – setor público. 2. Ensino superior – UFPB.
 3. Custos do Ensino. I. Título.

UFPB/BC

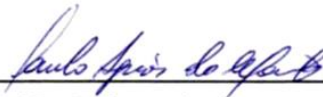
CDU - 336.11(043)

Ticiane de Sá Falconi de Carvalho

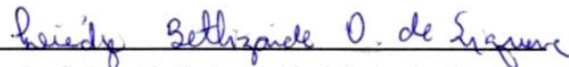
**CUSTO DO ENSINO DA GRADUAÇÃO NA UFPB: UMA ANÁLISE DA
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS POR DEPARTAMENTO NO CAMPUS I**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Economia do
Setor Público da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Economia do
Setor Público.

Trabalho aprovado. João Pessoa, 13 de setembro de 2017:



Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte
Orientador



Profª. Dra. Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira
Examinador Interno



Profª. Dra. Renata Paes de Barros Câmara
Examinador Externo

João Pessoa – PB
2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar mais uma conquista, sendo a força e suporte necessário em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte, pela orientação, constante incentivo, compreensão e paciência ao longo da construção dessa pesquisa. À Prof^a. Dr. Liedje Bettizaide Oliveira de Siqueira, pelas importantes sugestões e disponibilidade, que muito contribuiu para o resultado final.

Aos meus familiares e amigos, em especial aos meus pais, Saulo e Virginia, pelo apoio incondicional em toda minha vida e, principalmente, pela paciência e compreensão nos momentos dos quais nem eu me suportava.

Aos amigos da Divisão de Contabilidade da CCF/PRA, pelo apoio e por compreenderem meus momentos de angústia, ausência e dificuldade e, em especial, aos contadores Ana Lúcia e Rubens, pela paciência em ensinar e repassar os valiosos conhecimentos acerca da contabilidade pública e execução orçamentária da instituição. Aos demais servidores da UFPB, pela disponibilidade e boa vontade em fornecer todo o material necessário para consecução desse trabalho.

À turma do MESP, pelo companheirismo e troca de conhecimento e, em especial, a Cibele, Karenina, Marivete e Wilene, a nossa amizade e grupo de estudos foram primordiais para que pudesse realizar o mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a evolução dos custos do ensino da graduação por departamento do Campus I da Universidade Federal da Paraíba, nos anos de 2013 a 2015. Em razão de sua dimensão orçamentária e relevância no contexto social e econômico do estado, fomentando a educação superior através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, acredita-se que a implantação de uma metodologia de cálculo e gestão de custos na UFPB permitirá uma melhora na administração dos seus recursos, tornando a gestão mais eficiente, econômica e transparente. Nesse contexto, esta dissertação se caracteriza pela metodologia exploratória, bibliográfica e documental, sendo o estudo de caso a forma escolhida devido à carência de estudos sobre custos nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e na UFPB. Esta dissertação se propôs a fazer um levantamento dos custos diretos e indiretos da UFPB através dos relatórios sobre a execução orçamentária e das demais informações sobre a sua estrutura e funcionamento, compondo dessa forma um banco de dados, cuja análise das variáveis que compõem os custos, assim como seu comportamento, foi feita utilizando um instrumental matemático e estatístico, o que justificou a aplicação da metodologia do custeio por absorção para o cálculo dos custos. Os resultados encontrados permitiram: (i) Fazer um levantamento detalhado dos custos do ensino da graduação, por departamento, ao longo do período analisado; (ii) Constatar que o custo médio de um aluno da graduação da UFPB varia bastante conforme o curso. No período de 2013 a 2015, o custo médio foi de R\$20.966,56, sendo o curso de Tecnologia em Gestão Pública, do CCSA, o de menor custo anual por aluno (R\$5.283,00, em 2014), e o curso de Biotecnologia, do CBIOTEC (R\$64.096,00, em 2013), o de maior custo anual. (iii) Através dos modelos econométricos aplicados, concluir que o número de alunos da graduação e o de servidores (tanto docentes quanto técnico-administrativos) são estatisticamente determinantes para se obter o custo do ensino da graduação.

Palavras-chaves: Custos do Ensino; Recursos Públicos; Ensino superior; UFPB.

ABSTRACT

This dissertation it is intended to analyze the evolution of the costs of undergraduate education by department of Campus I at Federal University of Paraíba (UFPB), from 2013 to 2015. Due to its budget dimension and relevance in the social and economic context of the state, encouraging higher education through teaching, research and extension activities, it is believed that the implementation of a calculation methodology and cost management in UFPB will allow an improvement in the administration of its resources, making the management more efficient, economical and transparent. In this context, this dissertation is characterized by the exploratory, bibliographical and documentary methodology, being the case study being the chosen form due to the lack of cost studies in the IFES (Federal Institutions of Higher Education) and in the UFPB. This dissertation proposed to make a survey of the direct and indirect costs of the UFPB through the reports on budget execution and other information about its structure and functioning, forming a database whose analysis of the variables that compose the costs, as well as its behavior, was made using a mathematical and statistical instrumental, which justified the application of the absorption costing methodology for the costs calculation. The results found allowed: (i) To make a detailed survey of the costs of undergraduate education, by department, during the analyzed period; (ii) To verify that the average cost of a UFPB undergraduate student varies greatly according to the course. In the period from 2013 to 2015, the average cost was R\$ 20.966,56, being the CCSA's Public Management Technology course the one with the lowest annual cost per student (R\$ 5.283,00 in 2014) and the Biotechnology course, of CBIOTEC (R\$ 64.096,00 in 2013), the highest annual cost. (iii) Through the applied econometric models, to conclude that the number of undergraduate students and the number of servers (both teachers and technical-administrative) are statistically determinant to obtain the cost of undergraduate education.

Keywords: Teaching Costs; Public Resources; Higher Education; UFPB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura de um sistema de custos.	32
Figura 2 - Determinantes do custeio por absorção.	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Total de vagas autorizadas, alunos matriculados, cursos ofertados e corpo docente e técnico da UFPB, 2013 a 2015.	37
Quadro 2 - Total de departamentos e cursos por centro de ensino.....	39
Quadro 3 - Órgãos que compõem a estrutura organizacional da UFPB.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução Orçamentária (despesas empenhadas) da UFPB. 2013 a 2015	62
Tabela 2 - Custos da graduação dos departamentos do Campus I. 2013 a 2015	63
Tabela 3 - Proporção da execução orçamentária dos elementos de despesa (custos diretos) dos departamentos do Campus I, em relação ao orçamento da UFPB, em percentual. 2013 a 2015.	64
Tabela 4 - Departamentos que possuem os maiores custos do ensino da graduação, individual por aluno. 2013 a 2015	67
Tabela 5 - Departamentos que possuem os menores custos do ensino da graduação, individual por aluno. 2013 a 2015	70
Tabela 6 - Custo total do ensino da graduação por centro de ensino e o custo médio global (individual) do aluno da graduação. 2013 a 2015	72
Tabela 7 - Estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo de determinação dos custos do ensino da graduação na Universidade Federal da Paraíba	75
Tabela 8 - Determinantes do custo do ensino da graduação na Universidade Federal da Paraíba. 2013 a 2015	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Custeio Baseado em Atividades (*Activity Based Costing*)

BC – Biblioteca Central

CBIOTEC – Centro de Biotecnologia

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCF – Coordenação de Contabilidade e Finanças

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCHSA – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas

CCM – Centro de Ciências Médicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes

CE – Centro de Educação

CEAR – Centro de Energias e Alternativas e Renováveis

CF – Constituição Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CI – Centro de Informática

CT – Centro de Tecnologia

CTDR – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

CODEOR – Coordenação de Orçamento

CODECON – Coordenação de Convênios

CODEPLAN – Coordenação de Planejamento

CONSUNI – Conselho Universitário da UFPB

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB

CRAS – Centro de Referência em Atenção à Saúde

COEX – Coordenação de Extensão Cultural

DPB – Departamento de Biotecnologia

DPBCM – Departamento de Biologia Celular e Molecular

DCBIOTEC – Direção do Centro de Biotecnologia

DPE – Departamento de Estatística
DPF – Departamento de Física
DPG – Departamento de Geociências
DPM – Departamento de Matemática
DPQ – Departamento de Química
DPSE – Departamento de Sistemática e Ecologia
DCCEEN – Direção do Centro de Ciências Exatas e da Natureza
DPCS – Departamento de Ciências Sociais
DPMD – Departamento de Mídias Digitais
DPFI – Departamento de Filosofia
DPH – Departamento de História
DPLCV – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
DPLEM – Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas
DPMI – Departamento de Mediações Interculturais
DPPS – Departamento de Psicologia
DPSS – Departamento de Serviço Social
DCCCHLA – Direção do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
DPCJ – Departamento de Ciências Jurídicas
DPDP – Departamento de Direito Privado
DPDPPJ – Departamento de Direito Processual e Prática Jurídica
DPDPB – Departamento de Direito Público
DCCCJ – Direção do Centro de Ciências Jurídicas
DPCR – Departamento de Cirurgia
DPMI – Departamento de Medicina Interna
DPOG – Departamento de Obstetrícia e Ginecologia
DPPG – Departamento de Pediatria e Genética
DPPS – Departamento de Promoção e Saúde
DCCCM – Direção do Centro de Ciências Médicas
DPEF – Departamento de Educação Física
DPENC – Departamento de Enfermagem Clínica
DPCF – Departamento de Ciências Farmacêuticas
DPFS – Departamento de Fisioterapia
DPFN – Departamento de Fonoaudiologia
DPN – Departamento de Nutrição

DPCOS – Departamento de Clínica e Odontologia Social
DPOR – Departamento de Odontologia Restauradora
DPTO – Departamento de Terapia Ocupacional
DPMO – Departamento de Morfologia
DPFP – Departamento de Fisiologia e Patologia
DPESP – Departamento de Enfermagem e Saúde Pública
DPCFR – Departamento de Cultura Física e Reabilitação
DCCCS – Direção do Centro de Ciências da Saúde
DPA – Departamento de Administração
DPCI – Departamento de Ciência da Informação
DPFC – Departamento de Finanças e Contabilidade
DPEC – Departamento de Economia
DPRI – Departamento de Relações Internacionais
DPGP – Departamento de Gestão Pública
DCCCSA – Direção do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
DPAV – Departamento de Artes Visuais
DPCMS – Departamento de Comunicação Social
DPMU – Departamento de Música
DPEM – Departamento de Educação Musical
DPARC – Departamento de Artes Cênicas
DPTH – Departamento de Turismo e Hotelaria
DCCCTA – Direção do Centro de Comunicação, Turismo e Artes
DPCRE – Departamento de Ciências das Religiões
DPPSI – Departamento de Psicopedagogia
DPHPED – Departamento de Habilitação Pedagógica
DPME – Departamento de Metodologia da Educação
DPFE – Departamento de Fundamentação da Educação
DPME – Departamento de Mídias na Educação
DPEDC – Departamento de Educação no Campo
DPEDB – Departamento de Educação Básica
DCCE – Direção do Centro de Educação
DPEER – Departamento de Engenharia de Energias Renováveis
DPEE – Departamento de Engenharia Elétrica
DCCEAR – Direção do Centro de Energias e Alternativas e Renováveis

DPIN – Departamento de Informática

DPSC – Departamento de Sistemas de Computação

DPCC – Departamento de Computação Científica

DCCI – Direção do Centro de Informática

DPAR – Departamento de Arquitetura

DPENCA – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental

DPENA – Departamento de Engenharia de Alimentos

DPEM – Departamento de Engenharia de Materiais

DPEP – Departamento de Engenharia de Produção

DPEMC – Departamento de Engenharia Mecânica

DPEQ – Departamento de Engenharia Química

DCCT – Direção do Centro de Tecnologia

DPHG – Departamento de Hotelaria e Gastronomia

DPTPOA – Departamento de Tecnologia de Produção de Origem Animal

DPTSC – Departamento de Tecnologia Sucroalcooleira

DCCTDR – Direção do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

DIPA – Divisão de Patrimônio da PRA

EDU – Editora Universitária da UFPB

EEDB – Escola de Educação Básica (creche escola)

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ETS – Escola Técnica de Saúde

FLUEX – Fluxo Contínuo de Extensão

HULW – Hospital Universitário Lauro Wanderley

IDEP – Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior

IPEFARM – Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos

LEA – Laboratório de Estudos Ambientais

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LTF – Laboratório de Tecnologia Farmacêutica

MEC – Ministério da Educação

MQO – Método dos Mínimos Quadrados Ordinários

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação

NAC – Núcleo de Artes Contemporâneas

NIETI – Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade

NTU – Núcleo Teatro Universitário

NUPPA – Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos

NUPPO – Núcleo de Pesquisa Popular

NETEB – Núcleo de Estudos e Tecnologia em Engenharia Biomédica

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica

PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão

PSS – Processo Seletivo Seriado

PRA – Pró-Reitoria de Administração

PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil

PRG – Pró-Reitoria de Graduação

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

PU – Prefeitura Universitária da UFPB

REUNI – Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SISU – Sistema de Seleção Unificado

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

STATA – *Data Analysis and Statistical Software for Professionals*

TCU – Tribunal de Contas da União

UEAD – Unidade de Educação à Distância

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UGR – Unidade Gestora Responsável

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivos	21
1.1.1 Geral	21
1.1.2 Específicos.....	21
1.2 Estrutura do Trabalho	21
2 – REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 – Marcos legais e implantação da gestão de custos na administração pública	22
2.2 – Eficiência na administração pública	24
2.3 – Prestação de contas e transparência na administração pública	25
2.3.1 – A prestação de contas na UFPB	27
2.4 – Educação sob a ótica do mercado	29
2.5 – Contabilidade de custos	30
2.5.1 – Sistemas de custos: conceitos	31
2.6 – Métodos de custeio	33
2.6.1 – Custeio por Absorção	33
3 – UNIDADE DE ANÁLISE	36
3.1 – Universidade Federal da Paraíba	36
3.2 – Centros de Ensino.....	38
3.3 – Estrutura organizacional da UFPB	39
4 – METODOLOGIA	41
4.1 – Tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos metodológicos	41
4.2 – Técnicas e Instrumentos	43
4.3 – Coleta dos dados.....	45
4.4 – Seleção e operacionalização das variáveis.....	46
4.5 – Análise Econométrica.....	48
4.6 – Apropriação dos Custos.....	50

4.6.1 – Órgãos da administração superior	50
4.6.2 – Prefeitura Universitária	56
4.6.3 – Órgãos Suplementares	57
4.6.3.1 – Superintendência de Tecnologia da Informação	57
4.6.3.2 – Biblioteca Central	58
4.6.3.3 – Editora Universitária.....	58
4.6.3.4 – Hospital Universitário.....	59
4.6.4 – Centros de Ensino	60
4.6.5 – Custo anual do aluno por departamento	61
5 – RESULTADOS.....	62
5.1 – Custos totais da graduação	62
5.2 – Custos do ensino da graduação por departamento	64
5.3 – Análise descritiva e econométrica	73
6 – CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
APÊNDICES	85

1 – INTRODUÇÃO

A educação é um dos mais importantes instrumentos de transformação e crescimento de um país que, ao permitir a criação e o aperfeiçoamento do conhecimento, proporciona o desenvolvimento do ser humano e, conseqüentemente, de toda a sociedade.

Desenvolver-se economicamente e socialmente é o desejo de todos os países que investem montantes consideráveis de recursos na educação. No Brasil, o poder executivo federal é o principal responsável pelo financiamento do ensino superior, pesquisa e extensão do país através das 63 universidades federais públicas existentes, investindo cerca de 0,8%¹ do seu Produto Interno Bruto (PIB) na educação superior.

A educação é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, que também estabelece em seu art. 23 a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em proporcionar os meios de acesso. Apesar da prioridade que a Carta Magna dá, a demanda da sociedade ainda é maior do que o número de vagas existentes, dado que os recursos para o custeio da educação pública são limitados e, por vezes, escassos. Considerando essa insuficiência em face da demanda, é crescente a necessidade de utilizar tais recursos com eficiência, eficácia e economicidade² para que se possa produzir os resultados esperados pela sociedade.

Gerenciar e utilizar recursos com eficiência sempre foi um desafio na administração pública brasileira, que vem passando por um processo constante de reformas e reestruturações que visam aprimorar a gestão dos recursos. O marco inicial desse processo de reformas foi a criação e implantação, em 1987, do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União (TESOURO NACIONAL, 2016). O SIAFI foi considerado um grande avanço ao unificar, em uma única plataforma, a execução orçamentária, a execução e programação financeira e a contabilização de todos os atos e fatos do governo federal, além de atender

¹ Valor referente ao ano de 2013. Fonte: INEP/MEC.

² Eficiência está relacionada ao custo de produção ou à forma pelo qual os recursos são consumidos, ficando evidente quando se consome menos recursos para produzir uma determinada quantidade de produtos e serviços; Eficácia é a consecução dos resultados de acordo com os objetivos previamente estabelecidos; Economicidade está relacionada a utilização exata da quantidade necessária e suficiente de insumos, evitando o desperdício, estando estreitamente ligada às informações adequadas de custos (SLOMSKI, 2005; SOUZA *et al.*; 2008; MAUSS; SOUZA, 2008).

aos princípios da transparência e publicidade através da publicação de relatórios em seu site.

Como afirma Alonso (1998), não obstante os avanços, o SIAFI tinha por objetivo controlar a execução da despesa. Este sistema não foi concebido para apurar custos dos serviços públicos, motivo pelo qual sua estrutura de dados não informa os produtos e processos de trabalho dos órgãos do governo.

A necessidade de uma melhor execução do orçamento público, juntamente com a responsabilidade de gerar bons resultados, demonstra a importância da implantação de uma gestão de custos no setor público. Para Alonso (1998), por não existir sistema de custos na administração pública, o governo e a sociedade não sabem quanto custam os serviços públicos, não sendo possível medir sua eficiência, ou seja, a relação entre os resultados e os custos de obtê-los.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), autarquia federal que atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, é a maior instituição de ensino superior do Estado da Paraíba, com atuação nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Natureza; Engenharias; Ciências Médicas e da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Artes; Educação; e Tecnologias. A UFPB possui 16 Centros de Ensino que, juntos, oferecem 138 cursos de Graduação e 127 de Pós-graduação³. Assim como as demais IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), também possui uma grande e complexa estrutura física e organizacional, que desenvolve uma diversidade de atividades nas várias áreas do conhecimento, além de oferecer serviços de natureza social, cultural, educativo e hospitalar, dentre outros, para a sociedade.

Segundo dados do Portal da Transparência, a UFPB ocupou a décima posição no ranking orçamentário das universidades federais no ano de 2015. Logo, diante de sua relevância no contexto econômico e social do estado, a necessidade de adoção de metodologias de apuração de custos que possibilitem um autoconhecimento e uma alocação eficiente dos recursos faz-se cada vez mais prioritária, pois, segundo Alonso (1998, p. 5), o “desconhecimento dos custos é o maior indicador de ineficiência no provimento dos serviços públicos”. Wiemer e Ribeiro (2004) ainda ressaltam que a contabilidade de custos poderá ter uma grande utilidade na administração pública no processo de tomada de decisão, principalmente com relação à distribuição ou corte de

³ Relatório de Gestão da UFPB – exercício de 2015.

recursos dentro uma unidade gestora, pois tais decisões estariam fundamentadas em informações mais precisas acerca do desempenho e resultados gerados. Giacomoni (2002, p. 166) reforça que “ao medir insumos e produtos, o sistema de mensuração realiza comparações e cria medidas úteis para a tomada de decisão dentro do processo orçamentário”.

É nesse contexto de limitação de recursos e constante necessidade de melhorar o desempenho dos serviços prestados em sua área de atuação (ensino, pesquisa e extensão), que surge a questão que irá nortear essa pesquisa: **Qual é o custo do ensino da graduação, por departamento, do Campus I da Universidade Federal da Paraíba?**

Para responder essa problemática, foi proposta uma metodologia para o cálculo do custo por aluno da graduação da UFPB tendo como base metodologias previamente utilizadas em análises sobre custos nas universidades federais brasileiras (CAMACHO, 1993; PETER *et al.*, 2003; SILVA; MORGAN; COSTA, 2004; MAGALHÃES *et al.*, 2006; MAGALHÃES *et al.*, 2007; SOARES; MAZON; MELO, 2010), mas com adaptações em relações as diferenças qualitativas e quantitativas peculiares à Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No caso específico dessa dissertação, a originalidade no cálculo do custo da graduação por departamento se deu pela inclusão de todos os custos (diretos e indiretos), inclusive com o total gasto com o pessoal ativo dos órgãos administrativos da instituição. Diferentemente das metodologias de cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Educação (MEC), que consideram apenas as despesas correntes, neste estudo também foi considerado as despesas de capital (equipamentos e material permanente; obras e instalações), procurando, dessa maneira, mensurar quanto do total do orçamento da instituição de fato foi necessário para custear, ainda que indiretamente, o ensino da graduação. Pois, conforme afirma a *National Commission On The Cost of Higher Education* (2004 apud SILVA; MORGAN; COSTA, 2004), a não inclusão do custo dos bens permanentes representa uma barreira para se conhecer os verdadeiros custos com a educação superior.

Dessa forma, o estudo pretende demonstrar, não apenas os resultados do custo da graduação no período de 2013 a 2015, mas estimular e subsidiar futuros estudos dentro da temática de custos e geração de resultados que atendam às exigências legais e os princípios da eficiência e publicidade (transparência) na administração dos recursos públicos, especificamente nos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES).

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Analisar a evolução dos custos do ensino da graduação, por departamento, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba no período de 2013 a 2015.

1.1.2 Específicos

I – Fazer um levantamento bibliográfico dos estudos realizados sobre custos na administração pública que tenham informações e metodologias aplicáveis à UFPB;

II – Coletar dados quantitativos e qualitativos que possibilitem o cálculo dos custos e a construção de um banco de dados;

III - Mensurar o custo do ensino da graduação por departamentos;

IV - Analisar, através de modelos econométricos, os determinantes do custo do ensino da graduação por departamento.

1.2 Estrutura do Trabalho

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em mais cinco seções. A segunda seção refere-se à fundamentação teórica. A terceira seção descreve a unidade de análise (UFPB) e seus departamentos, pró-reitorias e centros de ensino. A quarta seção explica a metodologia adotada no estudo e os dados utilizados. Na seção resultados são demonstrados e discutidos os custos obtidos e as análises descritivas e econométricas.

Por fim, na última seção serão apresentadas as conclusões do trabalho, a qual também conterá as limitações da pesquisa, assim como as sugestões para futuros estudos dentro da temática de custos na UFPB.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Marcos legais e implantação da gestão de custos na administração pública

No Brasil, as universidades e demais instituições federais de ensino superior são pessoas jurídicas de direito público estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, que desempenham as funções do Estado de maneira descentralizada. Por possuírem patrimônio e receitas próprias, são submetidas às normas de Contabilidade Pública definidas na Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que estabelece em seu art. 85:

[...] Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros[...] (BRASIL, 1964).

Em complementação à Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) trouxe importantes avanços acerca da administração financeira e responsabilidade na gestão fiscal, passando a exigir novos padrões de controle e transparência na gestão do patrimônio público, além de tornar obrigatória a manutenção do sistema de custos da administração pública. O art. 50, inciso VI, § 3º diz que a “Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”, ficando evidente a importância dada pela legislação à aplicação de um sistema de custos que permita mensurar e avaliar a utilização dos recursos.

Após a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 1986, e a implantação, no ano seguinte, do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (SIAFI), conforme afirmam Holanda, Lattman-Weltman e Guimarães (2010, p. 44) “o governo federal passou a ter condições de acompanhar de forma centralizada e uniforme a execução orçamentária de todos os órgãos da administração direta e de grande parte da administração indireta”.

Dando continuidade ao processo de modernização e melhoria das finanças públicas, foi instituída em 2001 a Lei nº 10.180, que tem por finalidade organizar e disciplinar os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo

Federal. A referida Lei estabeleceu em seu art. 7º, incisos I, II e III, que os planos e programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, assim como os projetos de lei do plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias, deveriam ter um acompanhamento físico e financeiro “quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos e a coordenação das ações do governo”.

Em seu art. 15, inciso V, reforça ainda, que o sistema de contabilidade federal também tem por finalidade evidenciar “os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal”.

O Tribunal de Contas da União (TCU), em 2004, manifestou-se, através do Acórdão TCU nº. 1.078/2004, sobre a adoção de um sistema de custos, que determinava

providências para que a administração pública federal possa dispor com a maior brevidade possível de sistemas de custos, que permitam, entre outros, a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária e financeira de responsáveis, ante o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000, art. 50, §3o), na LDO para 2003 (Lei no 10.524/2002, art. 21) e na LDO para 2004 (Lei no 10.707/2003, art. 20, §2o) (TCU, 2004).

Tendo em vista a nova política de estado do governo federal, na última década, sobre a necessidade de se implantar um sistema de custos na administração pública, foi criado, em março de 2011, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC), cuja criação fortaleceu a importância de se estudar a gestão dos recursos financeiros, principalmente nas IFES.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou a portaria STN n.º 157, de 09 de Março de 2011, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal (SIC):

Considerando a importância do Sistema de Custos do Governo Federal que tem por objetivo proporcionar conteúdo informacional para subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente de recursos e gerar as condições para a melhoria da qualidade do gasto público, resolve:

Art. 1º Fica criado o Sistema de Custos no âmbito do Governo Federal.

Art. 2º O Sistema de Custos do Governo Federal visa a evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal. (grifo nosso) (STN, 2011).

Machado e Holanda (2010, p. 796) definem o SIC como sendo um “sistema de apoio à gestão, a ser utilizado tanto pelos órgãos executores das políticas públicas quanto pelos órgãos centrais de planejamento e de controle”. Os autores enfatizam que o sistema de custo não será mais um sistema operacional de administração financeira ou que virá a substituir os atuais sistemas contábeis, pois os sistemas de custos não possuirão um caráter transacional, mas sim gerencial, estabelecendo relações voltadas para os objetos de custo a partir das informações provenientes dos outros sistemas auxiliares.

Os marcos legais acima descritos demonstram a crescente preocupação dos gestores com o aperfeiçoamento dos mecanismos de mensuração dos custos e consequente melhoria da utilização e aplicação dos recursos públicos.

Apesar do SIC ter sido criado para atender de forma uniforme todos os órgãos e entidades da estrutura federal, sua implantação vem ocorrendo de modo lento e gradual, tendo em vista que toda uma cultura administrativa, bastante resistente às mudanças, precisa ser modificada, com o rompimento dos seus ciclos viciosos. Conforme observam Holanda, Lattman-Weltman e Guimarães (2010), é necessário fornecer os instrumentos e incentivos que possibilitem a transformação da mentalidade nos processos de gestão, elaboração e execução dos orçamentos públicos, pois a mudança precisa envolver todos os agentes relacionados à administração dos recursos do Estado brasileiro.

2.2 – Eficiência na administração pública

O princípio da eficiência, inserido ao art. 37 da Constituição Federal, através da Emenda Constitucional de nº 19 de 1998, conhecida como Reforma Administrativa, introduziu o modelo gerencial à administração pública brasileira visando à implementação de uma gestão voltada aos resultados, em substituição ao modelo burocrático vigente.

É considerado o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, pois exige resultados positivos e satisfatórios no atendimento das necessidades da comunidade. A atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, pois atuar com

eficiência demanda um constante aperfeiçoamento na qualidade e quantidade dos serviços públicos prestados (MARINELA, 2014; MEIRELLES, 2015).

A inserção desse princípio no rol dos que norteiam a atuação da administração pública reforçou a necessidade de aprender a utilizar, de modo mais eficaz, os recursos públicos postos à disposição, procurando diminuir o tão comum desperdício, ao mesmo tempo que se deve produzir os resultados esperados pela sociedade. Esse princípio ainda impõe ao agente público uma atuação que produza o melhor desempenho possível de suas atribuições, objetivando melhores resultados na consecução dos fins que cabem ao Estado alcançar (DI PIETRO, 2014).

O princípio da eficiência, segundo Moraes (2012, p. 109), contempla as seguintes características:

direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, imparcialidade, neutralidade, transparência, participação e aproximação dos serviços públicos da população, eficácia, desburocratização e busca da qualidade.

A análise da eficiência deve também compreender alguns aspectos, como permitir a comparação do serviço prestado ou do bem adquirido ou vendido em relação ao seu custo; permitir a comparação do rendimento com um padrão previamente estabelecido; e, permitir que se faça recomendações para melhorar os rendimentos obtidos e análises críticas dos resultados alcançados (BARACHO, 2000).

Desse modo, introduzir uma metodologia de apuração dos custos dos serviços que o ente público presta à sociedade é imprescindível para que se possa conhecer e melhorar o uso dos recursos públicos disponíveis, pois esse conhecimento é um dos instrumentos necessários para o alcance da eficiência na administração pública.

2.3 – Prestação de contas e transparência na administração pública

Todo agente que está encarregado de gerir bens e interesses alheios deve prestar contas. Isso é uma decorrência natural da administração pública e um dever inerente a todo administrador público, seja ele um agente político ou simples funcionário, pois o ato de prestar contas não se refere apenas ao uso do dinheiro público, mas também a todos os atos de governo e administrativos (MEIRELLES, 2015).

A Constituição Federal impõe expressamente, em seu art. 70, parágrafo único, que

prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e

valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (BRASIL, 1988).

Em consonância com esse dever de justificar o que foi realizado com os recursos públicos, está cada vez mais fortalecido e institucionalizado no âmbito governamental o conceito de transparência. A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu a necessidade de divulgação das ações governamentais, instituindo os instrumentos que permitirão à sociedade e os órgãos de controle fazer o acompanhamento da gestão pública, no qual os resultados poderão ser conhecidos e avaliados por todos.

Os art. 48 e 49 da LRF especificam quais são os instrumentos⁴ de transparência da gestão fiscal, determinando a ampla divulgação de todos, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, em que:

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. (grifo nosso) (BRASIL, 2000).

Pode-se afirmar, também, que a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, é um complemento ao art. 37 da CF, que estabelece o princípio da publicidade, e à LRF, dado que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos três níveis de governo, objetivando garantir a todos o acesso à informação. A Lei 12.527/2011 determina que estão submetidas a publicidade todas as entidades da administração direta e indireta, no âmbito dos três poderes, à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação.

A Lei 12.527/2011 especifica ainda, no art. 6º, que:

Art. 6 Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (BRASIL, 2011).

⁴ Os instrumentos de transparência da gestão fiscal estabelecidos no art. 48 da LRF são: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (Lei 101/2000).

Conforme explica Silva (2011), a noção de transparência é cada vez mais aplicada nos países que defendem a democracia e o acesso, pela sociedade, às informações sobre a ação dos gestores públicos, incentiva mudanças no comportamento dos que subsidiam o poder público, através do pagamento de tributos, e daqueles que são detentores da informação.

Esse tipo de mudança de atitude no Brasil pode ser percebido em todos os campos (políticos, empresarial, governamental e comunitário), pois o processo de fiscalização e cobrança de informações, tanto pela sociedade quanto pelos órgãos de controle, é crescente e contínuo, tendo em vista que os gestores públicos cada vez mais tem a necessidade de mostrar seu desempenho perante a comunidade (SLOMSKI, 2005).

2.3.1 – A prestação de contas na UFPB

A UFPB, como entidade da administração indireta do Poder Executivo Federal, também deve obedecer aos princípios basilares da administração pública: princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo assim, a universidade também deve prestar contas de todos os recursos utilizados.

O Tribunal de Contas da União, através da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, estabeleceu as “normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União.” Como lhe compete julgar as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, o TCU leva em consideração, dentre outras:

[...] a necessidade de integrar, no exame e julgamento das contas dos gestores, o controle da conformidade e do desempenho da gestão, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública [...]

O relatório de gestão deve ser apresentado anualmente ao Tribunal pelos responsáveis pela instituição, obedecendo a forma, conteúdo e prazo fixados. Cabe a UFPB elaborar e apresentar o relatório anualmente, inclusive disponibilizando-o em seu sítio. Dentre as diversas informações sobre a instituição, como o quantitativo de servidores e alunos, cursos oferecidos, seu ambiente de atuação, planejamento e desempenhos orçamentário e financeiro, relacionamento com a sociedade, dentre outros, o relatório apresenta, em seu capítulo 3, o seu desempenho operacional, com os indicadores institucionais e os indicadores do Custo Corrente/Aluno, que passaram a ser

exigidos pelo tribunal após a Decisão Plenária nº 408/2002, que determina a inclusão de indicadores de desempenho no relatório de gestão das Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2002).

De acordo com essa metodologia de cálculo imposta pelo TCU, o custo corrente/aluno é apurado pela divisão do custo corrente (composto pelos custos de ensino, pesquisa e extensão) pelo número de alunos equivalentes da graduação e pós-graduação.

O cálculo do custo médio do aluno de cada IFES é realizado sem fazer a distinção por curso ou departamento, sendo utilizados apenas os gastos correntes, subtraindo 65% das despesas correntes do hospital universitário, aposentadorias e reformas, pensões, sentenças judiciais, despesa com pessoal cedido e afastamentos, tanto dos docentes quanto dos técnico-administrativos. O denominador correspondente ao quantitativo de alunos da universidade é obtido através do conceito de aluno equivalente (AE), calculado através da seguinte fórmula: $AE = A_gE + A_{pg}TI + A_rTI$, em que A_gE corresponde ao Aluno Equivalente de Graduação; $A_{pg}TI$ ao Número de Alunos Tempo Integral de Pós-graduação e; A_rTI ao Número de Alunos de Residência Médica. (BRASIL, 2011).

Por fim, o custo médio do aluno da instituição é obtido, em que o TCU recomenda também o cálculo com a exclusão da totalidade das despesas dos hospitais universitários, em que o relatório de gestão traz o custo corrente do aluno com e sem as despesas dos hospitais universitários (HU).

No Apêndice K são demonstrados o custo do ensino da graduação por departamento e o custo individual do aluno, assim como o custo do aluno apurado através do conceito de aluno equivalente (AE), constantes nos Relatórios de Gestão da UFPB dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, e calculado de acordo Decisão Plenária n.º 408/2002.

Magalhães *et al.* (2007, p. 5), ressalta que “o TCU não considera que as instituições de ensino apresentam particularidades, dificultando, deste modo, comparações com as demais instituições de ensino superior”.

É dentro desse contexto de mudanças na administração pública, com uma constante diminuição dos recursos públicos frente a necessidade de prestar um melhor serviço, produzindo resultados mais eficientes e satisfatórios, e que atenda a todos os princípios e normas que estabelecem os preceitos para uma boa gestão pública, que será estudado com mais detalhe a proposição de uma nova metodologia de custos para a UFPB.

2.4 – Educação sob a ótica do mercado

A educação é importante mecanismo de promoção do desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo, assim como é o fator propulsor do crescimento econômico e social de um país. O processo de ensino e aprendizagem do cidadão tem influência direta no desenvolvimento de uma sociedade.

Nesse contexto, os governos mais democráticos e preocupados com o futuro costumam intervir na oferta de ensino por ser um instrumento capaz de aumentar a mobilidade social, o que vem a possibilitar uma distribuição de renda mais equitativa, sendo essa a razão dos governos em geral, inclusive o governo brasileiro, a considerarem um dever do Estado (VASCONCELLOS, 2004).

Vasconcellos (2004, p. 403) afirma que, “apesar de a educação não ser um bem público puro⁵ e os retornos privados da educação serem altos, há espaço para a intervenção pública, tanto do ponto de vista da eficiência econômica quanto do ponto de vista distributivo”.

A educação e a saúde são classificadas como bens semi-públicos, que são aqueles cujo consumo é rival (quando uma pessoa usa reduz a possibilidade de outra pessoa usá-lo) e excludente (quando alguém utiliza impede as demais de utilizarem tal bem). Todavia, como explica Alonso (1998), esses bens também apresentam externalidades, ou seja, o benefício privado costuma ser menor que o benefício social, o que também vem a justificar a intervenção dos governos.

As externalidades podem ser compreendidas como falhas do mercado. Mankiw (2014, p. 184) explica que:

Uma externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto. Se o impacto sobre o terceiro é adverso, é denominado externalidade negativa. Se é benéfico, é chamado de externalidade positiva. Quando há externalidade, o interesse da sociedade em um resultado de mercado

⁵ A Teoria dos Bens Públicos classifica os bens econômicos em: a) bens públicos (ou bens públicos puros); b) bens semi-públicos; c) bens privados. O bem privado tem as características de consumo rival e excludente, ou seja, o consumo em maior quantidade de um bem por um consumidor, dada a oferta, implica em menor consumo para os demais consumidores (consumo rival). Por outro lado, só tem acesso ao consumo do bem privado os consumidores que pagarem por ele. O bem público (puro), ao contrário, não apresenta rivalidade no consumo e nem exclusão para quem não paga (espontaneamente) por ele. É o caso da defesa nacional, da segurança pública, justiça pública etc. Para estes bens o usuário atribui utilidades, mas não revela sua preferência, pois decidindo não pagar o usuário não pode ser excluído do consumo do serviço. Os bens semi-públicos, como os serviços de educação e saúde, apresentam consumo rival e excludente, mas apresentam também externalidades. Ou seja, o benefício social é maior que o benefício privado (internalizado pelo consumidor). (ALONSO, 1998, p. 25)

vai além do bem-estar dos compradores e dos vendedores que participam do mercado; passa a incluir também o bem-estar de terceiros que são indiretamente afetados.

Nesse contexto, a educação é considerada uma externalidade positiva porque gera benefícios, pois uma população mais bem informada e instruída permite que as pessoas se tornem eleitores mais bem informados, significando isso um governo melhor para todos. Além disso, permite um aumento no nível de produtividade, promove a diminuição da taxa de criminalidade e encoraja o desenvolvimento dos avanços tecnológicos (MANKIW, 2014).

É dentro desse cenário que o governo subsidia a educação, para promover uma externalidade positiva e diminuir as diferenças promovidas pelas economias de mercado, que “sofrem de imperfeições que levam a doenças tais como a poluição excessiva, o desemprego, e a extremos de riqueza e pobreza” (SAMUELSON, 1999, p. 34).

2.5 – Contabilidade de custos

A contabilidade de custos surgiu da necessidade, principalmente a partir da Revolução Industrial, de se mensurar o valor dos produtos fabricados e dos resultados obtidos nas atividades mercantis. Por não ser possível aplicar os conceitos de contabilidade geral na geração de tais informações, surgiram, assim, as primeiras prévias de uma contabilidade especializada em custos (CARIOCA, 2014).

Diante dessas e outras transformações ocorridas posteriormente nas economias e nos processos de produção de insumos em todo o mundo, as informações contábeis se tornaram imprescindíveis na gestão e planejamento dos negócios.

Leone e Leone (2010, p. 6) conceitua a contabilidade de custos como

o ramo da contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, auxiliando nas funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões.

A contabilidade de custos permite identificar, coletar, classificar e mensurar os diversos dados operacionais das entidades, utilizando-se de informações históricas, estimadas, padronizadas e produzidas. Leone e Leone (2010) ressalta essa possibilidade como uma de suas fortes vantagens, pois pode fornecer informações de custos às mais diferentes necessidades gerenciais.

Segundo Hansen e Mowen (2013), como a gestão de custos relata informações que são úteis aos gestores para determinar quanto algo custa, para planejar, controlar e tomar decisões, possibilita aos seus usuários um melhor direcionamento, já que conhecer seus custos é fundamental para as empresas, órgãos públicos e demais entidades que estão buscando uma melhoria e aperfeiçoamento contínuo em suas atividades.

A determinação dos custos em uma IFES através da contabilidade de custos é uma atividade complexa, pois requer uma adaptação da metodologia adotada no setor privado, já que a avaliação estará relacionada ao desempenho dos serviços públicos, e não à avaliação de estoques, despesas administrativas e rentabilidade. De acordo com Brinkman (2000 apud SILVA; MORGAN; COSTA, 2004, p. 4),

a contabilidade de custos é o procedimento mais complexo porque necessita que os custos sejam alocados. Isto se deve ao fato que muitas unidades das universidades, tanto acadêmicas quanto administrativas e de prestação de serviço, possuem a característica de terem custos conjuntos, isto é, são unidades com multiprodutos, a partir de insumos comuns.

Mauss e Souza (2008) explicam que, por não existir um sistema de custos pronto e que sirva de modelo para toda e qualquer entidade, seja a entidade pública ou privada, qualquer um que deseja implantar um sistema de custos precisa moldá-lo as suas necessidades de informação de acordo com sua complexidade e realidade operacional.

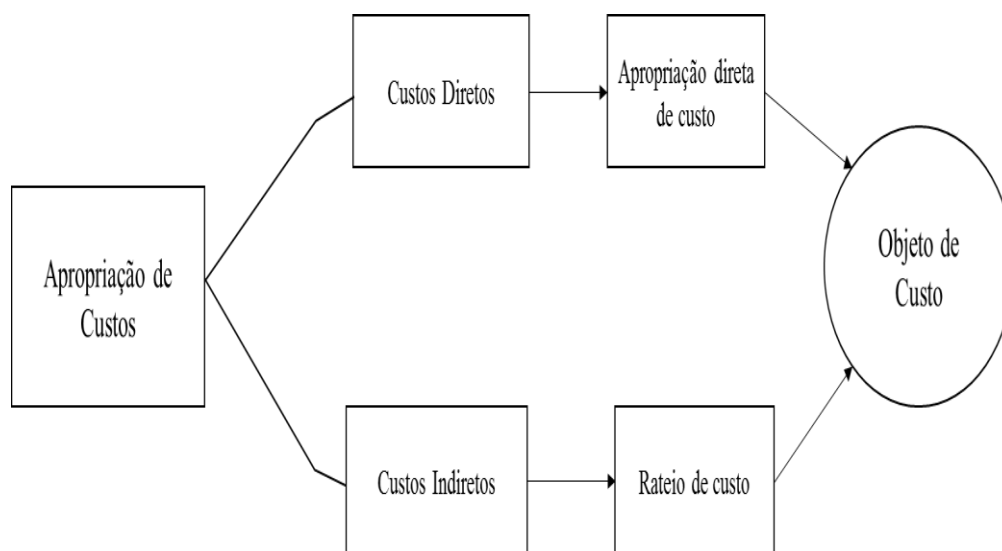
Por permitir mensurar e analisar com mais profundidade toda uma cadeia produtiva de qualquer entidade, a aplicação da contabilidade de custos possibilitará o conhecimento e o controle dos gastos de funcionamento das IFES por um aspecto, até então, ainda não utilizado pelos seus gestores.

2.5.1 – Sistemas de custos: conceitos

A contabilidade de custos nas entidades governamentais necessita de uma adaptação de seus conceitos, visto que tais entidades são sem fins lucrativos e, portanto, não podem cobrar pelos serviços que prestam. Partindo desse pressuposto, conforme explica Mauss e Souza (2008, p.24), essas entidades não vendem serviços, não possuem despesas, mas sim gastos, que são “os dispêndios de um ativo ou criação de um passivo para obtenção de um produto ou serviço”.

Considera-se, desse modo, todos os gastos como custos, pois tanto os custos diretos como os indiretos foram incorridos nos serviços públicos que foram prestados (MAUSS; SOUZA, 2008). Os custos são divididos em: (i) custos diretos, que são todos aqueles que podem ser identificados ao objeto de custo sem qualquer método de atribuição de custos, ou seja, estão relacionados de um modo economicamente viável; (ii) custos indiretos, que embora façam parte da elaboração de um produto ou serviço, não podem ser identificados diretamente, pois necessitam de um método de alocação para serem atribuídos ao objeto de custo, que é o rateio (HORNGREN, FOSTER, DATAR, 2000; SLOMSKI, 2005).

A relação entre esses conceitos pode ser melhor compreendida na Figura 1, a seguir.



Fonte: Horngren, Foster e Datar (2000, p. 67)
 Figura 1- Estrutura de um sistema de custos.

Os custos também podem ser classificados em relação ao seu comportamento diante do que foi produzido. Para Martins (2013, p.33), a classificação em custos fixos ou variável é a mais importante, pois “leva em consideração a relação entre o valor total de um custo e o volume de atividade numa unidade de tempo”. Os custos fixos são aqueles que não levam em consideração as oscilações da produção, mantendo seus valores constantes, como por exemplo, o custo com o aluguel, que não se altera de acordo com o

que foi produzido ou o serviço que foi prestado. Já os custos variáveis têm os seus valores diretamente relacionados com a quantidade do que foi produzido e a execução dos serviços, podendo-se citar a matéria-prima como exemplo (MARTINS, 2013).

O referido autor ainda ressalta que todos os custos podem ser classificados, ao mesmo tempo, tanto em fixos ou variáveis, como em diretos ou indiretos, cujo exemplo clássico é a matéria-prima ser um custo variável e direto; e o seguro, por ser um custo fixo e indireto.

2.6 – Métodos de custeio

Para identificar e atribuir um custo a determinado produto ou serviço que esteja sendo custeado, é necessário adotar uma técnica operacional, que é o método de custeio.

Segundo Slomski (2005), como a contabilidade das entidades públicas é orçamentária, todo o consumo de recursos é registrado como despesa, seja despesa corrente ou despesa de capital. Entretanto, quando a entidade deseja realizar o cálculo do custo, é necessário identificar o consumo dos ativos para que se processe a mensuração dos custos da produção dos produtos ou serviços produzidos pela entidade.

Após a identificação dos ativos consumidos, a entidade deverá escolher o método de custeio que viabilize a operacionalização da informação desejada através do cálculo dos custos. Os principais métodos são os de custeio por absorção, custeio variável ou direto, custeio baseado em atividades (ABC) e o método de custeio padrão.

Neste estudo, o método utilizado foi o custeio por absorção, visto que permite alocar tanto os custos diretos como os indiretos que foram incorridos no período para poder obter, desse modo, o custo do ensino da graduação de cada departamento.

2.6.1 – Custeio por Absorção

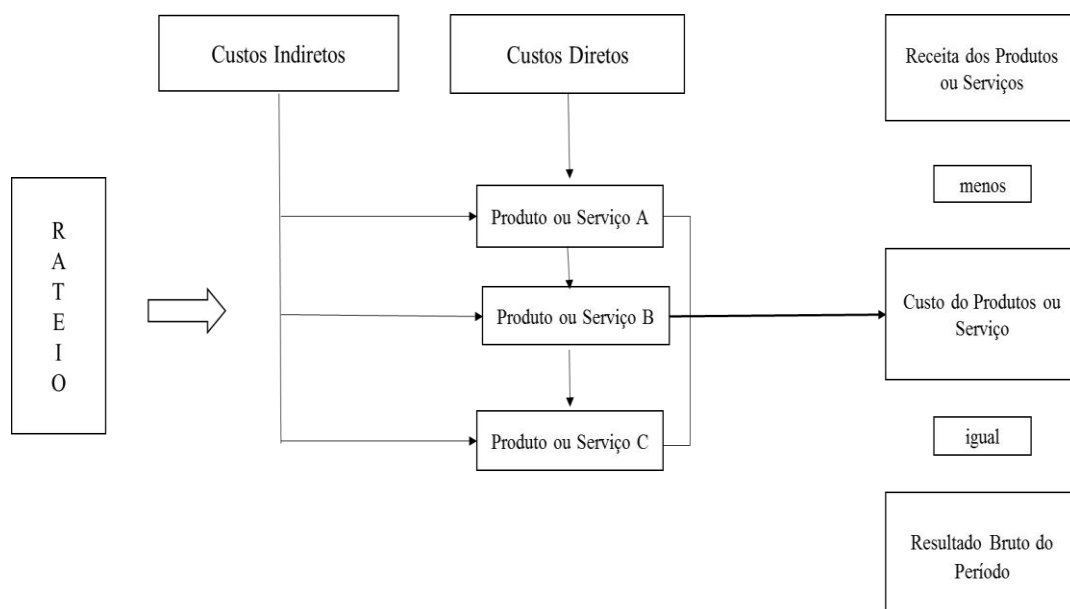
Martins (2003, p. 24) define custeio por absorção da seguinte forma:

[...] é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos [...].

Esse método é proveniente da aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, sendo o adotado pela Contabilidade Financeira, válido tanto para fins de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados como também, na maioria dos países, para Balanço e Lucro Fiscais. O método é obrigatório para fins de avaliação de estoques, sendo também usado obrigatoriamente para o Imposto de Renda.

O método de custeio por absorção costuma ser adotado pelos gestores que desejam alocar todos os custos de produção, diretos e indiretos, aos seus produtos ou serviços, objetivando conhecer o custo total do objeto de custeio (MAUSS; SOUZA, 2008). Por alocar os custos que não podem ser identificados diretamente, esse método faz uso do rateio previamente definido, embora os críticos do método entendam que o rateio é arbitrário e possa gerar uma certa subjetividade ao valor do custo final encontrado (SLOMSKI, 2005).

O custeio por absorção pode ser melhor visualizado por meio da Figura 2, abaixo.



Fonte: Slomski (2005, p. 63)

Figura 2- Determinantes do custeio por absorção.

Apesar da crítica existente ao método (citada acima), o mesmo foi adotado neste estudo devido a sua utilidade nas situações em que é necessário obter o valor global de todos os custos, como é o caso desse estudo na UFPB.

É nesse contexto que

cabe ao gestor decidir se lhe é interessante utilizar as premissas deste método ou não, pois suas técnicas permitem viabilizar uma análise gerencial considerando os custos totais de cada produto, a obtenção dos

respectivos resultados econômicos e a análise da eficiência econômica por produto ou serviço (MAUSS; SOUZA, 2008, p. 45).

Os referidos autores ainda reconhecem no método as vantagens de permitir a apuração do custo de cada departamento ou centro de custo, de agregar todos os custos e ter uma implementação mais simples e menos custosa, pois é menos sofisticado do que os outros métodos, a exemplo do custeio baseado em atividades (ABC), que possui uma abordagem mais avançada na apuração de custos e é mais aplicado nas entidades públicas da administração direta. Segundo Slomski (2005), já é hábito nas entidades da administração direta a definição das atividades, uma vez que seus orçamentos são estruturados em programas, projetos e atividades, diferentemente da UFPB, que é uma autarquia integrante da administração pública indireta.

Dessa forma, o método custeio por absorção foi o que melhor se adequou aos objetivos da pesquisa, às informações disponíveis e à estrutura organizacional da UFPB.

3 – UNIDADE DE ANÁLISE

3.1 – Universidade Federal da Paraíba

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955. Sua federalização foi aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, incorporando-se à sua estrutura as unidades universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, transformando-se, assim, em Universidade Federal da Paraíba.

A partir de sua federalização, houve um crescente desenvolvimento de sua estrutura multicampus, com sete campus implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. Em 2002, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete campus, através da Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002, que criou a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede em Campina Grande. A partir de então, a UFPB ficou composta legalmente pelos campus de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras e, posteriormente, o campus do Litoral Norte do Estado, que abrange os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, sendo esse último criado em 2005, através do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal.

Em 2015, a estrutura da UFPB era a seguinte:

- Campus I, na cidade de João Pessoa, compreendendo os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBIOTEC); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Informática (CI) e Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR);
- Campus II, na cidade de Areia, compreendendo o Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- Campus III, na cidade de Bananeiras, abrangendo o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA); e,

- Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE).

A partir da sua adesão ao novo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), do Governo Federal, a UFPB conseguiu dobrar de tamanho. Em 2005, a Universidade oferecia cerca de 3.700 vagas por ano, e passou a oferecer, em 2012, cerca de 8.020 vagas distribuídas pelo Processo Seletivo Seriado (PSS) e pelo ENEM/SISU. Já em 2015 a UFPB possuía 8.875 vagas autorizadas pelo e-MEC, nas quais 7.480 vagas foram ofertadas pelo SISU⁶.

No quadro abaixo é possível ver a dimensão da instituição, com o total de cursos e vagas oferecidas nos dezesseis centros de ensino da instituição.

Quadro 1- Total de vagas autorizadas, alunos matriculados, cursos ofertados e corpo docente e técnico da UFPB, 2013 a 2015.

Anos	Vagas autorizadas pelo e-MEC	Alunos matriculados*	Cursos de graduação ofertados	Corpo docente**	Técnico-administrativo
2013	8.190	33.042	139	2.311	3.232
2014	8.635	32.521	138	2.409	3.555
2015	8.875	31.011	138	2.561	3.461

Fonte: STI/UFPB.

Notas: *Inclui alunos matriculados na graduação presencial, graduação à distância e pós-graduação (stricto sensu e lato sensu). ** Inclui os docentes efetivos, substitutos e visitantes.

Em 2015, a estrutura acadêmica da universidade era composta de 138 cursos de graduação (127 presenciais e 11 a distância), e 127 cursos de pós-graduação (20 cursos de Especialização, 58 Mestrados Acadêmicos, 11 Mestrados Profissionais e 38 Doutorados). A UFPB possui ainda duas escolas de ensino Médio e Profissionalizante, a Escola Técnica de Saúde (CCS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CCHSA – Campus III).

O Campus I da UFPB possui uma área total de 1.081.614,18m², aproximadamente 100 hectares, nos quais 703.340,00 m², aproximadamente 70 hectares, constitui a área que inclui, além dos blocos levantados, as ruas, estacionamentos e equipamentos esportivos (piscinas, pistas e ginásios), excluindo as áreas de mata e reservas. A área construída (dos blocos levantados) é de 353.756,80m² (aproximadamente 35 hectares).

⁶ Sistema de Seleção Unificada – Sisu - Termo de Adesão da UFPB - 1ª edição de 2015.

3.2 – Centros de Ensino

Os Centros de Ensino são órgãos setoriais de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas (Art. 6º, Regimento Interno UFPB). Os centros são compostos pela Direção de Centro, Departamentos de Curso, Coordenações de Curso e Órgãos de Apoio Administrativos, que são as secretarias de centro, secretarias de departamentos e de cursos. Alguns centros, contudo, possuem laboratórios, auditórios e bibliotecas setoriais.

Apesar dos centros de ensino terem as mesmas atribuições, as estruturas de departamentos e coordenações de curso não são uniformes. Por exemplo, o CCSA possui o departamento e a coordenação de cada curso, enquanto que outros centros não possuem. Para proceder a pesquisa e uniformizar a metodologia de alocação das despesas, todas as despesas concernentes às coordenações e secretarias de curso foram agregadas ao departamento de cada curso. As despesas das bibliotecas setoriais, laboratórios e demais departamentos, que atendem a maioria dos cursos de cada centro, foram agregadas às direções do centro, como no caso do CCJ, CCM e CBIOTEC, os quais ofertam um único curso de graduação, mas possuem vários departamentos.

No Quadro 2 está o quantitativo de departamentos e cursos de graduação dos centros de ensino que compõem o Campus I.

Quadro 2 - Total de departamentos e cursos por centro de ensino

Centros	Departamentos	Outros setores*	Cursos de Graduação
CBIOTEC	2	1	1
CCEN	7	2	6
CCHLA	9	1	14
CCJ	4	1	1
CCM	5	1	1
CCS	13	3	9
CCSA	6	10	8
CCTA	6	1	15
CE	8	2	5
CEAR	2	1	2
CI	3	1	3
CT	7	2	10
CTDR	4	1	3
Total = 13 Centros	76	27	78

Fonte: STI/UFPB. Dados referentes ao ano de 2015.

Notas: *inclui direção de centro e outros setores que compõem a estrutura organizacional dos centros.

3.3 – Estrutura organizacional da UFPB

A estrutura organizacional da UFPB é composta por órgãos da administração superior, órgãos deliberativos, órgãos suplementares e os centros de ensino, em que foi necessário identificar os órgãos e suas respectivas atividades para poder compreender as relações entre todas as unidades administrativas e os treze centros de ensino que constituem o Campus I.

Após analisar sua imensa e complexa estrutura, identificou-se uma base de rateio que melhor se adequasse à estrutura organizacional da Universidade, que pode ser melhor compreendida através do Quadro 3.

Quadro 3- Órgãos que compõem a estrutura organizacional da UFPB.

- | |
|---|
| 1 - Administração Superior |
| 1.1 - Reitoria e unidades à ela vinculadas (Procuradoria Geral e o IDEP-UFPB); |
| 1.2 - Pró-reitorias |
| 1.2.1 - Pró-Reitoria de Administração; |
| 1.2.2 - Pró-Reitoria de Graduação; |
| 1.2.3 - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento; |
| 1.2.4 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa; |
| 1.2.5 - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários; |
| 1.2.6 - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; |
| 1.2.7 - Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil. |
| 1.3 - Prefeitura Universitária. |
| 2 - Órgãos Deliberativos: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Social Consultivo e Conselho Curador. |
| 3 - Órgãos Suplementares |
| 3.1 - Biblioteca Central; |
| 3.2 - Superintendência de Tecnologia da Informação; |
| 3.3 - Editora Universitária; |
| 3.4 - Hospital Universitário; |
| 3.5 - Laboratório de Tecnologia Farmacêutica; |
| 3.6 - Núcleos de Pesquisa e Extensão (NDIHR; NAC; NUDOC; NUPPO; NTU; NIESN). |
| 4 - Centros de Ensino |
| 4.1 – Centro de Biotecnologia (CBIOTEC) |
| 4.2 – Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) |
| 4.3 – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) |
| 4.4 – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) |
| 4.5 – Centro de Educação (CE) |
| 4.6 – Centro de Tecnologia (CT) |
| 4.7 – Centro de Informática (CI) |
| 4.8 – Centro de Ciências da Saúde (CCS) |
| 4.9 – Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) |
| 4.10 – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) |
| 4.11 – Centro de Ciências Médicas (CCM) |
| 4.12 – Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) |
| 4.13 – Centro de Energias e Alternativas e Renováveis (CEAR) |
| 4.14 – Centro de Ciências Agrárias (CCA) – Campus II |
| 4.15 - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) – Campus III |
| 4.16 – Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE) – Campus IV |

Fonte: UFPB.

4 – METODOLOGIA

Nesse item serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos da pesquisa e para realizar a coleta dos dados, a escolha do tipo de abordagem do problema e a análise econométrica dos determinantes da estimação do custo do ensino da graduação por departamento.

4.1 – Tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos metodológicos

Em vistas à necessidade de realizar o estudo, optou-se por adotar os dois critérios propostos por Vergara (2014), que classifica a pesquisa quanto à sua finalidade e os meios de investigação.

Com relação aos fins, a pesquisa realizada foi exploratória e, quanto aos meios, foi bibliográfica, documental e um estudo de caso. Segundo Gil (2006), as pesquisas explanatórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, as quais muitas vezes constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla, pois geralmente esse tipo de pesquisa é adotado quando o tema escolhido é pouco explorado, não possibilitando a formulação de hipóteses precisas, que é o caso desse estudo sobre custos na UFPB.

Gil (2006, p. 43) ainda complementa que, de todos os tipos de pesquisa, as explanatórias “são as que apresentam menor rigidez no planejamento”, e normalmente abrangem a investigação bibliográfica e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Dessa forma, define-se esta pesquisa como bibliográfica, pois o “estudo sistematizado foi desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2014, p. 43). A pesquisa também pode ser classificada como documental na medida em que foi realizada a partir de documentos pertencentes à instituição estudada, que são seus regimentos, estatutos, relatórios de gestão, relatórios contábeis e demais informações constantes em seu sítio eletrônico. Segundo Gil (2006), a pesquisa documental difere da bibliográfica apenas em virtude da natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento

analítico, ou que ainda podem ser reelaborados com os objetivos da pesquisa (GIL, 2006, p. 66).

Também foi adotado como procedimento de pesquisa o estudo de caso, que permite investigar o fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2001). Uma das características do estudo de caso é que o mesmo possibilita o estudo profundo e exaustivo de um objeto, permitindo um conhecimento mais amplo e detalhado, ao contrário de outros tipos de delineamentos de pesquisa. Como Gil (2006) afirma, o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência pelos pesquisadores da área social por atender aos mais específicos objetivos de pesquisa, pois possibilita

[...]b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e

c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos [...] (GIL, 2006, p.73).

Por possuir essas características, e ser circunscrito a uma ou poucas unidades, como um órgão público, pessoa ou empresa (VERGARA, 2014), o estudo de caso foi a forma escolhida devido à carência de estudos sobre custos nas IFES e, especificamente na UFPB, pois pretendeu-se explorar e aprofundar o conhecimento acerca dessa instituição. Entretanto, esse conhecimento pode ser ampliado em pesquisas futuras.

Neste contexto, o presente trabalho se dispôs a fazer uma análise da evolução dos custos do ensino da graduação por departamento, do Campus I da UFPB, no período de 2013 a 2015. Assim como as demais IFES, a UFPB também é um agente fundamental para o desenvolvimento econômico e social, possuindo um orçamento limitado em face às demandas crescentes. Diante dessa problemática, faz-se necessário conhecer qualitativamente e quantitativamente como são gastos seus recursos, para que se possa alocá-los da melhor maneira possível dentro da sua complexa estrutura.

A abordagem quantitativa foi necessária para responder o problema da pesquisa porque utiliza a teoria para desenvolver as hipóteses e as informações (dados coletados) para empregar um instrumental estatístico que possibilitou a estimação dos determinantes do custeio por aluno, com base no custeio por absorção (TERENCE; FILHO, 2006).

A pesquisa adotou a metodologia de cálculo e do custeio por absorção utilizada por Magalhães *et al.* (2007), com as alterações necessárias, visando atender a realidade

das informações obtidas na UFPB. A estrutura peculiar da UFPB possui limitações que impossibilitaram a aplicação de algumas metodologias e fórmulas de apropriação de custos, a exemplo da impossibilidade de alocação as despesas de energia pela área útil de cada departamento.

Como a instituição já faz o cálculo de acordo com a metodologia estabelecida pelo Tribunal de Contas da União (Decisão Plenária nº 408/2002), foi adotada a sistemática do custeio por absorção.

Esse método permitiu a apropriação dos custos por unidades (centros de custos), que são os órgãos acadêmicos e administrativos que fazem parte da estrutura organizacional da universidade. A apropriação dos custos fixos e variáveis dos órgãos administrativos aos órgãos acadêmicos será realizada em conjunto, utilizando também o método da taxa única. Segundo Horngren, Foster e Datar (2000), o método da taxa única de alocação de custo reúne todos os custos em um centro de custo e os aloca aos objetos de custo, utilizando a mesma taxa unitária como único critério de alocação.

O método da taxa única foi utilizado nas despesas que não puderam ser mensuradas com exatidão para cada centro de ensino e departamento. As despesas com os serviços de energia elétrica e água e esgoto utilizaram essa metodologia, em que o consumo geral do campus (a conta dessas despesas são únicas, estando vinculadas à Prefeitura Universitária da UFPB) foi dividido pela área útil do Campus I, encontrando um valor único para cada metro quadrado. Após encontrar esse valor, a taxa única, foi possível alocar essa despesa à cada centro de ensino e unidade administrativa, fazendo o computo através da área construída de cada bloco.

A área utilizada para o rateio do consumo de energia elétrica e água, tendo em vista que não há medidores individuais de consumo nos centros e departamentos, foi a área do Campus I que, excluindo as matas, é de 703.340,00 m² (aproximadamente 70 hectares). Esta área inclui as ruas, estacionamentos e equipamentos esportivos - piscina, pistas de atletismo, quadras, dentre outras áreas comuns.

Por fim, a área utilizada para o rateio da despesa com os serviços de telecomunicações foi o total da área construída dos blocos levantados, que é de 353.756,80m² (aproximadamente 35 hectares).

4.2 – Técnicas e Instrumentos

Para realizar o cálculo do custo do ensino da graduação por departamento, inicialmente, a estrutura da instituição foi dividida em: (i) órgãos administrativos, essenciais ao funcionamento da instituição, mas que não exercem atividade de ensino de graduação e pós-graduação, e; (ii) órgãos acadêmicos, constituindo os próprios centros de ensino, que desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As diferenças estruturais e organizacionais entre os centros de ensino e órgãos administrativos da UFPB também demandaram a adoção de critérios de agrupamento das informações que permitissem uniformizá-los, pois, caso contrário, a metodologia adotada não poderia ser aplicada em todo o Campus I, o que inviabilizaria o cálculo dos custos do ensino da graduação pelos departamentos.

A grade curricular dos cursos, a localização física dos departamentos, a utilização de algumas salas de aulas por vários cursos, a exemplo da Central de Aulas, que são um complexo de oito blocos de salas de aulas no Campus I, a falta de medidores individuais do consumo de energia e água em cada centro, assim como a falta de informações atualizadas em algumas páginas dos departamentos, podem ser listadas como obstáculos à alocação ideal das despesas de cada curso de graduação.

Adotou-se o regime de competência para o câmputo das despesas, pois a contabilidade aplicada ao setor público, no Brasil, adota o regime misto para a sua execução orçamentária: a arrecadação da receita adota o regime de caixa e a execução da despesa, o de competência. Conforme estabelece o art. 35 da Lei 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, independentemente do seu efetivo recolhimento e do seu pagamento.

Foram consideradas as despesas correntes e de capital, identificando os elementos de despesa referentes à material de consumo; diárias — pessoal civil; passagens e despesa com locomoção; auxílio financeiro a estudante e pesquisadores; outros serviços de terceiros — pessoa física e pessoa jurídica; equipamentos e material permanente; obras e instalações; obras em andamento; serviços de energia elétrica, água e esgotos e telecomunicações; e a remuneração bruta do pessoal docente e técnico-administrativo ativo. Os itens referentes às aposentadorias, reformas, sentenças judiciais e pensões foram eliminados do cálculo.

É válido ressaltar que só foram considerados os recursos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional, que constituem a principal fonte de custeio da instituição e a fonte referente à receita própria da instituição. As fontes de recursos

provenientes de convênios com outras instituições públicas e privadas não foram computadas nessa pesquisa.

Como o tratamento dos custos obedecerá à sistemática do custeio por absorção, os centros de ensino, assim como os órgãos da administração superior e suplementares, identificados na estrutura organizacional da UFPB, constituirão os centros de custos desta pesquisa. Assim, os recursos orçamentários diretos serão os relacionados ao custeio de cada unidade, tanto dos órgãos administrativos em si quanto dos acadêmicos, entretanto, os custos identificados nos órgãos administrativos, como estão relacionados direta e indiretamente com o ensino, serão distribuídos entre os departamentos de acordo com critérios que melhor se aplicam à cada caso. Esses custos constituirão, desse modo, os custos indiretos no custo total do ensino da graduação e pós-graduação.

Como o custo do ensino da graduação será apurado após a ocorrência dos eventos, os valores serão baseados em moeda corrente, ou seja, serão adotados os dados históricos. Ademais, serão priorizadas as análises relativas dos custos do ensino, evitando-se as comparações anuais dos custos totais, de forma que a não atualização dos valores monetários não implicará em prejuízos para a análise descritiva.

Essa metodologia pode ser melhor compreendida quando a dividimos em etapas: (i) etapa 1 - distribuição dos custos dos órgãos administrativos para os órgãos acadêmicos. Nessa etapa, os custos identificados em cada órgão administrativo, que estão vinculados direta e indiretamente ao ensino de graduação, foram alocados aos departamentos de cada centro de ensino, com base no critério e metodologia de cálculo que melhor se adequou às características e informações existentes de cada unidade; (ii) etapa 2 - distribuição dos custos entre os departamentos acadêmicos. Nessa etapa foi realizada a alocação dos custos de cada elemento de despesa entre os departamentos, utilizando como base de rateio o total anual de alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação de cada departamento.

4.3 – Coleta dos dados

A base de dados se baseou nos vários documentos da instituição, como os regimentos, estatutos, relatórios de gestão e planos de desenvolvimento institucional, objetivando conhecer toda a estrutura interna e funcionamento da UFPB. Também foram

coletados dados dos mais diversos órgãos e setores da Instituição referente aos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) foi responsável por fornecer os dados referentes ao: (i) número de alunos matriculados nos cursos de graduação por departamento e centros de ensino, assim como o quantitativo de alunos egressos e ingressos na graduação; (ii) quantidade de servidores (docentes e técnico-administrativos), as lotações e despesas com a remuneração bruta, separados por departamentos, centros de ensino e demais órgãos.

A Pró-Reitoria de Pós-graduação (PRGP) forneceu os dados referentes ao quantitativo de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), assim como o quantitativo de alunos que receberam bolsas de iniciação científica (PIBIC, PIVIC, PIBITI e Jovens Talentos). A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) forneceu o quantitativo dos cursos de extensão (FLUEX e PROBEX) ofertados pela instituição no período analisado.

Nos demais órgãos, como a Prefeitura Universitária (PU) e a Coordenação de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Administração (CCF/PRA), foram obtidas as plantas arquitetônicas do Campus I (para o computo da área útil de todas as edificações que compõem os centros e órgãos) e os relatórios da execução orçamentária nos períodos analisados, obtidos através dos relatórios emitidos no SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial.

Informações a respeito da quantidade de bens móveis e equipamentos adquiridos pela instituição no período foram fornecidos pela Divisão de Patrimônio da PRA (DIPA), através de relatórios emitidos pelo Sistema Integrado de Administração, Patrimônio e Contratos (SIPAC).

Por fim, demais quantitativos e informações que se fizeram necessários ao longo da pesquisa foram obtidos no sitio eletrônico da instituição e relatórios de gestão.

4.4 – Seleção e operacionalização das variáveis

Como os centros de ensino da UFPB contemplam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e parcela significativa dos seus custos estão intrinsecamente ligados

a todas essas atividades, não houve uma separação dos custos para cada uma delas, pois são consideradas atividades essenciais à formação do aluno da graduação.

Na construção do banco de dados e das equações para alocação dos custos, as seguintes variáveis foram consideradas:

- Pessoal: composta pelo corpo docente e técnico-administrativo.

- (i) Corpo docente: constituído por todos os professores efetivos, sem distinguir os níveis de titulação (graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado). Coletaram-se informações sobre a lotação e a despesa com a folha bruta dos docentes de cada departamento e órgãos (Reitoria, PRG, PRPG, PRAC, PRAPE, PRA, PROGEP, PROPLAN, PU, STI, BC, EDU).

- (ii) Corpo técnico-administrativo: profissionais que desempenham funções administrativas nas unidades administrativas e de apoio às atividades-fim da instituição. Não se distinguiram os níveis de escolaridade desses servidores, coletando-se informações sobre a lotação e a despesa com a folha bruta dos técnico-administrativos de cada departamento e órgãos.

- Dados acadêmicos: referem-se à quantidade de cursos de graduação, número de alunos matriculados por curso de graduação e total de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) por departamento. Obteve-se também o número de alunos bolsistas de iniciação científica e cursos de extensão realizados por cada centro de ensino.

- Dados financeiros: referem-se aos gastos com as principais despesas para a manutenção da instituição. Os principais elementos de despesas utilizados foram: despesas e encargos com pessoal ativo, diárias e passagens, material de consumo, equipamentos e material permanente, auxílio financeiro a estudantes, auxílio financeiro a pesquisadores, outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), serviços de fornecimento de energia elétrica, água, telecomunicações, obras em andamentos e outros⁷.

- Dados físicos: corresponde a área útil de cada centro de ensino e demais órgãos da instituição, a exemplo da Biblioteca Central, Prefeitura Universitária, Reitoria e outros.

⁷ Despesas de exercícios anteriores, contribuições, obrigações tributárias e contribuições (operações intra-orçamentárias).

Algumas áreas e edificações do Campus I não tinham identificação nem cômputo da sua área física, sendo utilizada a área aproximada do terreno, obtida através de medição feita com a ajuda dos arquitetos da Prefeitura Universitária, a exemplo do Centro de Informática (CI), o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) e o Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos (NUPPA), que estão localizados no bairro de Mangabeira⁸.

- Bens Móveis: equipamentos adquiridos pelos centros de ensino no período da pesquisa. Não foi possível obter o total de equipamentos existentes em cada centro, mas apenas o quantitativo de todos os equipamentos adquiridos no período analisado.

4.5 – Análise Econométrica

Tendo em vista a abordagem quantitativa da pesquisa, faz-se necessário a comprovação e verificação da distribuição das informações obtidas através da apuração do cálculo do custo do ensino da graduação por departamento e, conseqüentemente, do custo por aluno dos cursos de graduação ofertados nos respectivos departamentos.

A análise dos determinantes da estimação dos custos foi feita através de dois modelos econométricos (modelo de regressão linear e modelo com dados em painel), que permitem ajustar o conjunto de dados e minimizar as diferenças entre o valor estimado e observado.

O modelo de regressão linear é utilizado para medir as relações entre as variáveis que determinam o custo do ensino da graduação dos departamentos (por aluno). O modelo baseia-se na hipótese de que a variável dependente Y (custo por aluno) se relaciona linearmente com as variáveis explicativas X (docentes, técnico-administrativos, bens móveis, alunos da graduação e alunos da pós-graduação).

Os dados coletados possuem características e elementos tanto de séries temporais quanto de corte transversal, dado que foram coletados para os anos de 2013, 2014 e 2015. Em virtude das características dos dados, foi utilizado uma análise de corte transversal, através de um modelo Mínimos Quadrados Ordinários, e uma análise longitudinal,

⁸ O campus I da UFPB está localizado no bairro do Castelo Branco. Os Centros de Informática (CI), o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) e o Núcleo de Processamento de Alimentos (NUPPA), estão localizados em um bairro diferente, mas próximo do Campus I.

através de um modelo de regressão com dados em painel, que é um tipo especial de dados combinados (dados de corte transversal e de séries temporais).

Os modelos de dados em painéis são mais adequados para examinar as mudanças nos custos do ensino ao longo dos anos, pois controla os efeitos não observados individualmente. Ao fazer o controle através das variáveis não observáveis na regressão (u_i), tanto pela indisponibilidade dos dados quanto pelo fato de serem variáveis secundárias, não essenciais, o modelo de dados em painel é mais confiável. Neste caso, através do teste de *Hausman*, o modelo escolhido foi o de efeitos aleatórios.

É importante destacar que a estimação foi feita com erros-padrão robustos clusterizados (em nível de Centro da UFPB) visando corrigir os efeitos da heteroscedasticidade, e que, especificamente para a análise em dados em painel os dados foram atualizados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

As variáveis explicativas utilizadas na determinação do custo do ensino da graduação, por departamento, foram: docentes, técnico-administrativos, bens móveis, alunos da graduação e alunos da pós-graduação.

A estimação dos modelos econométricos teve como base a equação (1), que tem o objetivo de estimar os determinantes do custo do ensino da graduação por departamento:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 (X_1)_i + \beta_2 (X_2)_i + \beta_3 (X_3)_i + \dots + \beta_n (X_n)_i + u_i \quad (1)$$

Em que: Y_i é o custo do ensino da graduação por departamento (custo por aluno); X_1 e X_n são os docentes, técnico-administrativos, bens móveis, alunos da graduação e alunos da pós-graduação; β_1 e β_n são os coeficientes da equação; e u_i o termo de erro.

Foram estimadas 3 (três) regressões pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), sendo uma regressão para cada ano da pesquisa (2013, 2014 e 2015). Os dados foram logaritmizados, adequando-se à normalidade da distribuição dos dados. Dado que os coeficientes em um modelo *log-log* descrevem a elasticidade da variável dependente em relação as variáveis independentes, o coeficiente obtido estima as variações percentuais na variável dependente (Y = custo por aluno). O modelo básico, portanto, já com as variáveis inseridas, pode ser assim expresso:

$$\text{Log } Y_i = \beta_0 + \beta_1 \log (\text{docentes})_i + \beta_2 \log (\text{técnico-administrativos})_i + \beta_3 \log (\text{bens móveis})_i + \beta_4 \log (\text{alunos da graduação})_i + \beta_5 \log (\text{alunos da pós-graduação})_i + u_i \quad (2)$$

Além das estimações por MQO em dados *cross-section*, também foi estimado um modelo em dados em painel. O modelo de dados em painel possui a vantagem de examinar melhor a dinâmica das mudanças, reduzindo alguns efeitos que poderiam vir a surgir por conta da omissão de algumas variáveis que mantem relação com as variáveis explanatórias.

Assim, o modelo de dados em painel estimado foi o seguinte:

$$\text{Log } Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 \log (\text{docentes})_{it} + \beta_2 \log (\text{técnico-administrativos})_{it} + \beta_3 \log (\text{bens móveis})_{it} + \beta_4 \log (\text{alunos da graduação})_{it} + \beta_5 \log (\text{alunos da pós-graduação})_{it} + u_{it} \quad (3)$$

De forma similar, é importante citar que a estimação foi feita com erros-padrão robustos clusterizados, em nível de cada Centro da UFPB.

4.6 – Apropriação dos Custos

A apropriação dos custos (diretos e indiretos) foi realizada adotando a metodologia de cálculo utilizada por Magalhães *et al.* (2007), mas fazendo as alterações necessárias de acordo com a estrutura organizacional e as limitações existentes na UFPB.

4.6.1 – Órgãos da administração superior

Os órgãos da administração superior da UFPB são os órgãos que têm jurisdição normativa sobre toda a Universidade. A Reitoria, exercida pelo Reitor, auxiliado pelo Vice-Reitor e Pró-Reitores, é o órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.

Estão inclusas no orçamento da Reitoria as despesas de custeio das seguintes unidades: Assessoria Internacional, Colegiado, Gabinete do Reitor, IDEP – Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba, NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação, Procuradoria Jurídica, TV Universitária, UEAD – Unidade de Educação à Distância, Comissão Permanente de Processo Administrativo, NUPPA – Núcleo de Pesquisa e Processamento (em 2014 e 2015), IPEFARM – Instituto de Pesquisa em

Fármacos e Medicamentos, Comissão Fórum Universitário, Comitê de Inclusão e Acessibilidade e CRAS – Centro de Referência em Atenção à Saúde (STI; UFPB, 2016).

Como a Reitoria e as Pró-Reitorias são órgãos necessários para que a universidade exerça suas atividades, seus custos devem ser considerados na apuração do custo do ensino de graduação. Os custos da Reitoria são considerados custos indiretos à atividade de ensino, os quais foram apropriados às Pró-Reitorias.

Dessa forma, o custo da Reitoria foi distribuído igualmente entre as sete Pró-Reitorias (4), sendo determinado da seguinte forma:

$$CD_{PR} = \frac{CT_R}{N_{PR}} \quad (4)$$

Em que: CD_{PR} é o custo da Reitoria distribuído às Pró-Reitorias; CT_R refere-se ao custo total da Reitoria; e N_{PR} é o número de Pró-Reitorias.

Os custos diretos e indiretos (recebidos da Reitoria) das Pró-Reitorias foram distribuídos entre os departamentos acadêmicos da UFPB, com exceção da Pró-Reitoria de Administração (PRA), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), pelo fato dessas Pró-Reitorias não estarem diretamente relacionadas ao ensino de graduação.

A Pró-Reitoria de Graduação (PRG):

Tem a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal da Paraíba de forma permanentemente articulada com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, com as Pró-Reitorias Acadêmicas, com os Centros, Departamentos e Cursos desta Instituição. Compete-lhe ainda, propor e coordenar as formas de acesso aos cursos de graduação da UFPB e interagir com órgãos governamentais, com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação e com Instituições de Ensino Superior, do país e do exterior, visando o desenvolvimento de políticas e de parcerias que favoreçam a elevação da qualidade de formação superior (UFPB, 2016).

Como a PRG tem sua atuação diretamente relacionada ao ensino da graduação, utilizou-se a quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação como critério. O custo dessa pró-reitoria é descrito abaixo (5).

$$CD_{GR} = CPRG \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRT}} \right) \quad (5)$$

Em que: CD_{GR} é o custo distribuído ao ensino de graduação, por departamento; $CPRG$ é o custo total da Pró-Reitoria de Graduação; NM_{GRD} é o número de alunos matriculados na graduação, por departamento; e NM_{GRT} refere-se ao total de alunos matriculados na graduação da UFPB.

A Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PRGP) é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de pós-graduação, pesquisa e capacitação de docentes mantidas pela Universidade (UFPB, 2016).

Apesar desse trabalho ser sobre os custos da graduação, se faz necessário a apuração dos custos desta Pró-Reitoria e do ensino de pós-graduação, visto que a iniciação científica contribui para a formação do aluno e a qualidade do ensino. Seus custos estão diretamente e indiretamente relacionados ao ensino da graduação, mas foi alocado a cada departamento apenas os custos relacionados às bolsas de iniciação científica existentes em cada curso de graduação.

Utilizou-se como critério para distribuir seus custos o total de alunos bolsistas de iniciação científica, de acordo com a fórmula abaixo (6).

$$CD_{GR} = CPRPG \times \left(\frac{B_{IC}}{B_{IC} + NM_{PGT}} \right) \quad (6)$$

Em que: $CPRPG$ é o custo total Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa; B_{IC} refere-se ao número de bolsistas de iniciação científica, por departamento; e NM_{PGT} é o total de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB.

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) tem a função de coordenar a política de extensão da instituição, promovendo a produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania (UFPB, 2016).

Estão incluídas no orçamento da PRAC as despesas de custeio das seguintes unidades: Coordenação de Extensão Cultural (COEX); Coordenação do Programa de Ação Comunitária; Núcleo de Artes Contemporâneas (NAC); Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade (NIETI); Núcleo Teatro Universitário (NTU); Núcleo Artesanal Rural Feminino; e Núcleo de Pesquisa Popular (NUPPO) (STI; UFPB, 2016).

A apuração do seu custo foi feita com base no número de cursos de extensão promovidos por essa Pró-Reitoria (PROBEX e FLUEX), através das seguintes equações:

$$CD_{GR1} = CPRAC \times \left[\left(\frac{CE_D}{CE_T} \right) \right] \quad (7)$$

$$CD_{GR2} = CPRAC \times \left[\left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRT} + NM_{PGT}} \right) \right] \quad (8)$$

$$\Sigma CD_{GR} CPRAC = CD_{GR1} + CD_{GR2} \quad (9)$$

Em que: $\Sigma CD_{GR} CPRAC$ é o custo total da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários; CE_D refere-se ao número de cursos de extensão promovido por cada departamento; CE_T refere-se ao total de cursos de extensão promovidos pela UFPB; NM_{GRD} é o número de alunos matriculados na graduação, por departamento; NM_{GRT} é o total de alunos matriculados na graduação da UFPB; e NM_{PGT} é o total de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB.

A Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016).

As despesas concernentes à manutenção dos Restaurantes Universitários (nos anos de 2014 e 2015) e Residências Universitárias fazem parte desta pró-reitoria, assim como os auxílios concedidos a estudantes da graduação classificados como vulneráveis socioeconomicamente (auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-alimentação final de semana, auxílio-transporte e auxílio-creche) (UFPB, 2016).

Do mesmo modo como foi alocado os custos da PRG, foram utilizados também o número de alunos matriculados na graduação, em cada curso, conforme abaixo (10):

$$CD_{GR} = CPRAPE \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRT}} \right) \quad (10)$$

Em que: CPRAPE refere-se ao custo total da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante; NM_{GRD} ao número de alunos matriculados na graduação, por departamento; NM_{GRT} ao total de alunos matriculados na graduação da UFPB.

A Pró-Reitoria Administrativa (PRA) é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegadas pelo Reitor nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares (UFPB, 2016).

Por ser um órgão que apresenta relação indireta com o ensino da graduação, e por prestar serviços administrativos e financeiros à toda a Instituição, seus custos foram rateados aos departamentos com base no total de alunos matriculados e número de docentes e de servidores técnico-administrativos de cada departamento, conforme a fórmula abaixo (11):

$$CD_{GR} = CPRA \times \left[\left(\frac{NM_D + D_D + TA_D}{NM_T + D_T + TA_T} \right) \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRD} + NM_{PGD}} \right) \right] \quad (11)$$

Em que: CPRA é o custo total da Pró-Reitoria Administrativa; NM_D refere-se ao número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento; D_D ao número de docentes de cada departamento; TA_D ao número de técnico-administrativos de cada departamento; NM_T ao total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação da UFPB; D_T ao total de docentes da UFPB; TA_T ao total de técnico-administrativos da UFPB; NM_{GRD} ao número de alunos matriculados na graduação, por departamento; e NM_{PGD} ao número de alunos matriculados na pós-graduação, por departamento.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), órgão diretamente subordinado à Reitoria:

É o órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da Universidade, como

também pela coordenação e acompanhamento da implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional e das deliberações dos Conselhos Superiores da UFPB (UFPB, 2016).

Assim como a PRA, por ser um órgão que apresenta relação indireta com o ensino da graduação, e prestar serviços concernentes à gestão de pessoas de toda a Instituição, seus custos foram rateados aos cursos com base no total de alunos matriculados e número de docentes e de servidores técnico-administrativos de cada departamento, conforme a fórmula a seguir (12).

$$CD_{GR} = CPROGEP \times \left[\left(\frac{NM_D + D_D + TA_D}{NM_T + D_T + TA_T} \right) \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRD} + NM_{PGD}} \right) \right] \quad (12)$$

Em que: CPROGEP é o custo total da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; NM_D refere-se ao número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento; D_D ao número de docentes de cada departamento; TA_D ao número de técnico-administrativos de cada departamento; NM_T ao total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação da UFPB; D_T ao total de docentes da UFPB; TA_T ao total de técnico-administrativos da UFPB; NM_{GRD} ao número de alunos matriculados na graduação, por departamento; e NM_{PGD} ao número de alunos matriculados na pós-graduação, por departamento.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) é a instância responsável pelos assuntos referentes à gestão do Planejamento da Instituição (UFPB, 2016). A PROPLAN é composta por três coordenações: Coordenação de Convênios (CODECON), Coordenação de Orçamento (CODEOR) e Coordenação de Planejamento (CODEPLAN) (UFPB, 2016).

Assim como a PRA e a PROGEP, a PROPLAN atua no planejamento de toda instituição, sendo sua atribuição o gerenciamento de todo o orçamento. Seus custos foram rateados aos cursos com base no total de alunos matriculados, número de docentes e de servidores técnico-administrativos de cada departamento, conforme equação abaixo (13).

$$CD_{GR} = CPROPLAN \times \left[\left(\frac{NM_D + D_D + TA_D}{NM_T + D_T + TA_T} \right) \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRD} + NM_{PGD}} \right) \right] \quad (13)$$

Em que: CPROPLAN é o custo total da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento; NM_D refere-se ao número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento; D_D ao número de docentes de cada departamento; TA_D ao número de técnico-administrativos de cada departamento; NM_T ao total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação da UFPB; D_T ao total de docentes da UFPB; TA_T ao total de técnico-administrativos da UFPB; NM_{GRD} ao número de alunos matriculados na graduação, por departamento; e NM_{PGD} ao número de alunos matriculados na pós-graduação, por departamento.

4.6.2 – Prefeitura Universitária

É o órgão responsável pela administração da UFPB, estando diretamente subordinado ao Reitor e com atribuições definidas no Regimento da Reitoria.

A Prefeitura Universitária tem por finalidade:

Colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos "campi" da Universidade;
Elaborar estudos e projetos de prédios e infraestruturas nos "campi" ou fora deles quando for do interesse da Universidade;
Contratar, fiscalizar, executar e controlar obras e serviços de engenharia;
Manter e conservar imóveis, móveis, equipamentos e veículos da Universidade;
Gerenciar transportes;
Controlar ou operar os serviços públicos de água, energia e comunicações telefônicas;
Zelar pela segurança do patrimônio da Universidade e das pessoas, nos seus "campi" (UFPB, 2016).

Como a Prefeitura é o órgão responsável pelo funcionamento, manutenção e preservação da estrutura de todos os campus, seus custos foram rateados aos cursos com base no total de alunos matriculados, número de docentes e de servidores técnico-administrativos de cada departamento, conforme a fórmula a seguir (14).

$$CD_{GR} = CPU \times \left[\left(\frac{NM_D + D_D + TA_D}{NM_T + D_T + TA_T} \right) \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRD} + NM_{PGD}} \right) \right] \quad (14)$$

Em que: CPU é o custo total da Prefeitura Universitária; NM_D refere-se ao número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento; D_D ao número de docentes de cada departamento; TA_D ao número de técnico-administrativos de cada departamento; NM_T ao total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação da UFPB; D_T ao total de docentes da UFPB; TA_T ao total de técnico-administrativos da UFPB; NM_{GRD} ao número de alunos matriculados na graduação, por departamento; e NM_{PGD} ao número de alunos matriculados na pós-graduação, por departamento.

4.6.3 – Órgãos Suplementares

São os órgãos destinados a oferecer apoio didático, científico e tecnológico a mais de um Departamento ou Centro, ou a toda a Universidade. Os órgãos suplementares serão originariamente subordinados à Reitoria e terão regulamento próprio (UFPB, 2016). Esses órgãos prestam serviços e atendem toda a comunidade acadêmica, estando seus custos relacionados diretamente e indiretamente às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.6.3.1 – Superintendência de Tecnologia da Informação

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) é um dos órgãos auxiliares de direção superior da Reitoria. Foi instituída por meio de Resolução nº 40/2013 do CONSUNI, de 16 de dezembro de 2013, em substituição ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). A área de TI institucional tem definido como missão e visão os mesmos objetivos da UFPB. Ou seja, a STI se vê como um dos instrumentos para alcance da missão institucional (UFPB, 2016).

As despesas da STI foram alocadas para todos os departamentos de ensino. Seus custos foram rateados aos cursos com base no total de alunos matriculados, número de docentes e de servidores técnico-administrativos de cada departamento, conforme a Fórmula a seguir (15).

$$CD_{GR} = CSTI \times \left[\left(\frac{NM_D + D_D + TA_D}{NM_T + D_T + TA_T} \right) \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRD} + NM_{PGD}} \right) \right] \quad (15)$$

Em que: CSTI é o custo total da Superintendência de Tecnologia da Informação; NM_D refere-se ao número de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento; D_D ao número de docentes de cada departamento; TA_D ao número de técnico-administrativos de cada departamento; NM_T ao total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação da UFPB; D_T ao total de docentes da UFPB; TA_T ao total de técnico-administrativos da UFPB; NM_{GRD} ao número de alunos matriculados na graduação, por departamento; e NM_{PGD} ao número de alunos matriculados na pós-graduação, por departamento.

4.6.3.2 – Biblioteca Central

A Biblioteca Central (BC) tem por missão dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB. Por ser uma unidade gestora descentralizada, sua execução financeira é feita por um setor contábil próprio (UFPB, 2016).

As despesas da biblioteca foram alocadas para todos os departamentos de ensino. Seus custos foram rateados com base no total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento, conforme a Fórmula (16) abaixo.

$$CD_{GR} = CBC \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRT} + NM_{PGT}} \right) \quad (16)$$

Em que: CBC é o custo total da Biblioteca Central; NM_{GRD} refere-se número de alunos matriculados na graduação, por departamento; NM_{GRT} ao total de alunos matriculados na graduação da UFPB; e NM_{PGT} ao total de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB.

4.6.3.3 – Editora Universitária

A Editora Universitária da UFPB (EDU) é responsável pelo recebimento e encaminhamento para editoração eletrônica, produção impressa ou digital e disponibilização de livros acadêmicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016).

As despesas da editora universitária foram alocadas para todos os departamentos de ensino. Os seus custos foram rateados com base no total de alunos matriculados na graduação e pós-graduação de cada departamento, conforme a Fórmula (17), a seguir.

$$CD_{GR} = CEDU \times \left(\frac{NM_{GRD}}{NM_{GRT} + NM_{PGT}} \right) \quad (17)$$

Em que: CEDU é o custo total da Editora Universitária; NM_{GRD} refere-se número de alunos matriculados na graduação, por departamento; NM_{GRT} ao total de alunos matriculados na graduação da UFPB; e NM_{PGT} ao total de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB.

4.6.3.4 – Hospital Universitário

Fundado em 1980, o Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) é o hospital - escola da UFPB, o qual possui uma estrutura de saúde que é referência para todo o estado da Paraíba. O HULW é campo de estágio curricular obrigatório dos cursos da UFPB, em que a gerência de ensino e pesquisa realiza a mediação entre a instituição e o HULW, acolhendo não só os alunos dos cursos das áreas de saúde, mas de outras áreas também, para que possam desenvolver suas atividades teórico-práticas ou atuarem como estagiários dentro do hospital (UFPB, 2016).

Como o hospital universitário também proporciona atendimento médico hospitalar para o público em geral, optou-se por excluir do cálculo do custo do aluno da graduação as despesas com a sua manutenção e funcionamento, pois não foi possível fazer a separação de quais despesas estariam diretamente relacionadas às atividades de ensino e pesquisa, das médico-hospitalares.

4.6.4 – Centros de Ensino

A UFPB possui 16 centros de ensinos, dentre os quais foram apurados os custos do ensino da graduação dos 13 centros de ensino que compõem o Campus I.

Após ter sido feita a alocação dos custos dos órgãos administrativos para os departamentos de curso, foi necessário alocar os custos das despesas anuais (custos diretos) de cada centro de ensino para cada um de seus departamentos.

Cada centro de ensino é considerado uma UGR (unidade gestora responsável), ou seja, o centro possui uma matriz orçamentária⁹ dentro do orçamento total da instituição. A alocação da parcela dos recursos que lhe cabe é feita com base no total de seus alunos equivalentes.¹⁰

Sendo assim, foi possível obter a dotação orçamentária que cada centro de ensino possuía e os valores executados da despesa (despesa empenhada), nos períodos analisados. Como não foi possível fazer um levantamento de quanto cada departamento realizou de cada elemento de despesa, foi feito um rateio dessas despesas com base no total de alunos da graduação e pós-graduação matriculados, nos dois semestres, em cada centro.

A realização do rateio permitiu encontrar um valor único, por aluno, para cada um dos seguintes elementos de despesa: material de consumo; diárias — pessoal civil; passagens e despesa com locomoção; auxílio financeiro a estudante e pesquisadores; outros serviços de terceiros – pessoa física e pessoa jurídica; equipamentos e material permanente; obras e instalações; obras em andamento; serviços de energia elétrica, água e esgotos e telecomunicações. Após encontrar esse valor único, foi possível alocar proporcionalmente essas despesas para cada um dos departamentos, com base no total de alunos matriculados nos cursos correspondentes.

⁹ Matriz de orçamento de outros custeios e capital (Matriz OCC) é um instrumento de distribuição anual dos recursos para as universidades federais, destinado a outras despesas correntes (excluindo pessoal e benefícios) e de capital (BRASIL, 2010).

¹⁰ É calculado em cada universidade a partir dos indicadores relativos ao número de alunos matriculados e concluintes da graduação e pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (relação aluno professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação baseados em sistemas de informação do Ministério da Educação (MEC, 2013).

A despesa com o pessoal docente e técnico-administrativo ativo não precisou ser rateada dessa forma, pois foi possível obter o total da remuneração bruta dos servidores lotados em cada um dos departamentos e coordenações de curso, e direção de centro, assim como o quantitativo dos servidores lotados (APÊNDICES L, M e N).

4.6.5 – Custo anual do aluno por departamento

O custo anual do aluno de cada departamento foi composto pelas despesas diretamente identificadas em cada centro de ensino e pelo custo apropriado (custos indiretos) dos órgãos administrativos ao ensino de graduação, para cada departamento.

Dessa forma, o custo do ensino da graduação por departamentos, pode ser obtido através da seguinte fórmula (18):

$$CED = C_D + \sum CD_{GR} \quad (18)$$

Em que: CED é custo do ensino da graduação dos departamentos; C_D é o custo diretamente identificado em cada departamento; $\sum CD_{GR}$ é o somatório dos custos distribuídos ao ensino de graduação (custos indiretos), por departamento.

5 – RESULTADOS

Nessa parte do estudo serão apresentados os resultados obtidos no cálculo dos custos do ensino da graduação por departamento e do custo individual dos alunos dos cursos da graduação ofertados em cada departamento, nos quais foram analisados os principais resultados (maiores e menores custos) nos anos de 2013 a 2015, assim como o resultado da análise econométrica das principais variáveis utilizadas no cálculo desse custo.

5.1 – Custos totais da graduação

Para calcular o custo do ensino da graduação foram somados os custos indiretos, provenientes de cada unidade administrativa e alocados proporcionalmente de acordo com o número de alunos matriculados na graduação, aos custos diretos dos departamentos, também correspondentes ao ensino da graduação. Foram gastos com o ensino da graduação, nos treze centros do Campus I (CBIOTEC, CCEN, CCHLA, CCJ, CCM, CCS, CCSA, CCTA, CE, CEAR, CI, CT, CTDR), o equivalente à R\$ 470.828.694,13, o que correspondeu a 63,92% do total das despesas empenhadas do orçamento da UFPB no ano de 2013. No ano de 2014, foram gastos R\$ 486.497.995,58, correspondente a 60,80% do orçamento e, em 2015, R\$ 529.772.357,56, o que correspondeu a 59,55% do orçamento, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1- Execução Orçamentária (despesas empenhadas) da UFPB. 2013 a 2015

Grupo da despesa	2013		2014		2015	
	Despesas empenhadas (R\$)	%	Despesas empenhadas (R\$)	%	Despesas empenhadas (R\$)	%
Pessoal e Encargos Sociais	931.955.867,00	84,92	1.022.716.990,00	86,82	1.119.204.348,00	85,89
Outras Despesas Correntes	129.819.014,00	11,83	131.600.609,00	11,17	157.848.069,00	12,11
Investimentos	35.673.578,00	3,25	23.653.466,00	2,01	26.050.192,00	2,00
Inativos e Pensionistas	(-347.710.671,00)		(-376.618.244,00)		(-412.329.566,00)	
Sentenças Judiciais	(-13.119.984,00)		(-1.132.739,00)		(-1.341.675,00)	
Total Execução UFPB	736.617.804,00	100,00	800.220.082,00	100,00	889.431.368,00	100,00
Execução da Graduação – Campus I	470.828.694,13	63,92	486.497.995,58	60,80	529.772.357,56	59,56
Execução demais Campus (II, III e IV) e Pós-graduação	265.789.109,87	36,08	313.722.086,42	39,20	359.659.010,44	40,44

Fonte: Siafi Gerencial e LOA.

Percebe-se que em todos os anos, em média, cerca de 85% dos recursos utilizados são referentes às despesas com pessoal e encargos sociais, o que evidencia um alto comprometimento do orçamento da instituição com a folha de pessoal (ativos, inativos e pensionistas). As despesas correntes, que são utilizadas com a manutenção, foram de 11,83% (2013), 11,17% (2014) e 12,11% (2015) e os recursos utilizados com novos investimentos, que se referem à aquisição de equipamentos e material permanente, reformas e construções de novas edificações, corresponderam a 3,25% (2013), 2,01% (2014) e 2,00% (2015) - os quais se reduziram ao longo dos anos.

Desse total apurado, no ano de 2013, 73,92% (R\$ 348.024.193,93) referem-se aos custos diretos identificados no período, e o restante, 26,08% (R\$ 122.804.500,20), referem-se à parte alocada proporcionalmente dos custos dos órgãos administrativos (Reitoria, PRG, PRPG, PRAC, PRAPE, PRA, PROGEP, PROPLAN, PU, STI, BC, EDU) ao ensino da graduação em cada departamento. Em 2014, esse total apurado foi de 77,15% (R\$ 375.326.662,66) e 22,85% (R\$ 111.171.332,91) e, no ano de 2015, foram de 73,43% (R\$ 389.027.133,93) e 26,57% (R\$ 140.745.223,63), respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Custos da graduação dos departamentos do Campus I. 2013 a 2015

Composição dos custos	2013		2014		2015	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Custos diretos	348.024.193,93	73,92	375.326.662,66	77,15	389.027.133,93	73,43
Custos indiretos	122.804.500,20	26,08	111.171.332,91	22,85	140.745.223,63	26,57
Custo total Campus I	470.828.694,13	100	486.497.995,58	100	529.772.357,66	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como foram excluídas do orçamento da UFPB as despesas com inativos e pensionistas, e sentenças judiciais, o montante da execução orçamentária (despesas empenhadas) utilizado para o cálculo do custo, nos períodos analisados, foi de R\$ 736.617.804,00, R\$ 800.220.082,00 e R\$ 889.431.368,00, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 1.

Dentre os elementos de despesa computados no custo total da graduação, os gastos com a folha de pessoal (docente e técnico administrativo) são os mais significativos na composição do custo da graduação, pois esses gastos representaram 44,02 %, 44,96% e 41,73 %, em 2013, 2014 e 2015, respectivamente, do custo total do ensino da graduação

dos departamentos do Campus I (APÊNDICES L, M e N). Nesses períodos, ao longo dos três anos, houve uma gradativa redução no quantitativo de servidores, principalmente de técnico-administrativos, em virtude do aumento no quantitativo de aposentados e pensionistas, podendo a redução desses gastos ser observada na Tabela 3.

Tabela 3 - Proporção da execução orçamentária dos elementos de despesa (custos diretos) dos departamentos do Campus I, em relação ao orçamento da UFPB, em percentual. 2013 a 2015

Elementos de despesa	2013	2014	2015
Pessoal – Técnico-administrativos	12,54	11,80	10,08
Pessoal - Docentes	31,48	33,16	31,65
Diárias	0,06	0,06	0,06
Passagens	0,07	0,08	0,07
Material de consumo	0,17	0,18	0,15
Equipamentos e Mat. Perm.	1,20	0,70	0,58
Serviço de terceiro - PF	0,05	0,01	0,01
Serviço de terceiro - PJ	0,31	0,24	0,48
Auxílio financeiro - estudantes	0,33	0,14	0,16
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,02	0,02
Obras e instalações	0,00	0,04	0,21
Obras em andamento	0,74	0,20	0,00
Energia	0,21	0,19	0,22
Água e esgotos	0,05	0,04	0,04
Telecomunicações	0,02	0,02	0,01
Outros	0,01	0,00	0,00
% em relação à execução orçamentária da UFPB	47,25 %	46,90 %	43,74 %
Custos diretos da graduação Campus I (a)	348.024.193,93	375.326.662,66	389.027.133,93
Total execução orçamentária da UFPB (b)	736.617.804,00	800.220.082,00	889.431.368,00
Razão (a)/(b)	47,25 %	46,90 %	43,74 %

Fonte: Dados da Pesquisa.

5.2 – Custos do ensino da graduação por departamento

A UFPB possuía no Campus I, no ano de 2015, cento e três departamentos, incluindo nesse montante as direções de centros, secretarias, departamentos e coordenações de cursos, e bibliotecas setoriais, dentre outros. Para que fosse possível realizar o rateio e alocação das despesas aos departamentos, alguns setores foram agrupados às direções de centro, assim como os departamentos que são correlacionados ao mesmo curso de graduação, a exemplo do CCJ, CCM e CBIOTEC, visto que um único curso de graduação é ofertado, que são os cursos de direito, medicina e biotecnologia, respectivamente.

Os departamentos que não ofertam um curso de graduação específico, mas que oferecem disciplinas para os cursos de graduação de outros departamentos, assim como de pós-graduação, e inclusive de outros centros, tiveram suas despesas agregadas as das direções de centros. Essas despesas foram, desse modo, rateadas de acordo com o total de alunos da graduação e pós-graduação de todo o centro e adicionadas ao custo dos departamentos de acordo com o quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação ofertados.

Desse modo, foram calculados nessa pesquisa os custos do ensino da graduação dos sessenta e seis departamentos do Campus I. Os resultados dos custos de todos os departamentos estão nos apêndices I e J. A tabela 4 demonstra os departamentos que possuem os maiores custos do ensino da graduação, assim como o custo individual do aluno dos cursos ofertados em cada departamento.

Em 2013, o departamento que possuía o maior custo do ensino da graduação era o Departamento de Biotecnologia (DCBIO), que oferta o curso de Bacharelado em Biotecnologia, um curso que foi criado em 2011 e que teve início no ano seguinte, em 2012. Como o quantitativo de alunos foi aumentando nos anos seguintes, seus custos foram maiores nos primeiros anos do curso, pois os custos de implantação, com aquisição de equipamentos, foram diminuindo ao final de 2015, como pode ser visto nos apêndices L, M e N. Na tabela 4 é possível ver os departamentos que possuíam os maiores custos nos anos de 2013 a 2015.

O segundo departamento que possui um alto custo de manutenção é o Departamento de Clínica e Odontologia Social (DPCOS), que aqui inclui também os custos do Departamento de Odontologia Restauradora, pois ambos ofertam a maioria das disciplinas do curso de graduação em Odontologia que, apesar de possuírem um grande número de alunos matriculados, possuem um alto custo de manutenção em virtude dos laboratórios e da necessidade de utilizar materiais específicos, assim como por possuírem um elevado número de funcionários, cuja folha de pessoal, tanto de docentes quanto de técnico-administrativos, aumentou ao longo desses três anos.

Os demais departamentos que possuem um custo maior do ensino da graduação são os que ofertam os demais cursos da área da saúde (DPCF, DPFS e DPENC) e o Departamento de Engenharia de Energias Renováveis (DPEER), que oferta o curso de Engenharia de Energias Renováveis. O Departamento de Química (DPQ) também está

entre os que possuem um alto custo, ocupando a sexta posição nos anos de 2013 e 2014, e a oitava posição em 2015. Como possuem um grande número de funcionários, assim como fazem uso de laboratórios e materiais de consumo específicos, com aulas mais práticas para realização das respectivas atividades acadêmicas, todos esses departamentos constituem os dez maiores custos do ensino da graduação do Campus I da UFPB, nos anos de 2013 a 2015.

Um departamento que nesses três anos esteve entre os que possuem os maiores custos foi o Departamento de Música (DPMU), que oferta os cursos de Bacharelado em Música e os Cursos Superiores Sequenciais em Música, de Música Popular e Regência de Bandas e Fanfarras. Os custos do DPMU foram aumentando, como pode ser visto na tabela 4, principalmente, em decorrência do aumento do número de docentes, o que fez elevar a despesa com pessoal. O montante da despesa com pessoal passou de R\$ 3.985.170,38 em 2013 para R\$ 5.987.647,99 em 2015. Em compensação, teve um leve declínio no número de alunos matriculados, que totalizava 233 alunos em 2013, 243 em 2014 e 237 em 2015 (APÊNDICES C e D).

Uma observação deve ser feita com relação aos departamentos que oferecem mais de um curso de graduação é que o valor do custo por aluno será o mesmo para os diferentes cursos ofertados pelo departamento, já que para o departamento que possui apenas um curso de graduação, o custo individual por aluno é o mesmo do curso de graduação ofertado. Nos apêndices C e I estão todos os cursos ofertados pelos departamentos e os custos dos alunos.

Como em 2013 o CTDR recebeu o Curso de Gastronomia proveniente do Campus IV (Mamanguape/Rio Tinto), o Departamento de Hotelaria e Gastronomia (DPHG) aparece em 2014 e 2015 como um dos que possui um alto custo com o ensino da graduação. O DPHG não teve um custo alto em 2013 em virtude das despesas com pessoal ainda não estarem associadas ao CTDR, mas ao CCAE (Campus IV). Como em 2014 o curso foi de fato transferido para o Campus I, as despesas com pessoal foram alocadas corretamente, sendo essa despesa a mais significativa no custo do departamento, em detrimento ao número de alunos matriculados no curso de graduação (Gastronomia), que foram de 23, 47 e 66 alunos nesses três anos, respectivamente.

Em decorrência da transferência do curso de Bacharelado em Gastronomia do Campus IV para o I, em 2013, o DPHG apresentou um dos menores custos do ensino da graduação (um custo mensal de R\$971,38 por aluno), conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 4 - Departamentos que possuem os maiores custos do ensino da graduação, individual por aluno. 2013 a 2015

2013					
Posição	Centro	Depto	Cursos de graduação ofertados	Custo anual (R\$)	Custo mensal (R\$)
1º	CBIOTEC	DCBIO	Biotechnology	64.095,92	5.341,33
2º	CCS	DPCOS	Odontologia	45.528,61	3.794,05
3º	CEAR	DPEER	Eng. de Energias Renováveis	39.876,81	3.323,07
4º	CCEN	DPE	Estatística	33.302,09	2.775,17
5º	CCS	DPCF	Farmácia	32.345,03	2.695,42
6º	CCEN	DPQ	Química	31.587,14	2.632,26
7º	CCS	DPFS	Fisioterapia	28.798,16	2.399,85
8º	CCTA	DPMU	Música(bach);Popular;Reg. Bandas	27.757,04	2.313,09
9º	CCS	DPENC	Enfermagem	27.425,42	2.285,45
10º	CCEN	DPSE	Ciências Biológicas	24.361,30	2.030,11
2014					
Posição	Centro	Depto	Cursos de graduação ofertados	Custo anual (R\$)	Custo mensal (R\$)
1º	CCS	DPCOS	Odontologia	49.498,27	4.124,86
2º	CCEN	DPE	Estatística	39.079,15	3.256,60
3º	CBIOTEC	DCBIO	Biotechnology	36.741,46	3.061,79
4º	CCS	DPCF	Farmácia	36.666,70	3.055,56
5º	CTDR	DPHG	Gastronomia	36.125,95	3.010,50
6º	CCEN	DPQ	Química	35.194,46	2.932,87
7º	CCTA	DPMU	Música(bach);Popular;Reg. Bandas	33.856,46	2.821,37
8º	CCS	DPENC	Enfermagem	31.064,98	2.588,75
9º	CCS	DPFS	Fisioterapia	30.586,19	2.548,85
10º	CEAR	DPEER	Eng. de Energias Renováveis	28.399,19	2.366,60
2015					
Posição	Centro	Depto	Cursos de graduação ofertados	Custo anual (R\$)	Custo mensal (R\$)
1º	CCS	DPCOS	Odontologia	58.863,50	4.905,29
2º	CCEN	DPE	Estatística	56.415,98	4.701,33
3º	CCS	DPCF	Farmácia	44.023,37	3.668,61
4º	CCTA	DPMU	Música(bach);Popular;Reg. Bandas	37.649,26	3.137,44
5º	CTDR	DPHG	Gastronomia	37.208,30	3.100,69
6º	CCS	DPFS	Fisioterapia	35.440,13	2.953,34
7º	CCS	DPENC	Enfermagem	35.322,23	2.943,52
8º	CCEN	DPQ	Química	33.401,62	2.783,47
9º	CCEN	DPF	Física	32.879,05	2.739,92
10º	CBIOTEC	DCBIO	Biotechnology	32.158,89	2.679,91

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se, nos três períodos analisados, que os departamentos que possuem os maiores custos do ensino da graduação são os que ofertam cursos na área de saúde (Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia), exatas e tecnologia (Biotecnologia, Química, Engenharia de Energias Renováveis, Ciências Biológicas, Física). Ademais, todos estes departamentos fazem usos de laboratórios, equipamentos e materiais específicos em suas atividades acadêmicas, elevando desse modo os seus custos.

Uma ressalva deve ser feita com relação ao curso de Medicina. Embora o referido curso também faça uso de laboratórios, salas de aulas específicas, insumos de custo elevado, é importante citar que o curso de Medicina foi desmembrado do CCS em agosto de 2007, passando a fazer parte de um novo centro, o Centro de Ciências de Médicas (CCM), o que veio a dar independência financeira e administrativa ao único curso ofertado por esse centro – no caso, Medicina.

Outro ponto de destaque é que, apesar do desmembramento, os alunos do curso de Medicina continuam cursando disciplinas que são ofertadas pelos departamentos do CCS (a exemplo dos departamentos de Morfologia, Fisiologia e Patologia), já que o CCM possui apenas 5 departamentos (DPCR, DPMI, DPOG, DPPG, DPPS). Em virtude disso, os custos do curso ficaram menores, pois não foi possível mensurar quantos alunos do curso de Medicina estão matriculados nas disciplinas ofertadas pelos departamentos do CCS, inviabilizando uma alocação mais real desses custos para o curso. Desse modo, embora o curso de Medicina tenha um alto custo, o mesmo não está entre os dez maiores do Campus I.

Na tabela 5 encontram-se os departamentos que possuem os menores custos do ensino da graduação, assim como o custo individual do aluno dos cursos ofertados em cada um desses departamentos.

Dentre os dez departamentos que possuem os menores custos do ensino da graduação, seis são do CCSA. Todos os departamentos desse centro (DPA, DPCI, DPFC, DPEC, DPRI e DPGP) possuem os menores custos, com uma pequena alteração na posição desses departamentos ao longo desses períodos em virtude de pequenas alterações no quantitativo de alunos matriculados e nos aumentos e/ou decréscimos nos gastos com pessoal, conforme está demonstrado na tabela 5 e nos apêndices C, L, M e N.

Outro departamento que também possui um dos menores custos do ensino da graduação do Campus I, ocupando a oitava, sétima e sexta posição em 2013, 2014 e 2015,

respectivamente, é o Departamento de Serviço Social (DPSS). Assim como todos os departamentos do CCSA (DPA, DPCI, DPFC, DPEC, DPRI e DPGP), o DPSS possui um alto número de alunos matriculados e, em contrapartida, o curso ofertado (Serviço Social) não faz uso de laboratórios e materiais de consumo específicos, pois a maioria das aulas ministradas são teóricas, o que acaba reduzindo o custo do ensino, já que as principais despesas são com o capital humano (corpo docente e técnico-administrativos).

O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DPLCV) esteve dentre os dez menores custos apenas em 2015, ocupando a nona posição, por conta da redução de seus gastos com pessoal, tanto dos docentes quanto dos técnico-administrativos. Esse decréscimo pode ser visto nos apêndices L, M e N, que demonstram os gastos anuais com pessoal.

O Departamento de Mediações Interculturais (DPMI) ocupou a segunda posição em 2013 e 2014 em virtude das despesas com corpo docente ainda estarem vinculadas ao Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas. O curso de Direito, único curso de graduação ofertado pelo CCJ, ocupou a oitava posição em 2014 e a quinta em 2015, em que seus custos diminuíram em consequência do aumento no número de alunos matriculados, que passou de 1856 em 2013 para 1923 em 2015.

O Departamento de Turismo e Hotelaria (DPTH) também está dentre os departamentos que possuem os menores custos, ocupando a décima posição em 2013 e a oitava em 2015. A mudança de posição, e o fato de não estar incluso dentre os dez menores no ano de 2014, se explica em função do aumento da despesa com pessoal docente nesse ano (R\$ 2.272.799,90), em detrimento de uma diminuição nos anos de 2013 (R\$ 1.737.808,77) e 2015 (R\$ 2.093.739,11). As variações nas despesas desses departamentos podem ser vistas nos apêndices L, M e N, que demonstram os gastos anuais com pessoal.

Os departamentos que apresentaram um baixo custo constituem os dez menores custos em virtude, principalmente, das oscilações no número de alunos matriculados e no quantitativo de servidores, o qual acarreta um aumento ou decréscimo nos gastos com pessoal, conforme podem ser vistos na tabela 5.

Tabela 5 - Departamentos que possuem os menores custos do ensino da graduação, individual por aluno. 2013 a 2015

2013					
Posição	Centro	Depto	Cursos de graduação ofertados	Custo anual (R\$)	Custo mensal (R\$)
1º	CCSA	DPGP	Tecnologia em Gestão Pública	5.645,35	470,45
2º	CCHLA	DPMI	Letras Est. A. às Neg. Inter.; Tradução	6.180,03	515,00
3º	CCSA	DPA	Administração	9.349,70	779,14
4º	CCSA	DPFC	Ciências Atuariais; Ciências Contábeis	9.999,07	833,26
5º	CCSA	DPCI	Arquivologia; Biblioteconomia	10.861,64	905,14
6º	CCSA	DPEC	Ciências Econômicas	11.075,92	922,99
7º	CCSA	DPRI	Relações Internacionais	11.491,65	957,64
8º	CCHLA	DPSS	Serviço Social	11.565,60	963,80
9º	CTDR	DPHG	Gastronomia	11.656,60	971,38
10º	CCTA	DPTH	Hotelaria; Turismo	11.760,05	980,00
2014					
Posição	Centro	Depto	Cursos de graduação ofertados	Custo anual (R\$)	Custo mensal (R\$)
1º	CCSA	DPGP	Tecnologia em Gestão Pública	5.282,70	440,22
2º	CCHLA	DPMI	Letras Est. A. às Neg. Inter.; Tradução	5.836,44	486,37
3º	CCSA	DPFC	Ciências Atuariais; Ciências Contábeis.	9.511,81	792,65
4º	CCSA	DPA	Administração	9.631,18	802,60
5º	CCSA	DPCI	Arquivologia; Biblioteconomia	10.821,59	901,80
6º	CCSA	DPEC	Ciências Econômicas	11.169,76	930,81
7º	CCHLA	DPSS	Serviço Social	11.764,30	980,36
8º	CCJ	DCCCJ	Direito	12.084,33	1.007,03
9º	CCSA	DPRI	Relações Internacionais	12.153,98	1.012,83
10º	CCTA	DPCMS	Com.;Jorn.;Radialismo; R. Públicas	12.600,14	1.050,01
2015					
Posição	Centro	Depto	Cursos de graduação ofertados	Custo anual (R\$)	Custo mensal (R\$)
1º	CCSA	DPGP	Tecnologia em Gestão Pública	7.387,96	615,66
2º	CCSA	DPFC	Ciências Atuariais; Ciências Contábeis	11.469,92	955,83
3º	CCSA	DPA	Administração	11.733,16	977,76
4º	CCSA	DPCI	Arquivologia; Biblioteconomia	12.737,88	1.061,49
5º	CCJ	DCCCJ	Direito	13.838,78	1.153,23
6º	CCHLA	DPSS	Serviço Social	13.945,39	1.162,12
7º	CCSA	DPEC	Ciências Econômicas	13.977,46	1.164,79
8º	CCTA	DPTH	Hotelaria; Turismo	14.558,40	1.213,20
9º	CCHLA	DPLCV	Letras; Letras (Línguas Clássicas)	14.625,07	1.218,76
10º	CCSA	DPRI	Relações Internacionais	15.158,58	1.263,22

Fonte: Dados da pesquisa.

Os custos de todos os departamentos do Campus I da UFPB, nesses três períodos, podem ser visualizados nos apêndices J e K.

Por fim, a Tabela 6 apresenta o custo total com o ensino da graduação dos treze centros de ensino do Campus I e o custo médio anual do aluno de cada centro, para que se possa perceber a evolução dos custos desses centros ao longo dos períodos analisados.

Como os cursos ofertados por cada um desses centros possuem características semelhantes entre si, principalmente, com relação ao uso de materiais de consumo específicos, aulas mais teóricas e/ou práticas, mesma infraestrutura, e por fazerem parte da mesma área geral de conhecimento (exatas, humanas e sociais, saúde), o custo médio por aluno possibilita enxergar melhor o custo do aluno pela área de conhecimento correspondente na instituição.

Os centros de ensino cujo custo médio global do aluno da graduação aumentou ao longo do período foram o CCEN, CCHLA, CCJ, CCS, CCSA, CCTA, CE, CI, CT e CTDR. Os únicos centros cujos custos médios globais diminuíram ao longo desses anos foram o CBIOTEC, o CCM e o CEAR, pois como pode ser visto no apêndice C, em todos esses centros o número de alunos matriculados nos cursos de graduação aumentou, sendo a relação custos e número de alunos uma relação inversamente proporcional, pois o aumento no número de alunos provoca uma diminuição no custo por aluno.

Tabela 6 - Custo total do ensino da graduação por centro de ensino e o custo médio global (individual) do aluno da graduação. 2013 a 2015

Custos da graduação Campus I		2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
CBIOTEC	Total	7.947.893,66	6.099.082,85	6.689.049,98
	Custo médio aluno	64.095,92	36.741,46	32.158,89
CCEN	Total	55.808.815,42	59.075.571,73	60.453.665,57
	Custo médio aluno	23.952,28	26.706,86	30.166,50
CCHLA	Total	67.663.596,36	65.772.263,24	71.391.036,80
	Custo médio aluno	14.520,09	14.500,06	16.734,89
CCJ	Total	22.692.713,84	22.803.137,95	26.611.982,98
	Custo médio aluno	12.226,68	12.084,33	13.838,78
CCM	Total	12.263.325,52	12.077.210,41	11.674.625,78
	Custo médio aluno	16.616,97	16.589,57	15.381,59
CCS	Total	95.782.827,68	103.421.833,47	111.339.565,54
	Custo médio aluno	28.489,84	30.872,19	35.481,06
CCSA	Total	47.892.560,66	45.954.888,57	51.881.715,65
	Custo médio aluno	9.954,80	9.921,18	12.096,46
CCTA	Total	32.116.805,12	34.984.836,26	39.920.438,64
	Custo médio aluno	15.545,40	16.900,89	19.407,12
CE	Total	40.756.282,52	44.042.007,10	46.684.894,96
	Custo médio aluno	17.743,27	20.119,69	22.230,90
CEAR	Total	12.527.423,09	11.944.182,77	12.366.838,25
	Custo médio aluno	27.472,42	22.201,08	20.645,81
CI	Total	11.183.728,47	12.470.811,49	14.435.415,43
	Custo médio aluno	15.751,73	16.387,40	18.969,01
CT	Total	54.996.921,13	57.536.388,80	63.462.014,56
	Custo médio aluno	16.048,12	17.129,02	19.046,22
CTDR	Total	9.195.800,66	10.315.780,94	12.861.113,41
	Custo médio aluno	20.618,39	22.089,47	28.204,20
Campus I	Custo médio aluno	17.257,22	18.088,79	20.460,85
Custo corrente sem HU/aluno equivalente ¹¹		17.189,55	16.963,66	18.857,73

Fonte: Dados da pesquisa.

¹¹ Valores constantes no Relatório de Gestão da UFPB nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. Referem-se ao custo do ensino por aluno da UFPB, calculado de acordo com metodologia do TCU - Decisão TCU n.º 408/2002.

5.3 – Análise descritiva e econométrica

A Tabela 7 descreve a estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo de determinação dos custos do ensino da graduação na Universidade Federal da Paraíba, por ano (2013, 2014 e 2015). Nesta, pode-se perceber que, em relação à variável *custo dos alunos*, o valor médio (em R\$) para todo o período da pesquisa, 2013 a 2015, foi de R\$ 20.966,56; sendo o menor valor (R\$ 5.283,00, em 2014. Ver tabela 5) observado no Departamento de Gestão Pública (DPGP), que oferta o curso de Tecnologia em Gestão Pública, e o maior valor (R\$ 64.096,00, em 2013. Ver tabela 4) obtido no Centro de Biotecnologia (CBIOTEC). Como o CBIOTEC só oferta o curso de graduação em Biotecnologia, os custos dos departamentos de Biotecnologia (DPB) e Biologia Celular e Molecular (DPBCM) foram somados aos custos da direção de centro, ficando tudo reunido no DCBIO. O mesmo procedimento foi adotado para o CCJ e CCM, pois esses centros também só ofertam um curso de graduação, direito e medicina, respectivamente. Todos os custos do ensino da graduação, por aluno, dos demais departamentos podem ser observados no apêndice K.

No referente à variável *bens móveis*, esta apresentou média geral dos custos com aquisição de bens móveis, em todo o período da pesquisa, de R\$ 20.966,56, onde o departamento que menos adquiriu bens móveis e material permanente foi o Departamento de Estatística (DPE), no ano de 2014, cuja despesa foi de apenas R\$ 4.335,00 (apêndice M). Já o departamento que possuiu o maior gasto foi o Departamento de Engenharia Elétrica (DPEE), em 2013, com R\$997.391,00, visto que oferta o curso de graduação em Engenharia Elétrica (apêndice L).

A variável *docentes* apresentou um valor médio de 37, com os departamentos de Departamentos de Computação Científica (DPCC), no Centro de Informática (CI) e o Departamento de Tecnologia Sucroalcooleira (DPCTS), do CTDR, possuindo a menor quantidade de docentes (10 docentes lotados no ano de 2013) e o Centro de Ciências Médicas (CCM), com o maior número (151 docentes lotados no ano de 2015) (apêndice D).

Em relação à variável *técnico-administrativos*, a média de servidores técnico-administrativos é de 21 servidores por departamento. Os departamentos que possuem a menor quantidade de técnico-administrativos são o Departamento de Hotelaria e Gastronomia (DPHG), do CTDR, e o Departamento de Educação Musical (DPEM), do

CCTA, que ambos tinham apenas 1 servidor lotado no ano de 2013. O departamento com o maior número de servidores técnico-administrativos é o Departamento de Fundamentação da Educação (DPFE)¹², do Centro de Educação (CE), que em 2015 tinha 71 servidores (apêndice D).

A média de alunos matriculados nos cursos de graduação dos departamentos foi de 476,60 alunos (média nos três anos analisados). O departamento que teve menos alunos matriculados foi o Departamento de Hotelaria e Gastronomia (DPHG), que em 2013 tinha 23 alunos matriculados no curso de Gastronomia. Possui o maior número de alunos matriculados no curso de graduação o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), que oferta o curso de Direito, com 1.923 alunos matriculados no ano de 2015 (apêndice C).

Por fim, a média de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação dos departamentos da UFPB foi de 130 alunos, ressalvando quem nem todos os departamentos ofertam cursos de pós-graduação. O departamento que teve o menor número de alunos matriculados foi o Departamento de Finanças e Contabilidade (DPFC), que em 2014 tinha 1 aluno matriculado no curso de Doutorado em Ciências Contábeis¹³. O Centro de Ciências Médicas (CCM) possuía um maior número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação, com 1.117 alunos matriculados em 2015, nos quais 1.107 alunos estavam matriculados nos cursos *lato sensu* e 10 no *stricto sensu* (mestrado em Saúde da Família).

¹² No Departamento de Fundamentação da Educação (DPFE) estão inclusos o quantitativo de docentes e técnicos administrativos dos demais departamentos do Centro de Educação (CE) que ofertam disciplinas relacionadas aos cursos de Pedagogia. Nos apêndices A e B é possível verificar quais departamentos foram agrupados, em todos os centros de ensino do Campus I que fazem parte desse estudo.

¹³ Até 2014 o mestrado e o doutorado em Ciências Contábeis eram ofertados no Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN. A partir de 2015, as três IFES lançam seus programas de pós-graduação de forma independente.

Tabela 7 - Estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo de determinação dos custos do ensino da graduação na Universidade Federal da Paraíba. 2013 a 2015

Variáveis	Observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2013					
Custo aluno	56	19.580,38	9.818,52	5.645,00	64.096,00
Docentes	52	36,30	28,31	10	142
Técnico-administrativos	56	20,21	16,07	1	68
Bens móveis	56	156.277,00	157.317,90	10.802,00	997.391,00
Alunos da graduação	56	487,19	375,28	23	1.856
Alunos da pós-graduação	41	105,85	127,27	2	609
2014					
Custo aluno	56	20.275,63	8.922,50	5.283,00	49.498,00
Docentes	55	36,63	28,63	11	147
Técnico-administrativos	56	21,5	16,88	1	69
Bens móveis	56	83.762,91	64.793,76	4.335,00	261.543,00
Alunos da graduação	56	480,27	360,22	47	1.887
Alunos da pós-graduação	44	116,90	167,05	1	755
2015					
Custo aluno	56	23.043,68	10.192,28	7.388,00	58.863,00
Docentes	56	38,23	29,91	12	151
Técnico-administrativos	56	21,44	16,31	2	71
Bens móveis	56	91.381,64	73.788,24	8.015,00	292.438,00
Alunos da graduação	56	462,35	349,773	66	1.923
Alunos da pós-graduação	45	151,57	235,34	5	1.117
2013 a 2015					
Custo aluno	168	20.966,56	9.717,66	5.283,00	64.096,00
Docentes	163	37,07	28,81	10	151
Técnico-administrativos	168	21,05	16,34	1	71
Bens móveis	168	110.473,9	111.317,70	4.335,00	997.391,00
Alunos da graduação	168	476,60	359,90	23	1.923
Alunos da pós-graduação	130	125,42	183,31	1	1.117

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados das estimações dos modelos de regressão linear (nas colunas 2, 3 e 4) e de dados em painel (na última coluna) são apresentados, a seguir, na Tabela 8.

Os coeficientes foram estimados em um modelo *log-log* e descrevem a elasticidade da variável dependente (custo por aluno) em relação as variáveis independentes (docentes, técnico-administrativos, bens móveis, alunos da graduação e alunos da pós-graduação). Dentre as variáveis explicativas, apenas a variável *bens móveis* (em todos os anos) e *alunos da pós-graduação* (em 2013 e 2014) não foram significativas. As demais variáveis foram significativas a 1%, em todos os períodos e modelos analisados.

É possível observar que as variáveis docentes e técnico-administrativos apresentaram coeficientes positivos. Isso significa que, em relação a variável *docentes*, no ano de 2013, o aumento de 1 (um) ponto percentual provoca um aumento de 0,37% nos custos do ensino da graduação, assim como o aumento de 1 (um) ponto percentual na variável *técnico-administrativos* provoca um aumento de 0,32% no referido custo. Por sua vez, a variável *alunos da graduação*, também em 2013, apresentou coeficiente negativo, indicando que o aumento de 1 (um) ponto percentual na quantidade de alunos da graduação provoca uma diminuição de 0,73% no valor dos custos do ensino por aluno. As análises para os demais anos (2014 e 2015) são similares.

Na última coluna da Tabela 8 estão os resultados do modelo de dados em painel com efeitos aleatórios. Os resultados corroboram a análise anterior, do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários estimado para cada ano (colunas 2, 3 e 4). Novamente, os resultados indicam que um aumento na quantidade de *alunos da graduação* e *da pós-graduação* provoca uma redução nos custos do ensino e, que, um aumento na quantidade de *docentes* e *técnico-administrativos* provoca um aumento nos custos do ensino da graduação.

Tabela 8 - Determinantes do custo do ensino da graduação na Universidade Federal da Paraíba. 2013 a 2015

Variáveis	MQO			PAINEL
	2013	2014	2015	2013 - 2015
Docentes	0,3708*** (0,0750)	0,4045*** (0,0859)	0,3909*** (0,0790)	0,3829*** (0,0607)
Técnico-administrativos	0,3161*** (0,0405)	0,3088*** (0,0565)	0,2823*** (0,0497)	0,2635*** (0,0489)
Bens móveis	0,0116 (0,0206)	0,0285 (0,0571)	0,0404 (0,0401)	0,0278 (0,0,0237)
Alunos da graduação	-0,7289*** (0,0667)	-0,7839*** (0,0407)	-0,7174*** (0,0492)	-0,6979*** (0,0612)
Alunos da pós-graduação	-0,0339 (0,0231)	-0,0315 (0,0236)	-0,0641** (0,0247)	-0,0619*** (0,0239)
Constante	12,0544*** (0,2966)	12,1036*** (0,5713)	11,8928*** (0,4428)	12,0169*** (0,3272)
Observações	39	44	45	128

Fonte: dados da pesquisa. (1) ***, ** e * indicam significância a 1%, 5% e 10%. (2) Desvio-padrão entre parênteses.
Obs: Modelo estimado com erros-padrão robustos clusterizados.

6 – CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a evolução dos custos do ensino da graduação por departamento no Campus I da UFPB, no período de 2013 a 2015. Foi utilizada a metodologia de cálculo adotada por Magalhães *et al.* (2007) com adaptações, dada a realidade da referida instituição que, em sua peculiar e complexa estrutura, apresentou limitações que impossibilitaram a aplicação de algumas metodologias de apropriação de custos que foram feitas em outros estudos (CAMACHO, 1993; PETER *et al.*, 2003; SILVA; MORGAN; COSTA, 2004; MAGALHÃES *et al.*, 2006; MAGALHÃES *et al.*, 2007; SOARES; MAZON; MELO, 2010) sobre custos nas universidades federais brasileiras e na administração pública.

A temática dos custos no serviço público vem apresentando ao longo dos anos uma crescente relevância na administração pública, que necessita implantar e aperfeiçoar os mecanismos de avaliação do uso dos recursos públicos, que são inferiores frente às demandas e anseios crescentes da sociedade. As universidades federais e, em particular, a UFPB, lidam em sua rotina administrativa com recursos limitados frente às necessidades, principalmente para conseguir continuar fornecendo serviços de qualidade em sua área de atuação: as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em virtude dessa atuação tripla e indissociável do ensino, pesquisa e extensão, torna-se difícil mensurar o montante de recursos disponíveis de materiais e capital humano que foi despendido no ensino da graduação de cada curso ofertado, assim como nos cursos de pós-graduação e demais atividades e serviços prestados.

A UFPB, ao adotar a metodologia de cálculo do custo corrente/aluno equivalente imposta pelo Tribunal de Contas da União, faz anualmente o cálculo com os valores globais do orçamento, considerando todas as atividades como custo do ensino. Desse modo, a UFPB obtém o custo médio do ensino do aluno da instituição, sem adotar qualquer critério de separação, como cursos, departamentos, centros de ensino ou até mesmo pelos campus que possui.

Com base em estudos realizados sobre custos na administração pública (ALONSO, 1998; MAGALHÃES *et al.*, 2006; MAUSS; SOUZA, 2008; MACHADO; HOLANDA, 2010; SOARES; MAZON; MELO, 2010; WIEMER; RIBEIRO, 2004) essa dissertação teve a intenção de demonstrar e propor a adoção de outra metodologia de cálculo dos custos que houvesse sido aplicada à algum órgão e/ou IFES que tivesse uma

dimensão e estrutura administrativa similar à da UFPB, pois era previsível que existiriam limitações na aplicação de qualquer metodologia adotada.

Seguindo a metodologia descrita na terceira seção do trabalho, com uma abordagem quantitativa dos dados históricos e posterior análise econométrica, pudemos constatar que o custo médio de um aluno da graduação da UFPB, em todo o período da pesquisa (2013 a 2015) foi de R\$20.966,56, sendo o curso de Tecnologia em Gestão Pública, do CCSA, o de menor custo anual por aluno (R\$5.283,00), no ano de 2014. O curso com o maior custo foi o de Biotecnologia, do CBIOTEC, tendo o aluno desse curso um custo anual de R\$64.096,00, no ano de 2013. O curso de Biotecnologia e os demais que possuem um custo maior (a exemplo do curso de Odontologia, Farmácia e Engenharia Renováveis, dentre outros) são justamente os que possuem mais laboratórios e atividades práticas, em detrimento dos que possuem custos menores, cujas aulas são mais teóricas.

Embora deva-se ressaltar que a quantidade de alunos matriculados e o quantitativo de servidores (docentes e técnico-administrativos) influenciam diretamente o custo do aluno dos cursos de graduação ofertados pela instituição.

Com a análise econométrica, pode-se constatar essa influência: (i) o aumento no número de servidores foi a variável que mais impactou o custo do ensino da graduação, pois provocou um aumento nos custos, não apenas dos departamentos, mas da instituição de modo geral; (ii) o aumento no número de alunos, tanto da graduação quanto da pós-graduação, tem um impacto positivo sobre os custos do ensino, provocando uma redução nos custos, pois quanto mais alunos o departamento possuir, mais diluídos serão os custos de manutenção desses departamentos.

Apesar das restrições existentes que limitaram o conhecimento real dos custos na UFPB (exemplo, a falta de medidores individuais do consumo de água e energia, as diferenças estruturais e organizacionais dos centros de ensino e a utilização de alguns espaços físicos por vários departamentos, como a Central de Aulas¹⁴), a aplicação do método de custeio por absorção possibilitou conhecer informações até então não mensuradas pela administração (a exemplo dos custos do ensino da graduação do Campus I, das despesas com a folha de pessoal dos departamentos, os custos de manutenção dos centros de ensino e o custo individual do aluno da graduação, por curso), mas que poderão auxiliar no gerenciamento e planejamento futuro da instituição.

¹⁴ Complexo de oito blocos de salas de aulas no Campus I da UFPB.

Dentre as decisões que podem ser tomadas e, também, adotadas pela UFPB a partir das informações geradas por um sistema de custeio implementado, a pesquisa permitiu verificar a possibilidade de uma melhor distribuição dos recursos orçamentários entre as diversas atividades da instituição; de realocar servidores (docente e técnico-administrativos) conforme as necessidades dos setores/departamentos, permitindo a alocação de vagas para contratação de pessoal; assim como a criação e extinção de cursos, ampliando ou reduzindo vagas nos cursos ofertados, com informações mais consistentes e quantitativas. A pesquisa permite, também, realizar diversos tipos de comparações na instituição (entre setores, departamentos, cursos e centros), fornecendo informações mais precisas para a tomada de decisões, contribuindo, desse modo, para a diminuição do desperdício, ou seja, para a eficiência da gestão da instituição.

Por fim, informações que não puderam ser inseridas no estudo, a exemplo dos valores acerca da depreciação dos bens móveis, do quantitativo de alunos matriculados nas disciplinas ofertadas por cada departamento e a área útil dos departamentos, requerem estudos mais minuciosos acerca do levantamento dessas informações na instituição – muitas das quais indisponíveis para o pesquisador. Ademais, o número total de informações não permite uma análise econométrica em nível mais desagregado, de departamento, resultado apenas em uma análise geral em nível de instituição.

Concluindo, espera-se que esse estudo de caso auxilie no conhecimento da universidade e inspire novas pesquisas sobre os sistemas de custeio aplicáveis às IFES, inclusive aprofundando o debate da temática na UFPB, objetivando melhorar o gerenciamento e uso dos recursos disponíveis nessa instituição que é tão importante para o desenvolvimento do estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Marcos. **Custos no serviço público**. Brasília, DF: ENAP, 1998. 34 f. (Texto para discussão, n. 31). Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/340>>. Acesso em: 07 de março de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 19 agosto 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão**. Decisão TCU nº 408/2002 – PLENÁRIO e ACÓRDÃOS nº 1043/2006 e nº 2167/2006. Versão: janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 19 de agosto de 2016.

BRASIL. **Lei 10.180**, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 agosto 2016.

BRASIL. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 25 abril 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.233**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2017.

BRASIL. **Documento básico avaliação das universidades brasileiras - uma proposta nacional.** Comissão Nacional de Avaliação - Secretaria de Educação Superior – SESU. Brasília, 26 de novembro de 1993. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/docbas.pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/en/historia>>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

BRASIL. **Portaria nº 157**, de 9 de março de 2011. Dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortSTN_157_09mar2011.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

BRASIL. **Portaria nº 651**, de 24 de julho de 2013. Institucionaliza a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital - Matriz OCC, no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24640725_PORTARIA_N_651_DE_24_DE_JULHO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal.** Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>

BARACHO, Maria Amarante Pastor. **A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability.** Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.34, n.1, p. 129-161, jan./mar. 2000.

CAMACHO, Nelson Antonio P. **O custo do aluno universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na UNICAMP.** – Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

CARIOCA, Vicente A. **Contabilidade de custos.** – 2. Ed. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** – 27. Ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 5. ed. 7. reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica.** Tradução Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G. L. Rosa. 5. Ed. – Porto Alegre: AMGH, 2011.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. **Gestão de custos: contabilidade e controle.** Tradução Robert Brian Taylor. 3. Ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2013.

HOLANDA, Victor Branco de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; GUIMARÃES, Fabricia. **Sistema de informação de custos na administração pública federal: uma política de Estado**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos**. – 9. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos** / George S. G. Leone, Rodrigo José Guerra Leone. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. **Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 44, n. 4, p. 791-820, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>>. Acesso em: 14 abril 2017.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida de *et al.* **Apuração do Custo por Aluno do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Viçosa**. XXXI ENANPAD. Setembro de 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-B1361.pdf>> . Acesso em: 15 junho 2016

MAGALHÃES, Elizete Aparecida de *et al.* **Gestão de Custos nas Instituições Federais de Ensino Superior: Uma Análise das Metodologias de Apuração do Custo por Aluno**. ENAPG 2006. Novembro de 2006. São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG262.pdf>>. Acesso em: 15 de junho 2016.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de microeconomia**; tradução Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes e Lima, Ez2 Translate, revisão técnica Manuel José Nunes Pinto. - São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. – 8. ed. – Niterói: Impetus, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos** / Martins, Eliseu. – 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MAUSS, Cézar Volnei; SOUZA, Marcos Antonio de. **Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. 1 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. – São Paulo: Malheiros, 2015.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional administrativo**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PETER, Maria da Glória Arrais *et al.* **Proposta de um Sistema de Custos para as Universidades Federais Brasileiras fundamentado no Activity Based Costing**. 2003. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-gpg-1801>>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia; PECI, Alketa. **Governança e New Public Management: Convergências e Contradições no Contexto Brasileiro.** XXXI Encontro da ANPAD. Setembro – 2007. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B392.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia.** – 16 ed. Portugal: McGraw-Hill, 1999.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; MORGAN, Beatriz Fátima; COSTA, Patrícia de Souza. **Apuração do Custo de Ensino por Aluno: Aplicação a uma Instituição Federal de Ensino Superior.** ENANPAD 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/POP/2004_PO2161.pdf>. Acesso: 17 de agosto 2016.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública.** – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública.** 1 ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

SOARES, Otávio José Moura. **Na ponta do lápis: um estudo sobre a metodologia de cálculo do índice custo corrente/aluno equivalente na Universidade Federal de Pernambuco.** - Recife: O Autor, 2014. 351 CDD (22.ed.). UFPE (CSA 2014 – 054)

SOARES, Thiago Coelho; MAZON, Gisele; MELO, Pedro de. **Custo por Aluno: uma comparação entre UFSC e UNISUL.** Revista de Contabilidade da UFBA. Janeiro – abril 2010. Salvador-BA. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3983>>. Acesso em: 02 de agosto 2016.

SOUZA, Marcos Antonio de *et al.* **A gestão pública por resultados e a avaliação de desempenho.** 8º Congresso USP Controladoria e Contabilidade – São Paulo – SP. Julho – 2008. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos82008/107.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais.** XXVI ENEGEP – Fortaleza – CE. Outubro - 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

UFPB. **Universidade Federal da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/historico>>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

UFPB. **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/?q=page_relatorio_gestao>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

UFPB. **Estatuto da Universidade Federal da Paraíba - Resolução Nº 07/2002.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/estatuto>>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

UFPB. **Regimento Geral.** Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/copy_of_regimentos/regimento-geral>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

UFPB. **Relatório de Gestão 2013.** Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1>> . Acesso em: 10 de agosto de 2016.

UFPB. **Relatório de Gestão 2014.** Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1>> . Acesso em: 10 de agosto de 2016.

UFPB. **Relatório de Gestão 2015.** Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1>> . Acesso em: 10 de agosto de 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração** / Sylvia Constant Vergara. – 15. Ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

VASCONCELLOS, Lígia. **Economia do estudo.** In.: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. (Org.) **Economia do setor público no Brasil.** 1 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WIEMER, Ana Paula Moreira; RIBEIRO, Daniel Cerqueira. **Custos no serviço público.** 4º Congresso USP Controladoria e Contabilidade – São Paulo – SP. Outubro – 2004. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos42004/187.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos;** trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Departamentos, setores e cursos de graduação dos centros de ensino do Campus I – estrutura original.

CENTROS	DEPARTAMENTOS/SETORES	CURSOS de GRADUAÇÃO
CBIOTEC	BIOTECNOLOGIA	BIOTECNOLOGIA
	D. DE BIO. CELULAR E MOLECULAR	
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	3	1
CCEN	D. DE BIOLOGIA MOLECULAR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
	D. DE ESTATÍSTICA	ESTATÍSTICA
	D. DE FÍSICA	FÍSICA
	D. DE GEOCIÊNCIAS	GEOGRAFIA
	D. DE MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
	D. DE QUÍMICA	QUÍMICA
	D. DE SISTEMÁTICA E ECOLOGIA	
	NEPREMAR	
TOTAL	DIREÇÃO DE CENTRO	
	9	6
CCHLA	D. DE CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
	D. DE MÍDIAS DIGITAIS	COMUNICAÇÃO EM M.DIGITAIS
	D. DE FILOSOFIA	FILOSOFIA
	D. DE HISTORIA	HISTÓRIA
		HISTORIA (LIC. - MSC)
	D. DE LETRAS CLÁS. E VERNÁCULAS	LETRAS
		LETRAS (LÍNGUAS CLÁSSICAS)
	D. DE LETRAS ESTRAN. E MODERNAS	LETRAS (LÍNGUA FRANCESA)
		LETRAS (LÍNGUA ESPANHOLA)
		LETRAS (LÍNGUAS INGLESA)
	D. DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS	LÍN. EST.A. ÀS NEG. INTERN.
		TRADUÇÃO
	D. DE PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
TOTAL	D. DE SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	10	14
CCJ	D. DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	DIREITO
	D. DE DIREITO PRIVADO	
	D. DE DIR. PROC. E PRÁTICA JURÍDICA	
	D. DE DIREITO PÚBLICO	
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	5	1
CCM	D. DE CIRURGIA	MEDICINA
	D. DE MEDICINA INTERNA	
	D. DE OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	
	D. DE PEDIATRIA E GENÉTICA	
	D. DE PROMOÇÃO E SAÚDE	
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	6	1
CCS	D. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA(BACH)
		EDUCAÇÃO FÍSICA(LIC)

	D. DE ENFERMAGEM CLÍNICA	ENFERMAGEM
	D. DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	FARMÁCIA
	D. DE FISIOTERAPIA	FISIOTERAPIA
	D. DE FONOAUDIOLOGIA	FONOAUDIOLOGIA
	D. DE NUTRIÇÃO	NUTRIÇÃO
	D. DE CLÍNICA E ODONTOLOGIA SOCIAL	ODONTOLOGIA
	D. DE ODONTOLOGIA RESTAURADORA	
	D. DE TERAPIA OCUPACIONAL	TERAPIA OCUPACIONAL
	D. DE MORFOLOGIA	
	D. DE FISIOLOGIA E PATOLOGIA	
	D. DE ENFERM. SAÚDE PÚBLICA	
	D. DE ENFERM.MEDICO CIRURGICO	
	ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE	
	NÚC. EST. E TÉC. ENG. BIOM. (NETEB)	
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL		16 9
CCSA	D. DE ADMINISTRACAO	ADMINISTRAÇÃO
	D. DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIVOLOGIA (BACH)
		BIBLIOTECONOMIA
	D. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CIÊNCIAS ATUARIAIS (BACH)
		CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	D. DE ECONOMIA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS
	D. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	RELACÕES INTERNACIONAIS
	D. DE GESTÃO PÚBLICA	TECNOL. EM GESTÃO PÚBLICA
	PROG.DE PÓS-GRAD. EM ECONOMIA	
	COOR. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
	COOR. ECONOMIA	
	COOR. ADMINISTRAÇÃO	
	COOR. DE ARQUIVOLOGIA	
	COOR. DE CIENCIAS CONTABEIS	
	COOR. DE BIB. E DOCUMENTAÇÃO	
	COOR. PROGRAMA DE POS GRADUACAO	
	BIBLIOTECA SETORIAL	
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL		16 8
CCTA	D. DE ARTES VISUAIS	ARTES VISUAIS
		CINEMA E AUDIOVISUAL
	D. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	COMUNICAÇÃO SOCIAL
		JORNALISMO
		RADIALISMO
		RELAÇÕES PÚBLICAS
	D. DE MÚSICA	MÚSICA (BACH.)
		MÚSICA POPULAR
		REG. BANDAS E FANFARRAS
	D. DE EDUCAÇÃO MUSICAL	MÚSICA (LIC.)
	D. DE ARTES CÊNICAS	TEATRO (BACH. /LIC)
		DANÇA LICENCIATURA

	D. DE TURISMO E HOTELARIA	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA TURISMO HOTELARIA	
	DIREÇÃO DE CENTRO		
TOTAL	7		15
CE	D. DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES D. DE PSICOPEDAGOGIA D. DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO D. DE METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO D. DE HABILITAÇÃO PEDAGÓGICA D. DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO D. DE EDUCAÇÃO DO CAMPO D. DE EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLA DE EDUC. BÁS. (CRECHE ESC.) DIREÇÃO DE CENTRO	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES PSICOPEDAGOGIA (BACH) PEDAGOGIA PEDAGOGIA (EDU. DO CAMPO)	
TOTAL	10		5
CEAR	D. DE ENG. DE ENERGIAS RENOVÁVEIS D. DE ENGENHARIA ELÉTRICA DIREÇÃO DE CENTRO	ENG. DE ENERGIAS RENOV. ENGENHARIA ELETRICA	
TOTAL	3		2
CI	D. DE INFORMÁTICA D. DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO D. DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA DIREÇÃO DE CENTRO	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO ENG. DE COMPUTAÇÃO MAT.COMPUTACIONAL (BACH)	
TOTAL	4		3
CT	D. DE ARQUITETURA D. DE ENG. CIVIL E AMBIENTAL D. DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS D. DE ENGENHARIA DE MATERIAIS D. DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO D. DE ENGENHARIA MECÂNICA D. DE ENGENHARIA QUÍMICA NÚC. DE PESQ. E PROC. DE ALI. (NUPPA) DIREÇÃO DE CENTRO	ARQUITETURA E URBANISMO ENGENHARIA AMBIENTAL ENGENHARIA CIVIL ENGENHARIA DE ALIMENTOS ENGENHARIA DE MATERIAIS ENGENHARIA DE PRODUCAO ENG. DE PROD. MECÂNICA ENGENHARIA MECÂNICA ENGENHARIA QUÍMICA QUÍMICA INDUSTRIAL	
TOTAL	9		10
CTDR	D. DE HOTELARIA E GASTRONOMIA D. TECN. DE PROD. DE ORIGEM ANIMAL D. DE TECNOLOGIA SUCROALCOOLEIRA D. DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DIREÇÃO DE CENTRO	GASTRONOMIA TECNOLOGIA DE ALIMENTOS TECN. EM PRODUÇÃO SUCRO.	
TOTAL	5		3
TOTAL CAMPUS I	103		78

Fonte: STI/UFPB

APÊNDICE B - Departamentos, setores e cursos de graduação dos centros de ensino do Campus I – após o agrupamento.

CENTROS	DEPARTAMENTOS/SETORES	CURSOS de GRADUAÇÃO
CBIOTEC	DIREÇÃO DE CENTRO	BIOTECNOLOGIA
TOTAL	1	1
CCEN	D. DE SISTEMÁTICA E ECOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
	D. DE ESTATÍSTICA	ESTATÍSTICA
	D. DE FÍSICA	FÍSICA
	D. DE GEOCIÊNCIAS	GEOGRAFIA
	D. DE MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
	D. DE QUÍMICA	QUÍMICA
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	7	6
CCHLA	D. DE CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
	D. DE MÍDIAS DIGITAIS	COM. EM MÍDIAS DIGITAIS
	D. DE FILOSOFIA	FILOSOFIA
	D. DE HISTORIA	HISTÓRIA (BACH e LIC-MS)
	D. DE LETRAS CLÁS. E VERNÁCULAS	LETRAS e LÍN. CLÁSSICAS
	D. DE LETRAS ESTRAN. E MODERNAS	LETRAS (LÍN. FRA/ESP/ING)
	D. DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS	LÍN. EST.A. NEG. INTERN. e TRADUÇÃO
	D. DE PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
	D. DE SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	10	14
CCJ	DIREÇÃO DE CENTRO	DIREITO
TOTAL	1	1
CCM	DIREÇÃO DE CENTRO	MEDICINA
TOTAL	1	1
CCS	D. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUC. FÍSICA(BACH e LIC)
	D. DE ENFERMAGEM CLÍNICA	ENFERMAGEM
	D. DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	FARMÁCIA
	D. DE FISIOTERAPIA	FISIOTERAPIA
	D. DE FONOAUDIOLOGIA	FONOAUDIOLOGIA
	D. DE NUTRIÇÃO	NUTRIÇÃO
	D. DE CLÍNICA E ODON. SOCIAL	ODONTOLOGIA
	D. DE TERAPIA OCUPACIONAL	TERAPIA OCUPACIONAL
	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	9	9
CCSA	D. DE ADMINISTRACAO	ADMINISTRAÇÃO
	D. DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ARQUIV. e BIBLIOTECONOMIA
	D. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	C. ATUARIAIS e C. CONTÁBEIS
	D. DE ECONOMIA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS
	D. DE RELACÕES INTERNACIONAIS	RELACÕES INTERNACIONAIS
	D. DE GESTÃO PÚBLICA	TECNOL. EM GESTÃO PÚBLICA

	DIREÇÃO DE CENTRO	
TOTAL	7	8
CCTA	D. DE ARTES VISUAIS D. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL D. DE MÚSICA D. DE EDUCAÇÃO MUSICAL D. DE ARTES CÊNICAS D. DE TURISMO E HOTELARIA DIREÇÃO DE CENTRO	ARTES VISUAIS e CINEMA COM. SOCIAL/JOR/RAD/RP MÚSICA(BACH.)/POPULAR/ REG. BANDAS E FANFARRAS MÚSICA (LIC.) TEATRO (BACH. /LIC)/DANÇA/ED. ARTISTICA TURISMO e HOTELARIA
TOTAL	7	15
CE	D. DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES D. DE PSICOPEDAGOGIA D. DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIREÇÃO DE CENTRO	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES PSICOPEDAGOGIA (BACH) PEDAGOGIA e PED. CAMPO
TOTAL	4	4
	D. DE ENG. DE ENERGIAS RENOVÁVEIS D. DE ENGENHARIA ELÉTRICA DIREÇÃO DE CENTRO	ENG. DE ENERGIAS RENOV. ENGENHARIA ELETRICA
TOTAL	3	2
CI	D. DE INFORMÁTICA D. DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO D. DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA DIREÇÃO DE CENTRO	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO ENG. DE COMPUTAÇÃO MAT.COMPUTACIONAL (BACH)
TOTAL	4	3
CT	D. DE ARQUITETURA D. DE ENG. CIVIL E AMBIENTAL D. DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS D. DE ENGENHARIA DE MATERIAIS D. DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO D. DE ENGENHARIA MECÂNICA D. DE ENGENHARIA QUÍMICA DIREÇÃO DE CENTRO	ARQUITETURA E URBANISMO ENG. AMB. E ENG. CIVIL ENGENHARIA DE ALIMENTOS ENGENHARIA DE MATERIAIS ENG. DE PRODUCAO e ENG. PROD.MECÂNICA ENGENHARIA MECÂNICA ENG. QUÍMICA e Q. INDUSTRIAL
TOTAL	8	10
CTDR	D. DE HOTELARIA E GASTRONOMIA D. TECN. DE PROD. DE ORIGEM ANIMAL D. DE TECNOLOGIA SUCROALCOOLEIRA DIREÇÃO DE CENTRO	GASTRONOMIA TECN. DE ALIMENTOS TECN. EM PRODUÇÃO SUCRO.
TOTAL	4	3
TOTAL CAMPUS I	66	78

Fonte: STI/UFPB.

APÊNDICE C - Quantitativo de alunos matriculados na graduação, por curso - anual.

DEPTO	Cursos de Graduação	2013			2014			2015		
		Alunos	Total	%	Alunos	Total	%	Alunos	Total	%
DCBIO	Biotecnologia	124	124	0,38	166	166	0,51	208	208	0,67
DPSE	Ciências Biológicas	583	583	1,76	605	605	1,86	575	575	1,85
DPE	Estatística	138	138	0,42	122	122	0,38	91	91	0,29
DPF	Física	363	363	1,10	346	346	1,06	318	318	1,03
DPG	Geografia	510	510	1,54	466	466	1,43	426	426	1,37
DPM	Matemática (licenciatura)	411	411	1,24	369	369	1,13	336	336	1,08
DPQ	Química	325	325	0,98	304	304	0,93	258	258	0,83
DPCS	Ciências Sociais	395	395	1,20	378	378	1,16	337	337	1,09
DPMD	Comunicação em Mídias Digitais	212	212	0,64	243	243	0,75	246	246	0,79
DPFI	Filosofia	253	253	0,77	258	258	0,79	261	261	0,84
DPH	História	386			383			365		
	História(MSC)		386	1,17	43	426	1,31	43	408	1,32
DPLCV	Letras	790			772			710		
	Letras (Línguas Clássicas)	162	952	2,88	163	935	2,88	149	859	2,77
DPLEM	Letras (Língua Espanhola)	216			196			174		
	Letras (Língua Francesa)	172			149			126		
	Letras (Língua Inglesa)	429	817	2,47	398	743	2,28	404	704	2,27
DPMI	Letras Estrangeiras Aplicadas às Neg. Internacionais	120			121			134		
	Tradução	59	179	0,54	47	168	0,52	55	189	0,61
DPPS	Psicologia	583	583	1,76	535	535	1,65	518	518	1,67
DPSS	Serviço Social	883	883	2,67	850	850	2,61	744	744	2,40
DCCCJ	Direito	1856	1856	5,62	1887	1887	5,80	1923	1923	6,20
DCCCM	Medicina	738	738	2,23	728	728	2,24	759	759	2,45
DPEF	Educação Física (bach. e licen.)	651	651	1,97	645	645	1,98	622	622	2,01
DPENC	Enfermagem	557	557	1,69	528	528	1,62	490	490	1,58
DPCF	Farmácia	505	505	1,53	475	475	1,46	412	412	1,33
DPFS	Fisioterapia	401	401	1,21	395	395	1,21	378	378	1,22
DPFN	Fonoaudiologia	287	287	0,87	298	298	0,92	280	280	0,90
DPN	Nutrição	362	362	1,10	369	369	1,13	355	355	1,14
DPCOS	Odontologia	401	401	1,21	394	394	1,21	365	365	1,18
DPTO	Terapia Ocupacional	198	198	0,60	246	246	0,76	236	236	0,76
DPA	Administração	1261	1261	3,82	1134	1134	3,49	1008	1008	3,25
DPCI	Arquivologia (bach.)	402			428			415		
	Biblioteconomia	501	903	2,73	486	914	2,81	421	836	2,70

DPEC	Ciências Atuariais (bach.)	256			276			288		
	Ciências Contábeis	994	1250	3,78	982	1258	3,87	974	1262	4,07
DPEC	Ciências Econômicas	777	777	2,35	718	718	2,21	627	627	2,02
DPRI	Relações Internacionais	289	289	0,87	283	283	0,87	265	265	0,85
DPGP	Tecnologia em Gestão Pública	331	331	1,00	325	325	1,00	291	291	0,94
DPAV	Artes Visuais	109			115			124		
	Cinema e Audiovisual	29	138	0,42	44	159	0,49	56	180	0,58
DPCMS	Comunicação Social	577			377			240		
	Jornalismo	150			211			250		
	Radialismo	112			154			180		
	Relações Públicas	154	993	3,01	172	914	2,81	197	867	2,80
DPARC	Dança (licen.)	31			57			80		
	Educação Artística							1		
	Teatro (licen. e bach.)	134	165	0,50	141	198	0,61	140	221	0,71
DPTH	Hotelaria	10			40			65		
	Turismo	329	339	1,03	314	354	1,09	276	341	1,10
DPMU	Música (bach.)	146			147			148		
	Música Popular	76			74			55		
	Regência de Bandas e Fanfarras	11	233	0,71	22	243	0,75	34	237	0,76
DPEM	Música (licen.)	198	198	0,60	202	202	0,62	211	211	0,68
DPCRE	Ciências das Religiões	284	284	0,86	249	249	0,77	251	251	0,81
DPFE	Pedagogia	1357			1257			1164		
	Pedagogia (Educação no Campo)	300			325			340		
	Pedagogia(MSC)		1657	5,01		1582	4,86	15	1519	4,90
DPPSI	Psicopedagogia (bach)	356	356	1,08	358	358	1,10	330	330	1,06
DPEER	Engenharia de Energias Renováveis	131	131	0,40	176	176	0,54	208	208	0,67
DPEE	Engenharia Elétrica	325	325	0,98	362	362	1,11	391	391	1,26
DPCC	Ciências da Computação	357	357	1,08	345	345	1,06	335	335	1,08
DPIN	Engenharia de Computação	230	230	0,70	265	265	0,81	287	287	0,93
DPSC	Matemática Computacional (bach)	123	123	0,37	151	151	0,46	139	139	0,45
DPAR	Arquitetura e Urbanismo	381	381	1,15	368	368	1,13	382	382	1,23
DPENCA	Engenharia Ambiental	322	322	0,97	338	338	1,04	362	362	1,17
	Engenharia Civil	580	580	1,76	552	552	1,70	544	544	1,75
DPENA	Engenharia de Alimentos	361	361	1,09	325	325	1,00	295	295	0,95
DPEM	Engenharia de Materiais	265	265	0,80	270	270	0,83	249	249	0,80
DPEP	Engenharia de Produção	152			178			203		
	Engenharia de Produção Mecânica	279	431	1,30	250	428	1,32	226	429	1,38
DPEMC	Engenharia Mecânica	580	580	1,76	550	550	1,69	548	548	1,77

DPEQ	Engenharia Química	309			344			369		
	Química Industrial	198	507	1,53	184	528	1,62	154	523	1,69
DPHG	Gastronomia	23	23	0,07	47	47	0,14	66	66	0,21
DPTPOA	Tecnologia de Alimentos	211	211	0,64	228	228	0,70	206	206	0,66
DPTSC	Tecnologia em Produção Sucroalcooleira	212	212	0,64	192	192	0,59	184	184	0,59
Total alunos Campus I		27283	27283	82,57	26895	26895	82,70	25892	25892	83,49
Total alunos UFPB		33042	33042	100%	32521	32521	100%	31011	31011	100%

Fonte: STI/UFPB.

APÊNDICE D - Quantitativo de servidores, docentes e técnico-administrativos - anual

	2013			2014			2015		
Departamentos	docentes	técnicos	total	docentes	técnicos	total	docentes	técnicos	total
DCBIO	21	44	65	22	23	45	22	23	45
Total CBIOTEC	21	44	65	22	23	45	22	23	45
DPSE	58	27	85	58	28	86	58	28	86
DPE	23	2	25	24	2	26	26	2	28
DPF	32	7	39	33	7	40	36	7	43
DPG	23	9	32	25	8	33	27	8	35
DPM	46	4	50	47	4	51	53	4	57
DPQ	47	25	72	47	25	72	49	25	74
DCCEEN	0	58	58	0	63	63	0	66	66
Total CCEN	229	132	361	234	137	371	249	140	389
DPCS	41	0	41	43	0	43	43	0	43
DPMD	16	0	16	17	2	19	17	2	19
DPFI	19	4	23	21	4	25	22	4	26
DPH	26	5	31	28	5	33	29	4	33
DPLCV	67	4	71	69	4	73	72	4	76
DPLEM	51	2	53	53	2	55	46	3	49
DPMI							13	0	13
DPPS	33	5	38	34	6	40	42	8	50
DPSS	31	2	33	32	2	34	33	3	36
DCCCCLA	3	90	93	2	92	94	0	97	97
Total CCHLA	287	112	399	299	117	416	317	125	442
DCCCJ	104	58	162	109	58	167	120	60	180
Total CCJ	104	58	162	109	58	167	120	60	180
DCCCM	142	34	176	147	41	188	151	46	197
Total CCM	142	34	176	147	41	188	151	46	197
DPEF	27	27	54	27	27	54	32	26	58
DPEC	61	5	66	64	5	69	67	5	72
DPCF	34	36	70	35	37	72	36	37	73
DPFS	35	7	42	37	7	44	38	7	45
DPFN	18	4	22	22	4	26	27	4	31
DPN	22	7	29	22	7	29	22	8	30
DPCOS	73	29	102	74	30	104	78	29	107
DPTO	12	6	18	16	6	22	19	6	25
DCCCS	87	154	241	89	198	287	94	167	261
Total CCS	369	275	644	386	321	707	413	289	702
DPA	36	11	47	38	12	50	39	11	50
DPCI	29	8	37	30	9	39	33	9	42
DPFC	39	11	50	43	11	54	45	12	57
DPEC	36	11	47	35	13	48	38	13	51
DPRI	12	4	16	13	4	17	14	4	18
DPGP	12	2	14	13	2	15	15	2	17
DCCCSA	0	34	34	0	37	37	0	40	40
Total CCSA	164	81	245	172	88	260	184	91	275
DPAV	15	0	15	16	0	16	15	0	15
DPCMS	43	8	51	35	7	42	43	9	52
DPMU	45	11	56	47	11	58	48	11	59
DPEM	14	1	15	16	1	17	16	1	17
DPARC	20	0	20	21	0	21	21	0	21
DPTH				15	0	15	19	1	20
DCCCTA	1	43	44	1	44	45	0	49	49
Total CCTA	138	63	201	151	63	214	162	71	233
DPCRE	10	1	11	12	1	13	13	1	14
DPPSI	17	1	18	18	1	19	19	0	19

DPFE	123	10	133	122	10	132	128	10	138
DCCE	16	80	96	26	82	108	29	84	113
Total CE	166	92	258	178	94	272	189	95	284
DPEER	21	1	22	22	1	23	23	1	24
DPEE	23	14	37	24	13	37	26	11	37
DCCEAR	0	13	13	0	13	13	0	13	13
Total CEAR	44	28	72	46	27	73	49	25	74
DPIN	28	2	30	28	2	30	24	2	26
DPSC	17	0	17	19	0	19	19	0	19
DPCC	10	0	10	11	0	11	16	0	16
DCCI	0	16	16	0	18	18	1	18	19
Total CI	55	18	73	58	20	78	60	20	80
DPAR	35	3	38	37	4	41	37	3	40
DPENCA	39	20	59	39	20	59	40	21	61
DPENA	14	15	29	15	15	30	15	15	30
DPEM	18	11	29	19	12	31	20	11	31
DPEP	24	3	27	24	3	27	25	4	29
DPEM	22	22	44	23	22	45	24	21	45
DEQ	19	20	39	20	22	42	22	21	43
DCCT	2	75	77	4	92	96	4	92	96
Total CT	173	169	342	181	190	371	187	188	375
DPHG				11	2	13	13	3	16
DPTPOA	15	10	25	13	9	22	14	4	18
DPTSC	9	3	12	11	3	14	12	7	19
DCCTDR	2	15	17	1	14	15	1	14	15
Total CTDR	26	28	54	36	28	64	40	28	68
Total Campus I	1918	1134	3052	2019	1207	3226	2143	1201	3344
Campus II, III e IV	375	323	698	384	342	726	415	359	774
Total 16 centros	2293	1457	3750	2403	1549	3952	2558	1560	4118
Unidades administrativas *	18	1775	1793	6	1806	1812	3	1901	1904
Total Servidores UFPB	2311	3232	5543	2409	3355	5764	2561	3461	6022

Fonte: SIGAA/STI. *Inclui os servidores do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)

APÊNDICE E – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2013 (continua)

Elementos de despesa	Reitoria	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PRA	PROPLAN	PROGEP	PU
Pessoal – TA	11.451.069,67	4.148.643,98	2.721.358,43	7.510.259,75	3.244.535,24	9.448.000,90	1.778.656,03	10.289.916,79	11.434.591,29
Pessoal – D	2.960.702,08	94.198,70	0,00	0,00	0,00	115.568,88	0,00	252.367,13	0,00
Diárias	86.056,42	53.244,98	34.455,27	28.211,91	81.748,38	23.519,42	4.438,91	4.374,81	22.526,69
Passagens	171.531,68	76.259,68	133.132,74	43.008,32	129.099,00	79.906,60	16.999,00	7.464,16	5.983,98
Material de consumo	315.990,81	128.142,97	77.797,87	30.140,47	7.357.197,04	843.264,05	3.592,05	9.288,69	1.618.997,00
Material permanente (Equipamentos)	959.972,72	407.501,94	1.038.573,00	183.659,91	811.211,48	430.416,25	142.302,62	252.022,65	1.819.939,99
Serviço de terceiro – PF	10.671,07	504.843,62	38.677,00	7.000,00	600,00	1.131.894,73	0,00	238.319,03	9.472,70
Serviço de terceiro – PJ	110.577,17	1.160.773,00	1.231.598,82	69.479,93	22.244,20	12.607.190,69	2.619,06	78.082,88	31.419.663,20
Auxílio financeiro (estudantes)	0,00	2.478.600,00	2.020.000,00	1.534.480,00	3.222.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	234.813,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	2.418.750,66	0,00	0,00	0,00	1.625.588,91	0,00	0,00	0,00	14.035.493,51
Energia*	273.026,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.502,05
Água e esgotos*	67.564,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.972,22
Telecomunicações*	27.849,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.171,44
Outros	516,00	28.751,35	37.707,37	2.000,60	4.110,00	1.796.321,71	0,00	128.550,60	18.380,00
TOTAL	18.854.279,75	9.080.960,22	7.568.113,93	9.408.240,89	16.499.238,25	26.476.083,23	1.948.607,67	11.260.386,74	60.466.694,07

Fonte: SIAFI Gerencial. *Alocados mediante rateio.

APÊNDICE E – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2013 (continua)

Elementos de despesa	BC	STI	EDU	CBIOTEC	CCEN	CCSA	CCHLA	CE
Pessoal – TA	8.320.748,45	5.792.153,32	1.264.049,29	3.253.061,76	12.134.781,08	8.008.412,43	11.588.396,86	9.837.648,88
Pessoal – D	0,00	0,00	0,00	4.635.970,88	39.353.535,72	20.375.608,43	44.780.164,84	24.674.299,87
Diárias	12.238,67	4.234,46	5.138,21	3.880,23	51.304,28	22.783,47	89.790,98	56.272,55
Passagens	13.182,48	3.004,00	6.005,00	12.010,40	50.057,00	45.704,00	143.328,90	49.059,36
Material de consumo	91.438,40	17.297,64	10.696,61	81.525,91	218.258,19	80.409,68	57.499,76	47.142,63
Material permanente (Equipamentos)	1.203.932,37	117.869,28	35.645,82	245.765,80	701.190,72	1.088.152,44	953.992,55	197.672,36
Serviço de terceiro – PF	0,00	0,00	6.000,00	3.000,00	243.628,99	3.621,50	51.778,65	72.662,70
Serviço de terceiro – PJ	313.857,99	2.252,45	5.153,00	2.975,00	1.478.538,81	62.838,50	218.689,66	28.419,72
Auxílio financeiro (estudantes)	0,00	0,00	0,00	0,00	64.780,00	1.605.789,00	447.220,00	54.000,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	608.746,07	163.571,52	9.387,93	65.005,20
Energia*	209.355,37	10.057,31	20.878,83	22.890,65	268.683,16	95.615,93	97.663,86	78.004,68
Água e esgotos*	51.808,39	2.488,84	5.166,81	5.664,66	66.490,02	23.661,72	24.168,51	19.303,53
Telecomunicações*	21.355,04	1.025,88	2.129,72	2.334,93	27.406,70	9.753,19	9.962,08	7.956,77
Outros	0,00	0,00	3.200,00	600,00	46.200,30	3.636,65	14.550,50	0,00
TOTAL	10.237.917,16	5.950.383,19	1.364.063,29	8.269.680,22	55.313.601,04	31.589.558,45	58.486.595,08	35.187.448,25

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE E – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2013 (conclusão)

Elementos de despesa	CCS	CCM	CCJ	CCTA	CT	CEAR	CI	CTDR
Pessoal – TA	23.370.242,78	2.178.953,39	4.918.646,40	5.775.376,60	13.354.935,87	1.589.110,62	1.120.627,02	1.534.895,01
Pessoal – D	54.093.876,51	13.120.754,38	9.814.084,83	17.963.389,79	28.248.002,27	7.320.859,53	7.249.847,36	4.652.519,18
Diárias	103.790,41	3.890,89	5.509,80	76.617,78	19.798,42	10.897,63	8.189,61	31.104,91
Passagens	130.089,50	38.090,00	4.500,00	58.583,34	54.558,35	18.860,00	12.355,00	22.073,52
Material de consumo	465.290,22	19.687,40	38.258,08	42.288,53	183.280,12	39.327,82	11.262,93	79.700,53
Material permanente (Equipamentos)	2.110.843,72	584.049,26	486.410,53	796.244,74	528.722,34	1.503.758,67	316.366,07	491.944,96
Serviço de terceiro – PF	38.624,52	0,00	1.504,50	37.930,00	9.298,90	0,00	0,00	6.300,00
Serviço de terceiro – PJ	180.533,59	48.421,76	22.432,72	259.599,80	91.205,01	267.520,21	44.672,01	8.414,76
Auxílio financeiro (estudantes)	337.000,00	81.052,00	0,00	91.160,00	50.600,00	0,00	0,00	57.600,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	3.554.888,62	0,00	191.822,06	302.252,87	808.110,05	116.064,24	19.246,93	122.544,87
Energia*	381.759,85	84.670,19	40.871,10	148.589,39	285.618,76	89.306,44	21.463,32	113.879,99
Água e esgotos*	94.472,68	20.953,02	10.114,22	36.770,86	70.681,00	22.100,33	5.311,45	28.181,45
Telecomunicações*	38.940,96	8.636,68	4.169,01	15.156,68	29.134,20	9.109,60	2.189,34	11.616,19
Outros	15.326,63	0,00	1.800,00	7.586,00	3.080,00	42,75	0,00	7.580,00
TOTAL	84.915.679,99	16.189.158,97	15.540.123,24	25.611.546,38	43.737.025,29	10.986.957,83	8.811.531,04	7.168.355,38

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE F – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2014 (continua)

Elementos de despesa	Reitoria	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PRA	PROPLAN	PROGEP	PU
Pessoal – TA	15.493.306,58	4.657.627,15	2.141.427,01	7.509.425,99	3.749.557,67	11.302.009,12	2.120.741,73	11.569.434,93	11.851.421,81
Pessoal – D	504.962,11	106.245,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	139.249,06	49.801,73	32.985,51	57.023,93	46.547,55	31.477,75	2.456,06	7.600,86	47.175,45
Passagens	248.454,84	99.729,38	127.635,64	106.043,06	79.358,37	43.043,24	4.193,20	24.095,26	16.654,00
Material de consumo	489.773,38	304.470,16	83.537,16	73.370,02	1.868.370,18	221.452,39	7.241,60	70.128,16	2.088.513,23
Material permanente (Equipamentos)	1.356.625,49	162.602,12	1.080.187,20	106.658,75	386.210,11	2.310.765,69	0,00	515.385,74	859.667,37
Serviço de terceiro – PF	79.457,44	340.979,08	30.890,28	9.903,20	0,00	109.973,82	1.355,46	247.109,74	0,00
Serviço de terceiro – PJ	351.483,79	525.300,47	672.727,18	56.921,78	1.742.494,01	984.923,74	3.839,47	680.994,46	34.836.073,51
Auxílio financeiro (estudantes)	0,00	3.142.420,00	2.359.600,00	1.648.980,00	6.458.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	50.960,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.094,73
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.327.045,34
Energia*	281.736,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.432,19
Água e esgotos*	54.966,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.180,50
Telecomunicações*	27.345,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.059,71
Outros	16.312,00	5.118,20	26.778,00	1.140,00	0,00	988.229,02	222,44	52.772,71	384.641,76
TOTAL	19.094.634,28	9.394.293,45	6.555.767,98	9.569.466,73	14.330.697,89	15.991.874,77	2.140.049,96	13.167.521,86	55.520.959,59

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE F – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2014 (continua)

Elementos de despesa	BC	STI	EDU	CBIOTEC	CCEN	CCSA	CCHLA	CE
Pessoal – TA	9.430.826,77	6.406.363,59	1.370.610,98	3.570.325,15	13.478.774,79	8.398.509,21	12.263.496,61	10.346.782,59
Pessoal – D	0,00	0,00	0,00	2.361.902,07	44.455.836,78	23.191.838,46	49.826.136,56	28.848.063,17
Diárias	6.552,05	6.044,56	5.245,91	8.167,45	60.241,47	36.774,16	117.760,75	44.958,73
Passagens	5.270,05	3.782,68	2.774,93	9.817,55	30.870,18	19.718,42	181.054,03	41.040,15
Material permanente (Equipamentos)	65.285,98	8.043,58	3.917,52	34.639,57	108.642,66	146.806,95	142.869,44	39.159,09
Serviço de terceiro – PF	995.218,55	86.817,12	2.391,45	249.530,99	1.210.721,13	518.306,54	903.884,46	146.431,71
Serviço de terceiro – PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	62.252,80	3.420,00	19.320,73	0,00
Auxílio financeiro (estudantes)	323.198,30	14.771,13	38.203,38	12.546,54	1.098.783,33	107.244,43	275.405,60	182.742,94
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	89.970,00	0,00	198.450,00	19.200,00
Material permanente (Equipamentos)	0,00	0,00	0,00	0,00	167.000,58	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	391.973,50	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00
Energia*	216.034,22	10.378,16	21.544,91	23.620,90	277.254,68	98.666,27	100.779,53	80.493,19
Água e esgotos*	42.148,20	2.024,77	4.203,40	4.608,43	54.092,29	19.249,75	19.662,05	15.704,19
Telecomunicações*	20.968,42	1.007,31	2.091,16	2.292,66	26.910,52	9.576,61	9.781,73	7.812,72
Outros	0,00		2.000,00	0,00	8.991,16	684,00	3.747,40	0,00
TOTAL	11.105.502,53	6.539.232,90	1.452.983,65	6.277.451,32	61.522.315,86	32.550.794,80	64.962.348,88	39.772.388,48

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE F – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2014 (conclusão)

Elementos de despesa	CCS	CCM	CCJ	CCTA	CT	CEAR	CI	CTDR
Pessoal – TA	28.912.123,11	2.375.247,93	4.923.432,83	6.241.813,94	14.529.478,21	1.569.806,04	1.354.937,36	1.471.592,48
Pessoal – D	62.502.707,83	13.953.178,37	11.216.701,95	21.328.236,44	33.367.266,05	8.043.273,46	8.841.988,40	6.323.058,93
Diárias	107.446,36	15.172,14	16.453,23	100.277,16	18.961,98	26.641,60	15.501,75	13.691,09
Passagens	164.073,34	17.129,81	48.940,90	58.858,21	116.709,03	43.879,96	9.926,02	8.016,04
Material de consumo	713.884,11	52.581,34	37.481,81	21.287,82	143.677,70	68.553,79	17.768,76	92.189,53
Material permanente (Equipamentos)	1.443.020,35	22.196,96	91.565,61	634.398,95	849.928,56	232.077,77	41.688,00	154.724,35
Serviço de terceiro – PF	16.794,00	0,00	7.254,70	16.224,00	0,00	2.296,30	1.398,90	100,30
Serviço de terceiro – PJ	140.892,85	83.675,03	159.298,14	100.808,50	158.837,84	21.712,50	6.444,33	14.164,68
Auxílio financeiro (estudantes)	524.880,60	0,00	96.000,00	87.050,00	16.000,00	161.920,00	0,00	98.100,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.440,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	552.096,37	0,00	114.896,52	0,00	0,00	224.073,82	136.711,23	18.802,42
Energia*	393.938,74	87.371,34	42.174,97	153.329,68	294.730,55	92.155,49	22.148,04	117.512,98
Água e esgotos*	76.857,31	17.046,12	8.228,32	29.914,57	57.501,83	17.979,50	4.321,07	22.926,74
Telecomunicações*	38.235,95	8.480,32	4.093,53	14.882,28	28.606,74	8.944,67	2.149,70	11.405,89
Outros	10.931,45	4.182,45	0,00	5.001,15	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	95.597.882,36	16.636.261,81	16.766.522,51	28.792.082,70	49.581.698,49	10.574.754,90	10.454.983,57	8.346.285,43

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE G – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2015 (continua)

Elementos de despesa	Reitoria	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PRA	PROPLAN	PROGEP	PU
Pessoal – TA	24.572.277,53	4.693.429,90	2.690.479,20	7.851.151,30	3.970.560,81	11.818.623,45	1.863.102,99	12.254.952,81	13.388.091,01
Pessoal – D	298.789,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	110.349,64	58.449,75	96.840,20	37.171,18	26.945,61	18.617,14	5.252,95	10.437,62	23.248,25
Passagens	249.677,60	40.570,06	152.664,30	30.047,88	156.000,00	30.580,00	10.127,96	11.333,00	0,00
Material de consumo	117.231,73	25.616,65	58.284,82	38.536,74	2.803.090,33	267.918,04	4.299,16	33.503,27	3.338.685,85
Material permanente (Equipamentos)	1.121.242,60	148.877,77	85.150,00	89.183,00	152.284,56	191.669,98	8.724,51	81.182,33	855.634,34
Serviço de terceiro – PF	15.201,33	339.108,23	13.543,15	3.931,20	0,00	96.000,00	0,00	380.689,07	0,00
Serviço de terceiro – PJ	754.705,71	900.511,36	552.088,92	115.558,15	11.902.253,91	821.588,67	1.465,41	42.165,33	51.426.659,55
Auxílio financeiro (estudantes)	40.000,00	2.120.630,00	2.290.810,00	1.817.979,00	8.733.358,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	1.913.220,84	0,00	0,00	0,00	19.475,78	0,00	0,00	0,00	12.124.978,01
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia*	372.519,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.549,46
Água e esgotos*	64.382,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.266,99
Telecomunicações*	24.544,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.439,08
Outros	103.337,36	0,00	39.561,93	1.120,00	696.836,10	835.440,06	0,00	33.070,17	585.498,13
TOTAL	29.757.480,59	8.327.193,72	5.979.422,52	9.984.678,45	28.460.805,10	14.080.437,34	1.892.972,98	12.847.333,60	81.845.050,66

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE G – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2015 (continua)

Elementos de despesa	BC	STI	EDU	CBIOTEC	CCEN	CCSA	CCHLA	CE
Pessoal – TA	9.137.893,87	6.960.874,39	1.423.262,51	3.558.080,54	14.553.564,42	8.765.969,39	12.004.526,95	10.143.454,49
Pessoal – D	0,00	0,00	0,00	2.632.794,72	47.895.398,28	25.837.049,53	54.552.780,79	32.983.804,25
Diárias	3.956,35	8.355,89	8.423,23	14.532,10	138.674,91	30.155,71	98.907,89	60.082,24
Passagens	8.000,00	11.000,00	13.000,00	14.000,00	125.201,50	61.634,07	121.981,06	39.473,76
Material de consumo	33.532,40	15.022,64	11.521,16	6.274,20	198.828,40	99.173,08	149.863,33	103.547,79
Material permanente (Equipamentos)	340.230,80	47.305,91	154.000,00	56.146,00	1.385.903,03	354.393,32	257.968,10	307.648,92
Serviço de terceiro – PF	0,00	0,00	0,00	0,00	13.676,20	7.172,38	15.580,50	19.904,30
Serviço de terceiro – PJ	645.756,08	95.818,42	30.890,33	17,00	2.266.229,58	150.806,85	570.585,42	248.252,50
Auxílio financeiro (estudantes)	0,00	0,00	0,00	0,00	161.514,86	76.200,00	114.364,00	73.200,00
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	659,60	82.000,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia*	285.646,04	13.722,27	28.487,24	31.232,17	366.593,32	130.459,10	133.253,30	106.430,18
Água e esgotos*	49.368,10	2.371,62	4.923,44	5.397,85	63.358,19	22.547,20	23.030,12	18.394,29
Telecomunicações*	18.820,85	904,14	1.876,99	2.057,85	24.154,36	8.595,78	8.779,89	7.012,55
Outros	1.500,00	0,00	2.400,00	0,00	5.068,18	4.000,00	0,00	0,00
TOTAL	10.524.704,49	7.155.375,28	1.678.784,89	6.320.532,43	67.198.824,84	35.630.156,41	68.051.621,35	44.111.205,26

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APÊNDICE G – Execução orçamentária dos órgãos administrativos e centros de ensino do Campus I (R\$) – 2015 (conclusão)

Elementos de despesa	CCS	CCM	CCJ	CCTA	CT	CEAR	CI	CTDR
Pessoal – TA	26.471.377,42	3.081.962,15	5.063.917,65	6.242.478,20	14.858.333,35	1.449.461,13	1.485.442,80	1.695.224,18
Pessoal – D	69.303.466,37	14.418.322,80	12.487.195,89	23.096.183,45	35.097.486,13	8.343.732,75	9.565.248,88	7.206.259,77
Diárias	94.815,65	11.460,68	10.913,60	70.261,92	24.628,30	20.408,95	11.835,30	32.654,74
Passagens	132.515,32	22.000,00	40.820,13	72.089,64	103.990,62	10.237,55	4.984,12	22.635,87
Material de consumo	403.735,08	92.538,34	45.842,93	16.505,72	260.101,01	139.080,06	35.191,14	107.975,90
Material permanente (Equipamentos)	1.421.506,99	638.564,08	242.624,75	469.938,87	511.288,94	236.574,91	115.429,00	400.551,46
Serviço de terceiro – PF	39.971,30	797,10	1.003,00	23.735,50	997,70	0,00	0,00	0,00
Serviço de terceiro – PJ	785.735,52	31.650,99	223.773,50	182.416,02	230.780,49	174.423,35	106.991,86	402.352,80
Auxílio financeiro (estudantes)	383.792,50	84.735,85	72.000,00	99.339,96	135.500,00	245.960,00	0,00	239.402,90
Auxílio financeiro (professores)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.940,00	0,00	0,00
Obras e instalações	1.493.583,33	0,00	0,00	512.563,29	58.602,39	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia*	520.876,02	115.524,65	55.764,83	202.736,48	389.700,38	121.850,38	29.284,71	155.378,72
Água e esgotos*	90.022,82	19.966,08	9.637,82	35.038,87	67.351,78	21.059,36	5.061,27	26.854,05
Telecomunicações*	34.319,85	7.611,77	3.674,27	13.358,04	25.676,85	8.028,56	1.929,53	10.237,70
Outros	6.200,21	0,00	245,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	149,00
TOTAL	101.181.918,37	18.525.134,50	18.257.413,37	31.037.645,97	51.764.437,94	10.888.757,00	11.361.398,61	10.299.677,09

Fonte: SIAFI Gerencial/LOA.*Alocados mediante rateio.

APENDICE H – Comparativo entre o orçamento inicial e a execução orçamentária (despesas empenhadas) da UFPB, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. (Continua)

Grupo da despesas	2013			2014		
	dotação inicial (R\$)	despesas empenhadas (R\$)	em %	dotação inicial (R\$)	despesas empenhadas (R\$)	em %
Pessoal e Encargos Sociais	941.689.415,00	931.955.867,00	84,92	1.026.769.040,00	1.022.716.990,00	86,82
Outras Despesas Correntes	146.190.863,00	129.819.014,00	11,83	151.395.250,00	131.600.609,00	11,17
Investimentos	39.785.137,00	35.673.578,00	3,25	72.334.023,00	23.653.466,00	2,01
Total Orçamento	1.127.665.415,00	1.097.448.459,00	100	1.250.498.313,00	1.177.971.065,00	100
Inativos e Pensionistas	-350.080.736,00	-347.710.671,00	-31,68	-378.198.937,00	-376.618.244,00	-31,97
Sentenças Judiciais	-14.386.048,00	-13.119.984,00	-1,20	-1.132.739,00	-1.132.739,00	-0,10
Total	-364.466.784,00	-360.830.655,00	-32,88	-379.331.676,00	-377.750.983,00	-32,07
Total Orçamento*	763.198.631,00	736.617.804,00	100	871.166.637,00	800.220.082,00	100
Total Graduação Campus I		470.828.694,13	63,92		486.497.995,58	60,80

*Total do Orçamento utilizado na pesquisa, após a exclusão das despesas com inativos e pensionistas e sentenças judiciais.

Fonte: SIAFI Gerencial e LOA.

(conclusão)

Grupo da despesas	2015		
	dotação inicial (R\$)	despesas empenhadas(R\$)	em %
Pessoal e Encargos Sociais	1.127.993.404,00	1.119.204.348,00	85,89
Outras Despesas Correntes	175.358.077,00	157.848.069,00	12,11
Investimentos	74.147.621,00	26.050.192,00	2,00
Total Orçamento	1.377.499.102,00	1.303.102.609,00	100
Inativos e Pensionistas	-413.944.821,00	-412.329.566,00	-31,64
Sentenças Judiciais	-1.341.676,00	-1.341.675,00	-0,10
Total	-415.286.497,00	-413.671.241,00	-31,75
Total Orçamento*	962.212.605,00	889.431.368,00	100
Total Graduação Campus I		529.772.357,56	59,56

*Total do Orçamento utilizado na pesquisa, após a exclusão das despesas com inativos e pensionistas e sentenças judiciais.
 Fonte: SIAFI Gerencial e LOA.

APÊNDICE I - Custo anual individual por departamento, considerando apenas o aluno da graduação

		2013			2014			2015		
CENTRO	DEPTO	Custos Indiretos	Custos Diretos	Total (R\$)	Custos Indiretos	Custos Diretos	Total (R\$)	Custos Indiretos	Custos Diretos	Total (R\$)
CBIOTEC	DCBIO	5.858,73	58.237,18	64.095,92	4.876,23	31.865,24	36.741,46	5.932,62	26.226,28	32.158,89
CCEN	DPSE	4.719,01	19.642,30	24.361,30	4.305,69	21.449,59	25.755,28	5.630,18	22.626,85	28.257,02
CCEN	DPE	4.791,67	28.510,42	33.302,09	4.389,51	34.689,64	39.079,15	6.139,44	50.276,53	56.415,98
CCEN	DPF	4.546,74	19.500,48	24.047,22	4.163,57	22.397,02	26.560,59	5.519,58	27.359,47	32.879,05
CCEN	DPG	4.452,58	12.459,38	16.911,96	4.098,86	15.456,98	19.555,84	5.417,28	16.639,61	22.056,89
CCEN	DPM	4.509,99	18.337,76	22.847,76	4.145,16	22.206,78	26.351,95	5.516,30	26.039,16	31.555,46
CCEN	DPQ	5.072,00	26.515,14	31.587,14	4.520,19	30.674,27	35.194,46	5.800,44	27.601,18	33.401,62
CCHLA	DPCS	4.478,47	12.278,52	16.756,99	4.035,93	9.586,45	13.622,38	5.356,05	11.046,78	16.402,84
CCHLA	DPMD	4.413,28	10.740,41	15.153,69	4.030,37	11.078,75	15.109,12	5.373,97	10.337,57	15.711,54
CCHLA	DPFI	4.452,63	12.625,94	17.078,57	4.091,82	14.497,72	18.589,54	5.375,20	15.458,56	20.833,76
CCHLA	DPH	4.426,88	12.609,05	17.035,93	4.043,98	12.609,84	16.653,82	5.330,29	13.693,62	19.023,91
CCHLA	DPLCV	4.426,94	10.324,16	14.751,10	4.034,76	9.246,71	13.281,47	5.298,24	9.326,82	14.625,07
CCHLA	DPLEM	4.407,41	11.560,23	15.967,64	4.087,77	13.754,33	17.842,10	5.335,00	13.273,00	18.608,00
CCHLA	DPMI	4.199,87	1.980,16	6.180,03	3.849,99	1.986,44	5.836,44	5.383,19	11.154,41	16.537,61
CCHLA	DPPS	4.521,17	10.106,61	14.627,78	4.130,25	11.581,58	15.711,83	5.446,44	13.153,79	18.600,23
CCHLA	DPSS	4.330,35	7.235,25	11.565,60	3.960,70	7.803,60	11.764,30	5.259,82	8.685,57	13.945,39
CCJ	DCCCJ	4.421,49	7.805,18	12.226,68	4.046,69	8.037,64	12.084,33	5.315,25	8.523,54	13.838,78
CCM	DCCCM	4.598,29	12.018,68	16.616,97	4.220,61	12.368,97	16.589,57	5.506,78	9.874,81	15.381,59
CCS	DPEF	4.663,06	18.072,95	22.736,00	4.316,34	20.044,03	24.360,37	5.615,61	21.582,29	27.197,89
CCS	DPENC	4.801,53	22.623,89	27.425,42	4.461,65	26.603,33	31.064,98	5.810,20	29.512,03	35.322,23
CCS	DPCF	4.890,19	27.454,83	32.345,03	4.537,61	32.129,09	36.666,70	6.024,57	37.998,79	44.023,37
CCS	DPFS	4.815,65	23.982,51	28.798,16	4.460,52	26.125,66	30.586,19	5.829,97	29.610,16	35.440,13
CCS	DPFN	4.739,44	17.833,17	22.572,61	4.390,47	20.284,63	24.675,10	5.874,90	22.325,45	28.200,35
CCS	DPN	4.639,82	19.702,43	24.342,25	4.311,53	21.379,00	25.690,53	5.601,75	22.608,28	28.210,03
CCS	DPCOS	5.289,38	40.239,23	45.528,61	4.871,49	44.626,78	49.498,27	6.423,45	52.440,04	58.863,50

CCS	DPTO	4.609,57	16.987,53	21.597,09	4.248,52	18.001,69	22.250,21	5.618,61	20.587,97	26.206,59
CCSA	DPA	4.266,36	5.083,34	9.349,70	3.919,81	5.711,36	9.631,18	5.167,64	6.565,53	11.733,16
CCSA	DPCI	4.331,69	6.529,95	10.861,64	3.938,87	6.882,71	10.821,59	5.215,76	7.522,12	12.737,88
CCSA	DPFC	4.306,19	5.692,88	9.999,07	3.943,41	5.568,40	9.511,81	5.213,94	6.255,98	11.469,92
CCSA	DPEC	4.314,88	6.761,03	11.075,92	3.965,50	7.204,26	11.169,76	5.258,50	8.718,96	13.977,46
CCSA	DPRI	4.335,88	7.155,76	11.491,65	4.018,32	8.135,65	12.153,98	5.295,23	9.863,35	15.158,58
CCSA	DPGP	4.300,87	1.344,48	5.645,35	3.961,44	1.321,25	5.282,70	5.241,12	2.146,83	7.387,96
CCTA	DPAV	4.476,25	18.548,56	23.024,81	4.080,45	17.832,28	21.912,73	5.334,03	14.160,79	19.494,82
CCTA	DPCMS	4.357,99	7.531,94	11.889,93	3.969,55	8.630,59	12.600,14	5.287,38	11.119,93	16.407,30
CCTA	DPMU	5.010,64	25.746,40	27.757,04	4.762,28	29.094,18	33.856,46	6.318,38	31.330,88	37.649,26
CCTA	DPEM	4.562,16	12.253,96	16.816,12	4.173,79	12.616,95	16.790,74	5.440,08	12.861,33	18.301,41
CCTA	DPARC	4.738,99	15.558,22	20.297,21	4.348,99	14.280,04	18.629,03	5.503,80	14.574,72	20.078,52
CCTA	DPTH	4.228,11	7.531,94	11.760,05	3.993,42	9.217,84	13.211,26	5.306,51	9.251,89	14.558,40
CE	DPCRE	4.369,26	8.994,80	13.364,06	4.033,81	11.984,88	16.018,70	5.230,94	11.441,07	16.672,01
CE	DPPSI	4.453,04	9.778,55	14.231,60	4.105,22	11.900,75	16.005,97	5.352,47	12.106,35	17.458,82
CE	DPFE	4.494,77	14.753,53	19.248,31	4.169,21	17.526,88	21.696,09	5.399,48	18.786,70	24.186,18
CEAR	DPEER	4.811,23	35.065,57	39.876,81	4.336,22	24.062,97	28.399,19	5.628,81	18.285,39	23.914,20
CEAR	DPEE	4.663,67	17.808,82	22.472,50	4.204,48	14.983,15	19.187,64	5.399,56	13.507,56	18.907,12
CI	DPIN	4.549,94	10.403,64	14.953,58	4.121,76	12.096,47	16.218,23	5.427,93	12.214,92	17.642,86
CI	DPSC	4.420,02	11.616,05	16.036,07	4.038,11	12.915,27	16.953,38	5.348,02	12.866,96	18.214,98
CI	DPCC	4.412,57	13.124,05	17.536,62	4.026,20	11.754,44	15.780,64	5.455,17	18.266,84	23.722,01
CT	DPAR	4.553,07	13.891,77	18.444,84	4.168,12	16.244,50	20.412,61	5.460,83	16.904,38	22.365,21
CT	DPENCA	4.468,22	10.541,40	15.009,62	4.071,83	12.212,70	16.284,53	5.350,41	12.448,72	17.799,13
CT	DPENA	4.437,80	11.871,54	16.309,34	4.110,73	13.902,31	18.013,05	5.452,16	14.530,19	19.982,35
CT	DPEM	4.586,71	12.572,10	17.158,81	4.186,15	12.187,21	16.373,36	5.581,96	15.414,85	20.996,81
CT	DPEP	4.437,84	11.940,93	16.378,77	4.094,11	13.674,38	17.768,49	5.355,33	13.373,16	18.728,49
CT	DPEMC	4.432,03	11.077,16	15.509,20	4.071,37	12.798,92	16.870,30	5.359,32	13.035,36	18.394,68
CT	DPEQ	4.457,55	11.206,00	15.663,55	4.074,22	11.783,14	15.857,36	5.382,95	12.886,06	18.269,01

CTDR	DPHG	4.350,82	7.305,78	11.656,60	4.702,78	31.423,18	36.125,95	6.195,44	31.012,86	37.208,30
CTDR	DPTPOA	4.700,92	18.062,22	22.763,14	4.180,33	17.692,27	21.872,60	5.524,13	21.388,68	26.912,81
CTDR	DPTSC	4.412,65	15.043,37	19.456,02	4.142,45	14.768,53	18.910,98	5.513,95	20.906,31	26.420,25

Fonte: Dados da Pesquisa.

APÊNDICE J – Despesa anual dos departamentos e centros de ensino com o ensino da graduação do Campus I

			2013		2014		2015	
Centro		Departamentos	Total (R\$)	%	Total (R\$)	%	Total (R\$)	%
1	CBIOTEC	DCBIO	7.947.893,66	1,08	6.099.082,85	0,76	6.689.049,98	0,75
Total do Centro			7.947.893,66	1,08	6.099.082,85	0,76	6.689.049,98	0,75
2	CCEN	DPSE	12.986.064,97	1,76	14.065.885,42	1,76	14.672.540,53	1,65
3	CCEN	DPE	4.307.716,85	0,58	4.461.939,05	0,56	4.884.553,67	0,55
4	CCEN	DPF	7.971.649,57	1,08	8.322.927,45	1,04	9.584.355,46	1,08
5	CCEN	DPG	7.560.858,20	1,03	7.945.282,30	0,99	8.229.180,25	0,93
6	CCEN	DPM	8.532.774,29	1,16	8.799.197,97	1,10	9.682.140,86	1,09
7	CCEN	DPQ	9.587.625,43	1,30	9.937.329,32	1,24	7.910.810,37	0,89
8	CCEN	DCCEEN	4.862.126,11	0,66	5.543.010,21	0,69	5.490.084,43	0,62
Total do Centro			55.808.815,42	7,58	59.075.571,73	7,39	60.453.665,57	6,80
9	CCHLA	DPCS	5.983.776,37	0,81	4.571.049,03	0,57	5.012.280,29	0,56
10	CCHLA	DPMD	2.871.645,92	0,39	3.299.808,30	0,41	3.488.756,36	0,39
11	CCHLA	DPFI	3.914.008,36	0,53	4.401.449,04	0,55	5.038.386,00	0,57
12	CCHLA	DPH	5.955.108,83	0,81	6.442.892,25	0,81	7.137.678,55	0,80
13	CCHLA	DPLCV	12.512.054,35	1,70	10.987.941,80	1,37	11.249.005,67	1,26
14	CCHLA	DPLEM	11.731.675,86	1,59	12.120.142,20	1,52	12.023.191,92	1,35
15	CCHLA	DPMI	818.359,68	0,11	723.538,29	0,09	2.836.513,20	0,32
16	CCHLA	DPPS	7.590.420,61	1,03	7.587.458,58	0,95	8.842.587,29	0,99
17	CCHLA	DPSS	8.792.398,78	1,19	8.699.442,68	1,09	9.237.346,79	1,04
18	CCHLA	DCCCHLA	7.494.147,62	1,02	6.938.541,08	0,87	6.525.290,73	0,73
Total do Centro			67.663.596,36	9,19	65.772.263,24	8,22	71.391.036,80	8,03
19	CCJ	DCCCJ	22.692.713,84	3,08	22.803.137,95	2,85	26.611.982,98	2,99
Total do Centro			22.692.713,84	3,08	22.803.137,95	2,85	26.611.982,98	2,99
20	CCM	DCCCM	12.263.325,52	1,66	12.077.210,41	1,51	11.674.625,78	1,31

Total do Centro			12.263.325,52	1,66	12.077.210,41	1,51	11.674.625,78	1,31
21	CCS	DPEF	10.304.566,13	1,40	9.978.263,32	1,25	11.289.777,88	1,27
22	CCS	DPEC	11.428.661,45	1,55	11.708.290,18	1,46	12.874.799,40	1,45
23	CCS	DPCF	12.846.114,45	1,74	13.193.842,26	1,65	14.410.210,75	1,62
24	CCS	DPFS	8.778.283,24	1,19	8.569.917,65	1,07	9.976.556,12	1,12
25	CCS	DPFN	4.495.979,84	0,61	4.703.903,06	0,59	5.362.903,00	0,60
26	CCS	DPN	6.311.495,28	0,86	6.199.325,36	0,77	6.802.830,15	0,76
27	CCS	DPCOS	15.487.195,20	2,10	15.999.584,67	2,00	18.182.975,71	2,04
28	CCS	DPTO	2.908.603,44	0,39	3.286.565,46	0,41	4.049.632,75	0,46
29	CCS	DCCCS	23.221.928,66	3,15	29.782.141,51	3,72	28.389.879,78	3,19
Total do Centro			95.782.827,68	13,00	103.421.833,47	12,93	111.339.565,54	12,52
30	CCSA	DPA	10.825.279,34	1,47	9.949.304,22	1,24	10.896.919,00	1,23
31	CCSA	DPCI	9.117.239,51	1,24	9.107.137,76	1,14	9.877.464,23	1,11
32	CCSA	DPFC	11.542.558,85	1,57	10.887.073,54	1,36	13.310.553,40	1,50
33	CCSA	DPEC	8.011.563,75	1,09	7.404.176,54	0,93	8.185.315,16	0,92
34	CCSA	DPRI	3.099.993,21	0,42	3.196.891,60	0,40	3.772.501,88	0,42
35	CCSA	DPGP	1.615.385,74	0,22	1.438.175,22	0,18	1.881.382,46	0,21
36	CCSA	DCCCSA	3.680.540,27	0,50	3.972.129,70	0,50	3.957.579,53	0,44
Total do Centro			47.892.560,66	6,50	45.954.888,57	5,74	51.881.715,65	5,83
37	CCTA	DPAV	2.961.700,62	0,40	3.201.219,57	0,40	3.159.869,31	0,36
38	CCTA	DPCMS	10.254.437,08	1,39	9.890.271,20	1,24	12.543.158,11	1,41
39	CCTA	DPMU	6.103.163,41	0,83	7.794.756,51	0,97	8.463.095,39	0,95
40	CCTA	DPEM	3.020.075,36	0,41	3.032.316,24	0,38	3.452.259,68	0,39
41	CCTA	DPARC	3.091.110,51	0,42	3.336.251,89	0,42	4.008.613,70	0,45
42	CCTA	DPTH	3.456.729,28	0,47	4.046.921,94	0,51	4.302.877,90	0,48
43	CCTA	DCCCTA	3.229.588,86	0,44	3.683.098,90	0,46	3.990.564,56	0,45
Total do Centro			32.116.805,12	4,36	34.984.836,26	4,38	39.920.438,64	4,49
44	CE	DPCRE	2.706.975,71	0,37	2.663.033,27	0,33	3.077.859,81	0,35

45	CE	DPPSI	3.702.094,45	0,50	3.824.224,05	0,48	4.306.233,91	0,48
46	CE	DPFE	25.544.067,13	3,47	25.900.989,96	3,24	30.040.596,02	3,38
47	CE	DCCE	8.803.145,23	1,20	11.653.759,82	1,46	9.260.205,21	1,04
Total do Centro			40.756.282,52	5,53	44.042.007,10	5,51	46.684.894,96	5,25
48	CEAR	DPEER	4.995.620,10	0,68	4.749.510,57	0,59	4.692.957,42	0,53
49	CEAR	DPEE	6.737.313,96	0,91	6.434.296,52	0,80	6.864.088,89	0,77
50	CEAR	DCCEAR	794.489,03	0,11	760.375,67	0,10	809.791,94	0,09
Total do Centro			12.527.423,09	1,70	11.944.182,77	1,49	12.366.838,25	1,39
51	CI	DPIN	4.882.195,88	0,66	5.100.354,76	0,64	5.317.704,54	0,60
52	CI	DPSC	3.394.365,16	0,46	4.112.478,72	0,51	4.719.964,75	0,53
53	CI	DPCC	1.999.815,43	0,27	2.166.252,83	0,27	3.051.453,01	0,34
54	CI	DCCI	907.352,00	0,12	1.091.725,18	0,14	1.346.293,15	0,15
Total do Centro			11.183.728,47	1,52	12.470.811,49	1,56	14.435.415,43	1,62
55	CT	DPAR	6.336.730,21	0,86	6.788.998,33	0,85	7.803.744,02	0,88
56	CT	DPENCA	11.903.343,43	1,62	12.745.055,25	1,59	14.371.488,52	1,62
57	CT	DPENA	5.233.176,24	0,71	5.215.859,58	0,65	5.323.507,56	0,60
58	CT	DPEM	4.066.637,89	0,55	3.890.459,56	0,49	4.746.003,92	0,53
59	CT	DPEP	6.277.842,85	0,85	6.764.215,58	0,85	7.203.738,12	0,81
60	CT	DEMC	7.943.789,62	1,08	8.198.327,50	1,02	9.019.052,09	1,01
61	CT	DPEQ	7.022.227,67	0,95	7.335.563,70	0,92	8.541.870,39	0,96
62	CT	DCCT	6.213.173,22	0,84	6.597.909,30	0,82	6.452.609,96	0,73
Total do Centro			54.996.921,13	7,47	57.536.388,80	7,19	63.462.014,56	7,14
63	CTDR	DPHG	150.655,53	0,02	1.464.358,31	0,18	2.078.996,88	0,23
64	CTDR	DPTPOA	3.725.580,97	0,51	3.853.931,28	0,48	4.368.118,09	0,49
65	CTDR	DPTSC	3.042.128,67	0,41	2.676.785,33	0,33	3.810.990,27	0,43
66	CTDR	DCCTDR	2.277.435,50	0,31	2.320.706,02	0,29	2.603.008,17	0,29
Total do Centro			9.195.800,66	1,25	10.315.780,94	1,29	12.861.113,41	1,45

TOTAL CAMPUS I	470.828.694,13	63,92	486.497.995,58	60,80	529.772.357,56	59,56
DESPESA TOTAL UFPB*	736.617.804,00	100%	800.220.082,00	100%	889.431.368,00	100%

*total das despesas empenhadas da UFPB, excluindo as despesas com previdência de inativos e pensionistas, e com sentenças judiciais.

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE K – Custo do ensino da graduação por departamento e custo individual do aluno - anual

			2013		2014		2015	
	Centro	Departamentos	Custo da graduação (R\$)	Custo aluno (R\$)*	Custo da graduação (R\$)	Custo aluno (R\$)*	Custo da graduação (R\$)	Custo aluno (R\$)*
1	CBIOTEC	DCBIO	7.947.893,66	64.095,92	6.099.082,85	36.741,46	6.689.049,98	32.158,89
Total do centro			7.947.893,66		6.099.082,85		6.689.049,98	
Custo médio aluno centro			64.095,92		36.741,46		32.158,89	
2	CCEN	DPSE	12.986.064,97	24.361,30	14.065.885,42	25.755,28	14.672.540,53	28.257,02
3	CCEN	DPE	4.307.716,85	33.302,09	4.461.939,05	39.079,15	4.884.553,67	56.415,98
4	CCEN	DPF	7.971.649,57	24.047,22	8.322.927,45	26.560,59	9.584.355,46	32.879,05
5	CCEN	DPG	7.560.858,20	16.911,96	7.945.282,30	19.555,84	8.229.180,25	22.056,89
6	CCEN	DPM	8.532.774,29	22.847,76	8.799.197,97	26.351,95	9.682.140,86	31.555,46
7	CCEN	DPQ	9.587.625,43	31.587,14	9.937.329,32	35.194,46	7.910.810,37	33.401,62
8	CCEN	DCCEEN	4.862.126,11	2.086,75	5.543.010,21	2.505,88	5.490.084,43	2.739,56
Total do centro			55.808.815,42		59.075.571,73		60.453.665,57	
Custo médio aluno centro			23.952,28		26.706,86		30.166,50	
9	CCHLA	DPCS	5.983.776,37	16.756,99	4.571.049,03	13.622,38	5.012.280,29	16.402,84
10	CCHLA	DPMD	2.871.645,92	15.153,69	3.299.808,30	15.109,12	3.488.756,36	15.711,54
11	CCHLA	DPFI	3.914.008,36	17.078,57	4.401.449,04	18.589,54	5.038.386,00	20.833,76
12	CCHLA	DPH	5.955.108,83	17.035,93	6.442.892,25	16.653,82	7.137.678,55	19.023,91
13	CCHLA	DPLCV	12.512.054,35	14.751,10	10.987.941,80	13.281,47	11.249.005,67	14.625,07
14	CCHLA	DPLEM	11.731.675,86	15.967,64	12.120.142,20	17.842,10	12.023.191,92	18.608,00
15	CCHLA	DPMI	818.359,68	6.180,03	723.538,29	5.836,44	2.836.513,20	16.537,61
16	CCHLA	DPPS	7.590.420,61	14.627,78	7.587.458,58	15.711,83	8.842.587,29	18.600,24
17	CCHLA	DPSS	8.792.398,78	11.565,60	8.699.442,68	11.764,30	9.237.346,79	13.945,39
18	CCHLA	DCCCHLA	7.494.147,62	1.608,19	6.938.541,08	1.529,66	6.525.290,73	1.529,60
Total do centro			67.663.596,36		65.772.263,24		71.391.036,80	
Custo médio aluno centro			14.520,09		14.500,06		16.734,89	

19	CCJ	DCCCCJ	22.692.713,84	12.226,68	22.803.137,95	12.084,33	26.611.982,98	13.838,78
Total do centro			22.692.713,84		22.803.137,95		26.611.982,98	
Custo médio aluno centro			12.226,68		12.084,33		13.838,78	
20	CCM	DCCCM	12.263.325,52	16.616,97	12.077.210,41	16.589,57	11.674.625,78	15.381,59
Total do centro			12.263.325,52		12.077.210,41		11.674.625,78	
Custo médio aluno centro			16.616,97		16.589,57		15.381,59	
21	CCS	DPEF	10.304.566,13	22.736,00	9.978.263,32	24.360,37	11.289.777,88	27.197,89
22	CCS	DPEC	11.428.661,45	27.425,42	11.708.290,18	31.064,98	12.874.799,40	35.322,23
23	CCS	DPCF	12.846.114,45	32.345,03	13.193.842,26	36.666,70	14.410.210,75	44.023,37
24	CCS	DPFS	8.778.283,24	28.798,16	8.569.917,65	30.586,19	9.976.556,12	35.440,13
25	CCS	DPFN	4.495.979,84	22.572,61	4.703.903,06	24.675,10	5.362.903,00	28.200,35
26	CCS	DPN	6.311.495,28	24.342,25	6.199.325,36	25.690,53	6.802.830,15	28.210,03
27	CCS	DPCOS	15.487.195,20	45.528,61	15.999.584,67	49.498,27	18.182.975,71	58.863,50
28	CCS	DPTO	2.908.603,44	21.597,09	3.286.565,46	22.250,21	4.049.632,75	26.206,59
29	CCS	DCCCS	23.221.928,66	6.907,18	29.782.141,51	8.890,19	28.389.879,78	9.047,13
Total do centro			95.782.827,68		103.421.833,47		111.339.565,54	
Custo médio aluno centro			28.489,84		30.872,19		35.481,06	
30	CCSA	DPA	10.825.279,34	9.349,70	9.949.304,22	9.631,18	10.896.919,00	11.733,16
31	CCSA	DPCI	9.117.239,51	10.861,64	9.107.137,76	10.821,59	9.877.464,23	12.737,88
32	CCSA	DPFC	11.542.558,85	9.999,07	10.887.073,54	9.511,81	13.310.553,40	11.469,92
33	CCSA	DPEC	8.011.563,75	11.075,92	7.404.176,54	11.169,76	8.185.315,16	13.977,46
34	CCSA	DPRI	3.099.993,21	11.491,65	3.196.891,60	12.153,98	3.772.501,88	15.158,58
35	CCSA	DPGP	1.615.385,74	5.645,35	1.438.175,22	5.282,70	1.881.382,46	7.387,96
36	CCSA	DCCCSA	3.680.540,27	765,03	3.972.129,70	857,54	3.957.579,53	922,73
Total do centro			47.892.560,66		45.954.888,57		51.881.715,65	
Custo médio aluno centro			9.954,80		9.921,18		12.096,46	
37	CCTA	DPAV	2.961.700,62	23.024,81	3.201.219,57	21.912,73	3.159.869,31	19.494,82
38	CCTA	DPCMS	10.254.437,08	11.889,93	9.890.271,20	12.600,14	12.543.158,11	16.407,30

39	CCTA	DPMU	6.103.163,41	27.757,04	7.794.756,51	33.856,46	8.463.095,39	37.649,26
40	CCTA	DPEM	3.020.075,36	16.816,11	3.032.316,24	16.790,74	3.452.259,68	18.301,41
41	CCTA	DPARC	3.091.110,51	20.297,21	3.336.251,89	18.629,03	4.008.613,70	20.078,52
42	CCTA	DPTH	3.456.729,28	11.760,05	4.046.921,94	13.211,26	4.302.877,90	14.558,40
43	CCTA	DCCCTA	3.229.588,86	1.563,21	3.683.098,90	1.779,27	3.990.564,56	1.939,99
Total do centro			32.116.805,12		34.984.836,26		39.920.438,64	
Custo médio aluno centro			15.545,40		16.900,89		19.407,12	
44	CE	DPCRE	2.706.975,71	13.364,06	2.663.033,27	16.018,70	3.077.859,81	16.672,01
45	CE	DPPSI	3.702.094,45	14.231,60	3.824.224,05	16.005,97	4.306.233,91	17.458,82
46	CE	DPFE	25.544.067,13	19.248,31	25.900.989,96	21.696,09	30.040.596,02	24.186,18
47	CE	DCCE	8.803.145,23	3.832,45	11.653.759,82	5.323,78	9.260.205,21	4.409,62
Total do centro			40.756.282,52		44.042.007,10		46.684.894,96	
Custo médio aluno centro			17.743,27		20.119,69		22.230,90	
48	CEAR	DPEER	4.995.620,10	39.876,81	4.749.510,57	28.399,19	4.692.957,42	23.914,20
49	CEAR	DPEE	6.737.313,96	22.472,50	6.434.296,52	19.187,64	6.864.088,89	18.907,12
50	CEAR	DCCEAR	794.489,03	1.742,30	760.375,67	1.413,34	809.791,94	1.351,91
Total do centro			12.527.423,09		11.944.182,77		12.366.838,25	
Custo médio aluno centro			27.472,42		22.201,08		20.645,81	
51	CI	DPIN	4.882.195,88	14.953,58	5.100.354,76	16.218,23	5.317.704,54	17.642,86
52	CI	DPSC	3.394.365,16	16.036,07	4.112.478,72	16.953,38	4.719.964,75	18.214,98
53	CI	DPCC	1.999.815,43	17.536,62	2.166.252,83	15.780,64	3.051.453,01	23.722,01
54	CI	DCCI	907.352,00	1.277,96	1.091.725,18	1.434,59	1.346.293,15	1.769,11
Total do centro			11.183.728,47		12.470.811,49		14.435.415,43	
Custo médio aluno centro			15.751,73		16.387,40		18.969,01	
55	CT	DPAR	6.336.730,21	18.444,84	6.788.998,33	20.412,61	7.803.744,02	22.365,21
56	CT	DPENCA	11.903.343,43	15.009,62	12.745.055,25	16.284,53	14.371.488,52	17.799,13
57	CT	DPENA	5.233.176,24	16.309,34	5.215.859,58	18.013,05	5.323.507,56	19.982,35
58	CT	DPEM	4.066.637,89	17.158,81	3.890.459,56	16.373,36	4.746.003,92	20.996,81

59	CT	DPEP	6.277.842,85	16.378,77	6.764.215,58	17.768,49	7.203.738,12	18.728,49
60	CT	DPEMC	7.943.789,62	15.509,20	8.198.327,50	16.870,30	9.019.052,09	18.394,68
61	CT	DPEQ	7.022.227,67	15.663,55	7.335.563,70	15.857,36	8.541.870,39	18.269,01
62	CT	DCCT	6.213.173,22	1.813,01	6.597.909,30	1.964,25	6.452.609,96	1.936,56
Total do centro			54.996.921,13		57.536.388,80		63.462.014,56	
Custo médio aluno centro			16.048,12		17.129,02		19.046,22	
63	CTDR	DPHG	150.655,53	11.656,60	1.464.358,31	36.125,95	2.078.996,88	37.208,30
64	CTDR	DPTPOA	3.725.580,97	22.763,14	3.853.931,28	21.872,60	4.368.118,09	26.912,81
65	CTDR	DPTSC	3.042.128,67	19.456,02	2.676.785,33	18.910,98	3.810.990,27	26.420,25
66	CTDR	DCCTDR	2.277.435,50	5.106,36	2.320.706,02	4.969,39	2.603.008,17	5.708,35
Total do centro			9.195.800,66		10.315.780,94		12.861.113,41	
Custo médio aluno centro			20.618,39		22.089,47		28.204,20	
Total Campus I			470.828.694,13		486.497.995,58		529.772.357,56	
Custo médio aluno Campus I			17.257,22		18.088,79		20.460,85	
Custo corrente sem HU/aluno equivalente ¹⁵			17.189,55		16.963,66		18.857,73	

*As despesas das direções de centro foram rateadas pelo quantitativo de alunos do centro. Esses valores foram adicionados ao custo individual do aluno de cada departamento.

¹⁵ Valores constantes no Relatório de Gestão da UFPB nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. Referem-se ao custo do ensino por aluno da UFPB.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DCBIO	DPSE	DPE	DPF	DPG	DPM	DPQ	DCCEEN
Pessoal - TA	2.840.701,82	1.820.095,70	96.070,09	441.835,94	922.658,58	138.579,76	1.544.434,89	4.862.126,11
Pessoal - D	4.048.312,60	7.629.527,63	3.364.519,99	5.390.410,63	3.680.449,05	5.986.998,08	5.957.039,21	
Diárias	3.388,37	10.531,83	2.492,95	6.557,55	9.213,09	7.424,67	5.871,09	
Passagens	10.487,95	10.275,79	2.432,35	6.398,13	8.989,11	7.244,16	5.728,35	
Material de consumo	71.191,64	44.804,41	10.605,50	27.897,09	39.194,25	31.585,96	24.976,73	
Equipamentos e Mat. Perm.	214.612,39	143.941,62	34.071,94	89.624,03	125.918,05	101.475,14	80.241,90	
Serviço de terceiro - PF	2.619,72	50.012,57	11.838,31	31.139,90	43.750,28	35.257,58	27.880,08	
Serviço de terceiro - PJ	2.597,89	303.516,95	71.844,49	188.982,25	265.512,25	213.971,64	169.198,98	
Auxílio financeiro - estudantes	0,00	13.298,15	3.147,76	8.279,98	11.633,03	9.374,85	7.413,20	
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obras em andamento	0,00	124.964,42	29.579,91	77.808,04	109.317,08	88.096,70	69.662,84	
Energia	19.989,02	55.155,73	13.055,73	34.342,25	48.249,44	38.883,37	30.747,19	
Água e esgotos	4.946,61	13.649,18	3.230,85	8.498,55	11.940,11	9.622,32	7.608,89	
Telecomunicações	2.038,96	5.626,09	1.331,73	3.503,04	4.921,63	3.966,25	3.136,33	
Outros	523,94	9.484,08	2.244,94	5.905,18	8.296,53	6.686,03	5.287,01	
Total custos diretos graduação	7.221.410,90	10.234.884,14	3.646.466,57	6.321.182,55	5.290.042,48	6.679.166,52	7.939.226,70	4.862.126,11
% em relação ao orçamento	0,98	1,39	0,50	0,86	0,72	0,91	1,08	0,66

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPCS	DPMD	DPFI	DPH	DPLCV	DPLEM	DPMI	DPPS
Pessoal - TA	178.199,26	91.623,83	334.596,41	327.032,44	304.879,17	193.726,51	0,00	355.640,01
Pessoal - D	3.889.651,07	1.765.547,61	2.358.785,97	3.775.718,09	7.638.607,68	7.633.189,79	0,00	4.382.076,60
Diárias	6.228,91	3.343,11	3.989,66	6.086,99	15.012,47	12.883,60	2.822,72	9.193,56
Passagens	9.942,91	5.336,45	6.368,50	9.716,36	23.963,67	20.565,46	4.505,77	14.675,23
Material de consumo	3.988,83	2.140,84	2.554,87	3.897,95	9.613,59	8.250,32	1.807,60	5.887,31
Equipamentos e Mat. Perm.	66.179,67	35.519,22	42.388,50	64.671,78	159.501,39	136.883,02	29.990,28	97.677,85
Serviço de terceiro - PF	3.591,95	1.927,83	2.300,67	3.510,11	8.657,06	7.429,43	1.627,74	5.301,54
Serviço de terceiro - PJ	15.170,78	8.142,29	9.716,98	14.825,12	36.563,50	31.378,55	6.874,86	22.391,30
Auxílio financeiro - estudantes	31.024,22	16.650,97	19.871,21	30.317,34	74.772,29	64.169,08	14.059,08	45.790,18
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	651,25	349,53	417,13	636,41	1.569,60	1.347,02	295,12	961,22
Energia	6.775,07	3.636,24	4.339,47	6.620,70	16.328,77	14.013,24	3.070,22	9.999,65
Água e esgotos	1.676,60	899,85	1.073,87	1.638,40	4.040,82	3.467,80	759,78	2.474,58
Telecomunicações	691,08	370,91	442,64	675,34	1.665,60	1.429,40	313,17	1.020,00
Outros	1.009,39	541,75	646,52	986,39	2.432,75	2.087,77	457,42	1.489,80
Total custos diretos graduação	4.214.780,99	1.936.030,42	2.787.492,40	4.246.333,41	8.297.608,35	8.130.820,98	66.583,77	4.954.578,83
% em relação ao orçamento	0,57	0,26	0,38	0,58	1,13	1,10	0,01	0,67

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPSS	DCCCCLA	DCCCJ	DCCCM	DPEF	DPEC	DPCF	DPFS
Pessoal - TA	377.863,10	7.263.653,56	4.585.136,98	1.193.814,11	2.372.353,11	216.600,92	3.431.845,08	545.078,35
Pessoal - D	4.262.380,05	230.494,07	9.148.639,60	7.188.653,85	3.550.566,98	7.385.965,34	5.900.593,40	5.473.031,11
Diárias	13.924,38		5.136,21	2.131,76	18.747,93	16.040,86	14.543,33	11.548,27
Passagens	22.226,80		4.194,88	20.868,91	23.498,41	20.105,40	18.228,41	14.474,44
Material de consumo	8.916,81		35.663,99	10.786,42	84.046,60	71.910,84	65.197,44	51.770,64
Equipamentos e Mat. Perm.	147.940,89		453.429,40	319.991,35	381.287,25	326.231,95	295.775,83	234.863,58
Serviço de terceiro - PF	8.029,60		1.402,49	0,00	6.976,85	5.969,44	5.412,15	4.297,57
Serviço de terceiro - PJ	33.913,41		20.911,67	26.529,52	32.610,26	27.901,56	25.296,74	20.087,12
Auxílio financeiro - estudantes	69.352,87		0,00	44.407,11	60.873,20	52.083,52	47.221,14	37.496,39
Auxílio financeiro - professores	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	1.455,84		178.815,54	0,00	642.128,88	549.409,81	498.118,41	395.535,61
Energia	15.145,27		38.099,83	46.389,46	68.958,29	59.001,18	53.492,99	42.476,61
Água e esgotos	3.747,94		9.428,42	11.479,83	17.064,85	14.600,80	13.237,71	10.511,53
Telecomunicações	1.544,88		3.886,33	4.731,90	7.034,01	6.018,34	5.456,49	4.332,78
Outros	2.256,43		1.677,95	0,00	2.768,49	2.368,74	2.147,60	1.705,32
Total custos diretos graduação	4.968.698,27	7.494.147,62	14.486.423,27	8.869.784,20	7.268.915,10	8.754.208,69	10.376.566,71	6.847.209,30
% em relação ao orçamento	0,67	1,02	1,97	1,20	0,99	1,19	1,41	0,93

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPFN	DPN	DPCOS	DPTO	DCCCS	DPA	DPCI	DPFC
Pessoal - TA	357.698,03	606.449,63	2.288.748,68	260.685,80	11.984.486,93	676.023,92	555.723,24	927.371,28
Pessoal - D	2.184.665,96	3.276.966,49	10.248.305,95	1.325.842,24	11.237.441,72	4.038.682,44	4.126.753,46	4.508.127,71
Diárias	8.265,22	10.425,12	11.548,27	5.702,14		5.193,41	3.718,99	5.148,11
Passagens	10.359,51	13.066,70	14.474,44	7.146,98		10.418,07	7.460,36	10.327,19
Material de consumo	37.052,80	46.735,59	51.770,64	25.562,56		18.329,10	13.125,44	18.169,22
Equipamentos e Mat. Perm.	168.094,38	212.021,48	234.863,58	115.967,55		248.040,53	177.621,41	245.876,82
Serviço de terceiro - PF	3.075,81	3.879,60	4.297,57	2.121,99		825,51	591,15	818,31
Serviço de terceiro - PJ	14.376,57	18.133,51	20.087,12	9.918,33		14.323,82	10.257,26	14.198,87
Auxílio financeiro - estudantes	26.836,57	33.849,61	37.496,39	18.514,43		366.033,97	262.116,32	362.840,97
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	283.089,08	357.067,06	395.535,61	195.301,87		37.285,55	26.700,12	36.960,30
Energia	30.400,96	38.345,47	42.476,61	20.973,49		21.795,32	15.607,59	21.605,19
Água e esgotos	7.523,21	9.489,21	10.511,53	5.190,23		5.393,61	3.862,35	5.346,56
Telecomunicações	3.101,01	3.911,38	4.332,78	2.139,38		2.223,21	1.592,03	2.203,81
Outros	1.220,52	1.539,47	1.705,32	842,03		828,96	593,62	821,73
Total custos diretos graduação	3.135.759,64	4.631.880,32	13.366.154,47	1.995.909,01	23.221.928,66	5.445.397,41	5.205.723,35	6.159.816,05
% em relação ao orçamento	0,43	0,63	1,81	0,27	3,15	0,74	0,71	0,84

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPEC	DPRI	DPGP	DCCCSA	DPAV	DPCMS	DPMU	DPEM
Pessoal - TA	852.089,64	158.307,19	0,00	3.680.540,27	219.603,24	5.090.395,59	754.221,09	176.792,32
Pessoal - D	3.356.573,64	1.521.154,25	0,00		2.008.116,45	0,00	3.985.170,38	1.773.169,21
Diárias	3.200,06	1.190,24	1.363,22		4.756,30	34.224,68	8.030,56	6.824,26
Passagens	6.419,38	2.387,65	2.734,64		3.636,75	26.168,81	6.140,31	5.217,95
Material de consumo	11.293,98	4.200,72	4.811,21		2.625,20	18.890,02	4.432,40	3.766,59
Equipamentos e Mat. Perm.	152.837,03	56.846,72	65.108,18		49.429,50	355.677,47	83.457,05	70.920,58
Serviço de terceiro - PF	508,66	189,19	216,69		2.354,63	16.943,09	3.975,57	3.378,38
Serviço de terceiro - PJ	8.826,01	3.282,78	3.759,86		16.115,51	115.961,58	27.209,52	23.122,25
Auxílio financeiro - estudantes	225.541,95	83.888,83	96.080,29		5.659,06	40.720,59	9.554,78	8.119,51
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	22.974,52	8.545,22	9.787,09		18.763,34	135.014,44	31.680,13	26.921,31
Energia	13.429,79	4.995,12	5.721,05		9.224,17	66.373,94	15.574,15	13.234,68
Água e esgotos	3.323,42	1.236,12	1.415,77		2.282,67	16.425,31	3.854,08	3.275,14
Telecomunicações	1.369,89	509,52	583,57		940,90	6.770,39	1.588,62	1.349,99
Outros	510,79	189,98	217,59		470,93	3.388,62	795,11	675,68
Total custos diretos graduação	4.658.898,77	1.846.923,55	191.799,16	3.680.540,27	2.343.978,64	5.926.954,53	4.935.683,75	2.116.767,84
% em relação ao orçamento	0,63	0,25	0,03	0,50	0,32	0,80	0,67	0,29

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPARC	DPTH	DCCTA	DPCRE	DPPSI	DPFE	DCCE	DPEER
Pessoal - TA	0,00	1.737.808,77	3.229.588,86	61.273,85	70.102,33	1.059.228,38	7.076.668,53	8.770,96
Pessoal - D	2.170.171,98	0,00		1.335.147,92	1.959.357,94	16.630.422,82	1.726.476,70	3.801.301,30
Diárias	5.686,88	11.683,95		5.805,09	7.276,80	33.869,82		2.913,45
Passagens	4.348,29	8.933,76		5.060,97	6.344,04	29.528,28		5.042,16
Material de consumo	3.138,82	6.448,86		4.863,24	6.096,18	28.374,62		10.514,17
Equipamentos e Mat. Perm.	59.100,49	121.424,64		20.391,92	25.561,70	118.976,79		402.025,28
Serviço de terceiro - PF	2.815,32	5.784,20		7.495,90	9.396,27	43.734,87		0,00
Serviço de terceiro - PJ	19.268,54	39.588,09		2.931,78	3.675,05	17.105,51		71.520,71
Auxílio financeiro - estudantes	6.766,26	13.901,59		5.570,65	6.982,93	32.502,00		0,00
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Obras e instalações	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Obras em andamento	22.434,42	46.092,54		6.705,95	8.406,05	39.125,90		31.029,42
Energia	11.028,90	22.659,38		8.046,98	10.087,06	46.950,15		23.875,80
Água e esgotos	2.729,28	5.607,43		1.991,36	2.496,21	11.618,58		5.908,46
Telecomunicações	1.124,99	2.311,34		820,82	1.028,92	4.789,09		2.435,42
Outros	563,06	1.156,84		0,00	0,00	0,00		11,43
Total custos diretos graduação	2.309.177,24	2.023.401,40	3.229.588,86	1.466.106,43	2.116.811,46	18.096.226,82	8.803.145,23	4.365.348,56
% em relação ao orçamento	0,31	0,27	0,44	0,20	0,29	2,46	1,20	0,59

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPEE	DCCEAR	DPIN	DPSC	DPCC	DCCI	DPAR	DPENCA
Pessoal - TA	657.796,75	794.489,03	93.225,50	0,00	0,00	907.352,00	131.957,85	1.115.673,20
Pessoal - D	3.186.229,60	0,00	2.964.821,54	2.249.025,74	1.388.223,95		4.254.606,89	6.247.279,03
Diárias	7.228,02		3.710,27	2.390,37	1.278,33		1.998,73	4.731,90
Passagens	12.509,18		5.597,38	3.606,15	1.928,51		5.507,88	13.039,65
Material de consumo	26.084,78		5.102,62	3.287,40	1.758,05		18.502,84	43.804,63
Equipamentos e Mat. Perm.	997.390,95		143.328,28	92.340,35	49.382,01		53.376,58	126.366,60
Serviço de terceiro - PF	0,00		0,00	0,00	0,00		938,76	2.222,47
Serviço de terceiro - PJ	177.436,87		20.238,46	13.038,78	6.972,92		9.207,50	21.798,34
Auxílio financeiro - estudantes	0,00		0,00	0,00	0,00		5.108,27	12.093,59
Auxílio financeiro - professores	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras em andamento	76.981,38		8.719,74	5.617,76	3.004,28		81.581,86	193.141,30
Energia	59.233,86		9.723,86	6.264,67	3.350,24		28.834,33	68.263,94
Água e esgotos	14.658,38		2.406,33	1.550,30	829,07		7.135,52	16.893,02
Telecomunicações	6.042,08		991,87	639,02	341,74		2.941,21	6.963,18
Outros	28,35		0,00	0,00	0,00		310,94	736,13
Total custos diretos graduação	5.221.620,22	794.489,03	3.257.865,85	2.377.760,55	1.457.069,09	907.352,00	4.602.009,16	7.873.006,98
% em relação ao orçamento	0,71	0,11	0,44	0,32	0,20	0,12	0,62	1,07

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013

(continua)

Elementos de despesa	DPENA	DPEM	DPEP	DPEMC	DPEQ	DCCT	DPHG	DPTPOA
Pessoal - TA	1.047.720,72	588.155,83	188.504,10	1.575.378,06	1.551.161,41	5.945.388,31	0,00	479.057,27
Pessoal - D	2.379.273,31	2.113.154,32	3.932.912,35	3.469.859,58	2.924.393,52	267.784,91	0,00	1.790.552,11
Diárias	1.893,81	1.390,19	2.261,03	3.042,68	2.659,72		1.604,06	14.715,55
Passagens	5.218,75	3.830,94	6.230,70	8.384,70	7.329,38		1.138,32	10.442,85
Material de consumo	17.531,56	12.869,43	20.931,04	28.167,06	24.621,89		4.110,12	37.705,86
Equipamentos e Mat. Perm.	50.574,66	37.125,44	60.381,38	81.255,69	71.028,68		25.369,36	232.736,29
Serviço de terceiro - PF	889,48	652,94	1.061,96	1.429,08	1.249,22		324,89	2.980,49
Serviço de terceiro - PJ	8.724,17	6.404,17	10.415,83	14.016,67	12.252,50		433,95	3.980,97
Auxílio financeiro - estudantes	4.840,12	3.552,99	5.778,64	7.776,36	6.797,62		2.970,40	27.250,22
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras em andamento	77.299,35	56.743,29	92.288,14	124.192,85	108.561,68		6.319,58	57.975,26
Energia	27.320,71	20.055,37	32.618,36	43.894,77	38.370,09		5.872,73	53.875,96
Água e esgotos	6.760,95	4.963,03	8.071,94	10.862,48	9.495,30		1.453,30	13.332,48
Telecomunicações	2.786,82	2.045,72	3.327,20	4.477,43	3.913,89		599,04	5.495,55
Outros	294,62	216,27	351,74	473,34	413,77		390,90	3.586,05
Total custos diretos graduação	3.631.129,02	2.851.159,93	4.365.134,40	5.373.210,76	4.762.248,67	6.213.173,22	50.586,65	2.733.686,94
% em relação ao orçamento	0,49	0,39	0,59	0,73	0,65	0,84	0,01	0,37

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2013 (conclusão)

Elementos de despesa	DPTSC	DCTDR	TOTAL	Orçamento %	Total servidores %
Pessoal - TA	177.335,09	878.502,65	92.402.821,99	12,54	44,02
Pessoal - D	1.463.034,22	1.398.932,85	231.885.090,89	31,48	
Diárias	14.785,29		427.629,84	0,06	
Passagens	10.492,35		550.700,41	0,07	
Material de consumo	37.884,56		1.219.252,79	0,17	
Equipamentos e Mat. Perm.	233.839,31		8.820.955,71	1,20	
Serviço de terceiro - PF	2.994,62		396.079,45	0,05	
Serviço de terceiro - PJ	3.999,84		2.310.521,72	0,31	
Auxílio financeiro - estudantes	27.379,37		2.407.759,86	0,33	
Auxílio financeiro - professores	0,00		0,00	0,00	
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	
Obras em andamento	58.250,03		5.461.216,81	0,74	
Energia	54.131,30		1.522.985,70	0,21	
Água e esgotos	13.395,67		376.887,57	0,05	
Telecomunicações	5.521,60		155.350,33	0,02	
Outros	3.603,05		86.940,86	0,01	
Total custos diretos graduação	2.106.646,29	2.277.435,50	348.024.193,93	47,25	44,02%
% em relação ao orçamento	0,29	0,31	47,25	736.617.804,00*	

*total das despesas empenhadas da UFPB, excluindo as despesas com previdência de inativos e pensionistas, e com sentenças judiciais.

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DCBIO	DPSE	DPE	DPF	DPG	DPM	DPQ	DCCEEN
Pessoal - TA	3.008.497,33	1.976.010,99	103.513,35	483.964,55	1.017.042,41	157.907,46	1.555.987,48	5.543.010,21
Pessoal - D	1.990.232,20	8.686.050,68	3.661.808,91	5.941.486,62	4.402.834,54	6.624.473,80	6.605.781,85	
Diárias	6.882,22	13.414,09	2.704,99	7.671,53	10.332,18	8.181,49	6.740,30	
Passagens	8.272,66	6.873,93	1.386,15	3.931,20	5.294,63	4.192,53	3.454,01	
Material de consumo	29.188,67	24.191,69	4.878,32	13.835,24	18.633,60	14.754,93	12.155,82	
Equipamentos e Mat. Perm.	210.264,69	269.593,77	54.364,36	154.180,90	207.654,05	164.429,92	135.465,30	
Serviço de terceiro - PF	0,00	13.861,96	2.795,30	7.927,67	10.677,15	8.454,65	6.965,35	
Serviço de terceiro - PJ	10.572,21	244.668,35	49.338,08	139.926,03	188.455,29	149.227,47	122.940,79	
Auxílio financeiro - estudantes	0,00	20.033,81	4.039,87	11.457,35	15.431,00	12.218,97	10.066,57	
Auxílio financeiro - professores	0,00	37.186,36	7.498,74	21.266,91	28.642,72	22.680,61	18.685,38	
Obras e instalações	0,00	87.281,55	17.600,58	49.916,39	67.228,43	53.234,53	43.857,17	
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	19.903,91	61.736,87	12.449,42	35.307,37	47.552,70	37.654,39	31.021,50	
Água e esgotos	3.883,25	12.044,84	2.428,88	6.888,45	9.277,51	7.346,36	6.052,28	
Telecomunicações	1.931,89	5.992,22	1.208,35	3.426,96	4.615,50	3.654,76	3.010,97	
Outros	0,00	2.002,08	403,73	1.144,99	1.542,10	1.221,10	1.006,00	
Total custos diretos graduação	5.289.629,03	11.460.943,20	3.926.419,03	6.882.332,18	6.035.213,79	7.269.632,96	8.563.190,78	5.543.010,21
% em relação ao orçamento	0,66	1,43	0,49	0,86	0,75	0,91	1,07	0,69

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPCS	DPMD	DPFI	DPH	DPLCV	DPLEM	DPMI	DPPS
Pessoal - TA	54.500,54	108.113,92	377.451,56	385.730,10	240.876,86	195.734,39	0,00	460.207,83
Pessoal - D	2.818.301,24	2.101.315,69	2.850.456,87	4.139.835,31	6.547.469,26	8.547.800,89	0,00	4.673.187,26
Diárias	7.078,00	4.550,15	4.831,02	7.976,80	17.507,76	13.912,58	3.145,78	10.017,81
Passagens	10.882,24	6.995,73	7.427,56	12.264,11	26.917,72	21.390,23	4.836,55	15.402,12
Material de consumo	8.587,16	5.520,32	5.861,08	9.677,59	21.240,73	16.878,99	3.816,52	12.153,78
Equipamentos e Mat. Perm.	54.327,93	34.925,10	37.080,97	61.226,71	134.382,57	106.787,43	24.145,74	76.892,70
Serviço de terceiro - PF	1.161,27	746,53	792,61	1.308,73	2.872,46	2.282,60	516,12	1.643,60
Serviço de terceiro - PJ	16.553,24	10.641,37	11.298,24	18.655,24	40.945,18	32.537,19	7.356,99	23.428,53
Auxílio financeiro - estudantes	11.927,83	7.667,89	8.141,21	13.442,47	29.504,01	23.445,44	5.301,26	16.881,98
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	54.094,45	34.775,00	36.921,61	60.963,59	133.805,06	106.328,51	24.041,98	76.562,25
Energia	6.057,35	3.894,01	4.134,38	6.826,53	14.983,12	11.906,37	2.692,15	8.573,23
Água e esgotos	1.181,79	759,72	806,62	1.331,85	2.923,20	2.322,93	525,24	1.672,63
Telecomunicações	587,93	377,96	401,29	662,59	1.454,27	1.155,64	261,30	832,12
Outros	225,24	144,80	153,73	253,84	557,13	442,73	100,11	318,79
Total custos diretos graduação	3.045.466,19	2.320.428,17	3.345.758,75	4.720.155,47	7.215.439,32	9.082.925,93	76.739,74	5.377.774,63
% em relação ao orçamento	0,38	0,29	0,42	0,59	0,90	1,14	0,01	0,67

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPSS	DCCCHLA	DCCCJ	DCCCM	DPEF	DPEC	DPCF	DPFS
Pessoal - TA	317.144,66	6.837.581,12	4.453.747,72	1.285.636,05	2.441.120,01	236.049,59	3.693.840,93	583.744,16
Pessoal - D	4.627.433,45	100.959,96	10.146.652,24	7.552.352,31	4.010.652,78	8.508.714,21	6.797.869,34	5.769.587,04
Diárias	15.916,15		14.883,63	8.212,13	19.070,69	15.611,36	14.044,31	11.678,95
Passagens	24.470,65		44.272,04	9.271,75	29.121,44	23.838,94	21.446,02	17.834,06
Material de consumo	19.309,75		33.906,12	28.460,38	126.707,55	103.723,39	93.311,76	77.596,10
Equipamentos e Mat. Perm.	122.165,97		82.830,44	12.014,41	256.122,21	209.662,84	188.617,13	156.850,04
Serviço de terceiro - PF	2.611,32		6.562,62	0,00	2.980,77	2.440,07	2.195,14	1.825,43
Serviço de terceiro - PJ	37.222,89		144.101,43	45.290,28	25.007,12	20.470,95	18.416,10	15.314,44
Auxílio financeiro - estudantes	26.821,83		86.841,80	0,00	93.161,25	76.262,23	68.607,12	57.052,24
Auxílio financeiro - professores	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	121.640,96		103.935,63	0,00	97.991,79	80.216,53	72.164,50	60.010,48
Energia	13.621,02		38.151,56	47.290,96	69.920,33	57.237,11	51.491,72	42.819,43
Água e esgotos	2.657,46		7.443,36	9.226,45	13.641,43	11.166,94	10.046,02	8.354,06
Telecomunicações	1.322,07		3.703,02	4.590,09	6.786,51	5.555,47	4.997,82	4.156,08
Outros	506,49		0,00	2.263,81	1.940,23	1.588,28	1.428,85	1.188,20
Total custos diretos graduação	5.332.844,67	6.938.541,08	15.167.031,63	9.004.608,62	7.194.224,14	9.352.537,92	11.038.476,77	6.808.010,70
% em relação ao orçamento	0,67	0,87	1,90	1,13	0,90	1,17	1,38	0,85

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPFN	DPN	DPCOS	DPTO	DCCCS	DPA	DPCI	DPFC
Pessoal - TA	362.014,19	578.216,38	2.454.732,74	266.755,39	16.302.210,84	658.351,34	674.526,04	864.510,08
Pessoal - D	2.690.504,27	3.605.402,18	11.171.955,26	1.691.506,87	13.479.930,68	4.643.101,48	4.669.037,86	4.836.794,62
Diárias	8.810,96	10.910,21	11.649,39	7.273,47		7.764,27	6.257,97	8.613,27
Passagens	13.454,56	16.660,17	17.788,91	11.106,78		4.163,23	3.355,55	4.618,46
Material de consumo	58.540,85	72.488,51	77.399,65	48.325,67		30.995,92	24.982,60	34.385,24
Equipamentos e Mat. Perm.	118.332,43	146.525,73	156.452,95	97.683,82		109.432,06	88.201,86	121.398,18
Serviço de terceiro - PF	1.377,16	1.705,28	1.820,81	1.136,85		722,08	581,99	801,04
Serviço de terceiro - PJ	11.553,68	14.306,40	15.275,67	9.537,60		22.642,93	18.250,12	25.118,88
Auxílio financeiro - estudantes	43.041,94	53.296,90	56.907,80	35.531,27		0,00	0,00	0,00
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	45.273,73	56.060,42	59.858,55	37.373,61		0,00	0,00	0,00
Energia	32.304,28	40.000,93	42.711,02	26.667,29		20.831,79	16.790,35	23.109,69
Água e esgotos	6.302,55	7.804,17	8.332,91	5.202,78		4.064,27	3.275,79	4.508,69
Telecomunicações	3.135,47	3.882,52	4.145,56	2.588,34		2.021,95	1.629,68	2.243,04
Outros	896,41	1.109,99	1.185,19	739,99		144,42	116,40	160,21
Total custos diretos graduação	3.395.542,49	4.608.369,79	14.080.216,41	2.241.429,75	29.782.141,51	5.504.235,74	5.507.006,22	5.926.261,41
% em relação ao orçamento	0,42	0,58	1,76	0,28	3,72	0,69	0,69	0,74

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPEC	DPRI	DPGP	DCCCSA	DPAV	DPCMS	DPMU	DPEM
Pessoal - TA	786.785,02	170.428,93	0,00	3.972.129,70	234.424,94	615.497,18	855.178,73	209.908,39
Pessoal - D	3.641.769,14	1.838.670,56	92.589,37		2.230.361,13	5.142.803,12	5.648.399,46	1.867.956,89
Diárias	4.916,00	1.937,64	2.225,21		7.191,73	41.341,15	10.991,14	9.136,67
Passagens	2.635,98	1.038,97	1.193,16		4.221,22	24.265,41	6.451,31	5.362,81
Material de consumo	19.625,28	7.735,31	8.883,31		1.526,73	8.776,30	2.333,31	1.939,62
Equipamentos e Mat. Perm.	69.287,67	27.309,77	31.362,80		45.498,17	261.542,91	69.534,93	57.802,70
Serviço de terceiro - PF	457,19	180,20	206,94		1.163,56	6.688,65	1.778,27	1.478,24
Serviço de terceiro - PJ	14.336,53	5.650,75	6.489,38		7.229,84	41.560,20	11.049,38	9.185,08
Auxílio financeiro - estudantes	0,00	0,00	0,00		6.243,10	35.888,00	9.541,34	7.931,48
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	13.189,79	5.198,76	5.970,31		10.996,58	63.213,05	16.806,09	13.970,50
Água e esgotos	2.573,32	1.014,28	1.164,81		2.145,43	12.332,84	3.278,86	2.725,64
Telecomunicações	1.280,21	504,60	579,48		1.067,34	6.135,50	1.631,21	1.355,99
Outros	91,44	36,04	41,39		358,68	2.061,82	548,16	455,68
Total custos diretos graduação	4.556.947,58	2.059.705,81	150.706,17	3.972.129,70	2.552.428,44	6.262.106,13	6.637.522,19	2.189.209,68
% em relação ao orçamento	0,57	0,26	0,02	0,50	0,32	0,78	0,83	0,27

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPARC	DPTH	DCCTA	DPCRE	DPPSI	DPFE	DCCE	DPEER
Pessoal - TA	0,00	165.323,49	3.683.098,90	67.404,99	75.829,85	1.022.030,22	7.958.908,09	30.099,71
Pessoal - D	2.366.012,38	2.272.799,90		1.533.198,46	2.195.319,21	17.914.711,39	3.694.851,73	3.667.896,56
Diárias	8.955,74	16.011,78		4.515,82	6.492,63	28.690,89		7.987,94
Passagens	5.256,62	9.398,20		4.122,23	5.926,73	26.190,20		13.156,51
Material de consumo	1.901,21	3.399,14		3.933,28	5.655,08	24.989,79		20.554,46
Equipamentos e Mat. Perm.	56.658,09	101.297,80		14.708,15	21.146,65	93.446,94		69.583,79
Serviço de terceiro - PF	1.448,96	2.590,57		0,00	0,00	0,00		688,50
Serviço de terceiro - PJ	9.003,19	16.096,62		18.355,38	26.390,47	116.619,33		6.510,05
Auxílio financeiro - estudantes	7.774,42	13.899,73		1.928,52	2.772,73	12.252,68		48.548,42
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		18.421,53
Obras e instalações	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Obras em andamento	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		67.183,97
Energia	13.693,86	24.482,95		8.085,04	11.624,27	51.367,58		27.630,95
Água e esgotos	2.671,67	4.776,62		1.577,39	2.267,89	10.021,80		5.390,79
Telecomunicações	1.329,13	2.376,33		784,74	1.128,26	4.985,77		2.681,88
Outros	446,65	798,56		0,00	0,00	0,00		0,00
Total custos diretos graduação	2.475.151,94	2.633.251,69	3.683.098,90	1.658.613,99	2.354.553,78	19.305.306,59	11.653.759,82	3.986.335,06
% em relação ao orçamento	0,31	0,33	0,46	0,21	0,29	2,41	1,46	0,50

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPEE	DCCEAR	DPIN	DPSC	DPCC	DCCI	DPAR	DPENCA
Pessoal - TA	654.244,81	760.375,67	109.630,55	0,00	0,00	1.091.725,18	130.394,05	1.286.825,58
Pessoal - D	3.664.968,06	0,00	3.464.098,45	2.962.019,88	1.512.507,58		4.961.520,44	7.439.560,72
Diárias	16.429,74		6.284,49	4.827,22	2.750,60		1.836,80	4.442,26
Passagens	27.060,55		4.024,06	3.090,95	1.761,26		11.305,32	27.341,68
Material de consumo	42.276,78		7.203,55	5.533,16	3.152,86		13.917,71	33.659,69
Equipamentos e Mat. Perm.	143.121,21		16.900,54	12.981,57	7.397,05		82.330,54	199.114,61
Serviço de terceiro - PF	1.416,12		567,12	435,62	248,22		0,00	0,00
Serviço de terceiro - PJ	13.389,99		2.612,57	2.006,75	1.143,47		15.386,24	37.211,29
Auxílio financeiro - estudantes	99.855,26		0,00	0,00	0,00		1.549,88	3.748,35
Auxílio financeiro - professores	37.889,74		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras em andamento	138.185,22		55.423,47	42.571,65	24.257,81		0,00	0,00
Energia	56.831,83		8.978,94	6.896,86	3.929,91		28.549,84	69.047,17
Água e esgotos	11.087,87		1.751,79	1.345,58	766,72		5.570,06	13.471,08
Telecomunicações	5.516,13		871,50	669,41	381,44		2.771,07	6.701,76
Outros	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total custos diretos graduação	4.912.273,34	760.375,67	3.678.347,03	3.042.378,66	1.558.296,92	1.091.725,18	5.255.131,96	9.121.124,19
% em relação ao orçamento	0,61	0,10	0,46	0,38	0,19	0,14	0,66	1,14

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (continua)

Elementos de despesa	DPENA	DPEM	DPEP	DPEMC	DPEQ	DCCT	DPHG	DPTPOA
Pessoal - TA	1.093.176,95	543.123,53	246.097,61	1.612.670,71	1.588.490,60	6.314.711,92	116.754,09	447.299,42
Pessoal - D	2.642.548,45	2.097.323,03	4.576.008,60	4.102.461,42	3.361.700,84	283.197,38	1.071.056,02	2.184.196,53
Diárias	1.622,18	1.347,65	2.136,28	2.745,22	2.635,41		1.377,90	6.684,30
Passagens	9.984,32	8.294,67	13.148,58	16.896,54	16.220,68		806,75	3.913,61
Material de consumo	12.291,46	10.211,37	16.186,91	20.800,93	19.968,89		9.278,18	45.009,02
Equipamentos e Mat. Perm.	72.710,39	60.405,56	95.753,99	123.048,36	118.126,42		15.571,83	75.539,94
Serviço de terceiro - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		10,09	48,97
Serviço de terceiro - PJ	13.588,39	11.288,82	17.894,87	22.995,74	22.075,91		1.425,57	6.915,52
Auxílio financeiro - estudantes	1.368,78	1.137,14	1.802,58	2.316,40	2.223,74		9.873,02	47.894,65
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1.892,32	9.179,77
Energia	25.213,85	20.946,89	33.204,71	42.669,60	40.962,81		11.826,79	57.372,51
Água e esgotos	4.919,21	4.086,73	6.478,23	8.324,82	7.991,83		2.307,40	11.193,36
Telecomunicações	2.447,27	2.033,12	3.222,87	4.141,54	3.975,88		1.147,92	5.568,61
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total custos diretos graduação	3.879.871,26	2.760.198,51	5.011.935,22	5.959.071,28	5.184.373,02	6.597.909,30	1.243.327,88	2.900.816,20
% em relação ao orçamento	0,48	0,34	0,63	0,74	0,65	0,82	0,16	0,36

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2014 (conclusão)

Elementos de despesa	DPTSC	DCTDR	TOTAL	Orçamento %	Total servidores %
Pessoal - TA	158.204,71	749.334,26	94.428.838,03	11,80	44,97
Pessoal - D	1.496.434,62	1.571.371,76	265.391.802,75	33,16	
Diárias	5.628,88		496.786,75	0,06	
Passagens	3.295,67		637.287,92	0,08	
Material de consumo	37.902,33		1.420.153,64	0,18	
Equipamentos e Mat. Perm.	63.612,58		5.597.807,22	0,70	
Serviço de terceiro - PF	41,24		108.215,05	0,01	
Serviço de terceiro - PJ	5.823,59		1.951.287,62	0,24	
Auxílio financeiro - estudantes	40.332,33		1.145.966,62	0,14	
Auxílio financeiro - professores	0,00		192.272,00	0,02	
Obras e instalações	0,00		319.118,65	0,04	
Obras em andamento	7.730,33		1.608.443,18	0,20	
Energia	48.313,69		1.548.615,93	0,19	
Água e esgotos	9.425,98		302.134,41	0,04	
Telecomunicações	4.689,36		150.309,66	0,02	
Outros	0,00		27.623,24	0,00	
Total custos diretos graduação	1.881.435,33	2.320.706,02	375.326.662,66	46,90	44,97
% em relação ao orçamento	0,24	0,29	46,90	800.220.082,00*	

*total das despesas empenhadas da UFPB, excluindo as despesas com previdência de inativos e pensionistas, e com sentenças judiciais.

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015

(continua)

Elementos de despesa	DCBIO	DPSE	DPE	DPF	DPG	DPM	DPQ	DCCEEN
Pessoal - TA	3.070.874,49	1.946.307,81	115.503,32	543.561,25	890.278,06	171.429,89	1.185.987,06	5.490.084,43
Pessoal - D	2.272.287,56	8.486.616,62	4.051.741,84	6.731.272,52	4.288.594,93	7.071.562,31	4.778.597,13	
Diárias	12.542,23	29.261,68	4.630,98	16.182,98	21.679,09	17.099,00	13.129,59	
Passagens	12.082,99	26.418,67	4.181,04	14.610,67	19.572,78	15.437,69	11.853,94	
Material de consumo	5.415,08	41.954,62	6.639,77	23.202,73	31.082,90	24.516,09	18.824,85	
Equipamentos e Mat. Perm.	48.457,96	292.438,25	46.281,53	161.731,07	216.658,60	170.885,66	131.215,77	
Serviço de terceiro - PF	0,00	2.885,80	456,71	1.595,97	2.138,00	1.686,31	1.294,85	
Serviço de terceiro - PJ	14,67	478.195,23	75.679,59	264.462,75	354.280,29	279.432,34	214.564,12	
Auxílio financeiro - estudantes	0,00	34.081,12	5.393,71	18.848,34	25.249,66	19.915,23	15.292,05	
Auxílio financeiro - professores	0,00	139,18	22,03	76,97	103,12	81,33	62,45	
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	26.955,57	77.354,55	12.242,20	42.780,43	57.309,64	45.201,97	34.708,65	
Água e esgotos	4.658,72	13.369,16	2.115,81	7.393,73	9.904,80	7.812,24	5.998,68	
Telecomunicações	1.776,07	5.096,79	806,62	2.818,75	3.776,06	2.978,30	2.286,91	
Outros	0,00	1.069,43	169,25	591,44	792,31	624,92	479,85	
Total custos diretos graduação	5.455.065,33	11.435.188,91	4.325.864,41	7.829.129,61	5.921.420,24	7.828.663,27	6.414.295,91	5.490.084,43
% em relação ao orçamento	0,61	1,29	0,49	0,88	0,67	0,88	0,72	0,62

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (continua)

Elementos de despesa	DPCS	DPMD	DPFI	DPH	DPLCV	DPLEM	DPMI	DPPS
Pessoal - TA	34.078,65	120.477,40	404.488,62	263.325,50	199.222,36	268.073,87	0,00	578.709,20
Pessoal - D	3.090.427,04	1.985.852,41	3.166.855,14	4.599.369,18	6.287.575,66	7.826.338,92	1.772.661,17	5.315.371,64
Diárias	5.479,53	3.999,89	4.243,79	6.633,97	13.967,10	11.446,84	3.073,09	8.422,54
Passagens	6.757,79	4.932,98	5.233,78	8.181,53	17.225,34	14.117,16	3.789,98	10.387,34
Material de consumo	8.302,47	6.060,56	6.430,11	10.051,66	21.162,68	17.344,04	4.656,28	12.761,66
Equipamentos e Mat. Perm.	14.291,51	10.432,38	11.068,50	17.302,48	36.428,51	29.855,26	8.015,12	21.967,36
Serviço de terceiro - PF	863,16	630,08	668,50	1.045,02	2.200,17	1.803,17	484,09	1.326,76
Serviço de terceiro - PJ	31.610,60	23.074,80	24.481,80	38.270,40	80.574,20	66.035,20	17.728,20	48.588,40
Auxílio financeiro - estudantes	6.335,80	4.624,95	4.906,95	7.670,64	16.149,71	13.235,62	3.553,31	9.738,71
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	7.382,27	5.388,84	5.717,43	8.937,59	18.817,13	15.421,72	4.140,21	11.347,23
Água e esgotos	1.275,88	931,35	988,14	1.544,68	3.252,16	2.665,33	715,55	1.961,14
Telecomunicações	486,41	355,06	376,71	588,89	1.239,84	1.016,12	272,79	747,65
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total custos diretos graduação	3.207.291,11	2.166.760,70	3.635.459,47	4.962.921,53	6.697.814,85	8.267.353,24	1.819.089,79	6.021.329,65
% em relação ao orçamento	0,36	0,24	0,41	0,56	0,75	0,93	0,20	0,68

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (continua)

Elementos de despesa	DPSS	DCCCHLA	DCCCJ	DCCCM	DPEF	DPEC	DPCF	DPFS
Pessoal - TA	174.836,07	6.525.290,73	4.546.178,17	1.246.913,26	2.373.431,94	255.168,70	4.061.435,84	655.522,37
Pessoal - D	4.966.439,82		11.210.493,79	5.833.425,91	4.449.727,34	9.005.562,10	7.221.683,81	6.525.562,86
Diárias	12.097,23		9.797,78	4.636,81	17.074,50	13.450,98	11.309,80	10.376,47
Passagens	14.919,27		36.646,64	8.900,85	23.863,50	18.799,22	15.806,69	14.502,26
Material de consumo	18.329,49		41.155,91	37.439,55	72.705,04	57.275,68	48.158,32	44.184,09
Equipamentos e Mat. Perm.	31.551,58		217.818,58	258.352,95	255.986,49	201.661,39	169.560,19	155.567,35
Serviço de terceiro - PF	1.905,62		900,45	322,49	7.198,07	5.670,51	4.767,86	4.374,39
Serviço de terceiro - PJ	69.787,20		200.894,70	12.805,49	141.496,09	111.467,98	93.724,10	85.989,58
Auxílio financeiro - estudantes	13.987,64		64.638,66	34.282,79	69.113,76	54.446,53	45.779,53	42.001,61
Auxílio financeiro - professores	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	268.966,08	211.886,46	178.157,59	163.455,27
Obras em andamento	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	16.297,95		50.063,39	46.739,45	93.799,91	73.893,82	62.131,13	57.003,80
Água e esgotos	2.816,77		8.652,44	8.077,96	16.211,40	12.771,04	10.738,10	9.851,95
Telecomunicações	1.073,85		3.298,61	3.079,60	6.180,35	4.868,77	4.093,74	3.755,91
Outros	0,00		219,95	0,00	1.116,54	879,59	739,57	678,54
Total custos diretos graduação	5.324.042,51	6.525.290,73	16.390.759,07	7.494.977,12	7.796.871,03	10.027.802,76	11.928.086,27	7.772.826,45
% em relação ao orçamento	0,60	0,73	1,84	0,84	0,88	1,13	1,34	0,87

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (continua)

Elementos de despesa	DPFN	DPN	DPCOS	DPTO	DCCCS	DPA	DPCI	DPFC
Pessoal - TA	353.737,31	657.549,46	2.466.364,10	304.630,63	13.318.557,03	548.237,55	693.337,08	934.913,65
Pessoal - D	2.925.866,11	3.600.922,93	12.800.660,60	2.049.562,93	15.071.322,75	4.935.852,41	4.654.688,34	5.540.435,14
Diárias	7.686,27	9.745,09	10.019,60	6.478,43		5.984,83	4.963,61	7.492,91
Passagens	10.742,41	13.619,84	14.003,50	9.054,32		12.232,16	10.144,93	15.314,47
Material de consumo	32.728,96	41.495,64	42.664,54	27.585,84		19.682,31	16.323,82	24.641,94
Equipamentos e Mat. Perm.	115.235,08	146.101,62	150.217,15	97.126,71		70.334,41	58.332,90	88.057,56
Serviço de terceiro - PF	3.240,29	4.108,23	4.223,95	2.731,10		1.423,46	1.180,57	1.782,15
Serviço de terceiro - PJ	63.695,99	80.757,41	83.032,27	53.686,62		29.929,77	24.822,71	37.471,60
Auxílio financeiro - estudantes	31.112,30	39.445,96	40.557,11	26.223,23		15.122,98	12.542,47	18.933,73
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00		16.274,07	13.497,15	20.374,88
Obras e instalações	121.077,98	153.509,58	157.833,79	102.051,44		0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Energia	42.225,04	53.535,32	55.043,35	35.589,68		25.891,47	21.473,48	32.415,71
Água e esgotos	7.297,74	9.252,49	9.513,12	6.150,95		4.474,81	3.711,25	5.602,40
Telecomunicações	2.782,15	3.527,37	3.626,74	2.344,96		1.705,96	1.414,86	2.135,83
Outros	502,62	637,25	655,20	423,64		793,86	658,40	993,90
Total custos diretos graduação	3.717.930,25	4.814.208,19	15.838.415,03	2.723.640,46	28.389.879,78	5.687.940,04	5.517.091,56	6.730.565,86
% em relação ao orçamento	0,42	0,54	1,78	0,31	3,19	0,64	0,62	0,76

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (continua)

Elementos de despesa	DPEC	DPRI	DPGP	DCCCSA	DPAV	DPCMS	DPMU	DPEM
Pessoal - TA	842.879,69	185.042,59	96.350,73	3.957.579,53	0,00	869.200,54	792.945,72	59.897,13
Pessoal - D	3.918.557,75	2.130.630,49	201.014,85		2.059.203,13	6.412.864,33	5.987.647,99	2.079.760,87
Diárias	3.722,71	1.573,39	1.727,76		5.812,11	27.994,98	7.652,61	6.813,08
Passagens	7.608,69	3.215,80	3.531,31		5.963,30	28.723,22	7.851,67	6.990,31
Material de consumo	12.242,87	5.174,42	5.682,10		1.365,36	6.576,50	1.797,73	1.600,51
Equipamentos e Mat. Perm.	43.749,68	18.490,69	20.304,87		38.873,62	187.241,27	51.183,60	45.568,52
Serviço de terceiro - PF	885,43	374,22	410,94		1.963,41	9.457,11	2.585,16	2.301,56
Serviço de terceiro - PJ	18.617,03	7.868,44	8.640,44		15.089,56	72.681,38	19.867,92	17.688,32
Auxílio financeiro - estudantes	9.406,85	3.975,78	4.365,86		8.217,46	39.580,77	10.819,66	9.632,69
Auxílio financeiro - professores	10.122,86	4.278,40	4.698,17		0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00		42.399,54	204.224,44	55.826,06	49.701,68
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	16.105,11	6.806,78	7.474,62		16.770,48	80.777,82	22.081,13	19.658,73
Água e esgotos	2.783,44	1.176,41	1.291,84		2.898,44	13.960,80	3.816,27	3.397,61
Telecomunicações	1.061,14	448,49	492,49		1.104,99	5.322,35	1.454,90	1.295,29
Outros	493,80	208,70	229,18		82,72	398,44	108,92	96,97
Total custos diretos graduação	4.888.237,05	2.369.264,62	356.215,16	3.957.579,53	2.199.744,11	7.959.003,93	6.965.639,34	2.304.403,26
% em relação ao orçamento	0,55	0,27	0,04	0,44	0,25	0,89	0,78	0,26

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (continua)

Elementos de despesa	DPARC	DPTH	DCCTA	DPCRE	DPPSI	DPFE	DCCE	DPEER
Pessoal - TA	0,00	133.372,42	3.990.564,56	69.242,22	0,00	1.129.319,86	5.857.036,59	30.420,44
Pessoal - D	2.619.720,75	2.093.739,11		1.616.923,83	2.436.411,69	20.233.012,77	3.403.168,62	3.176.561,36
Diárias	7.135,98	11.010,71		4.807,35	6.320,41	29.093,06		5.871,45
Passagens	7.321,60	11.297,14		3.158,40	4.152,48	19.114,01		2.945,24
Material de consumo	1.676,36	2.586,60		8.285,14	10.892,82	50.139,97		40.011,97
Equipamentos e Mat. Perm.	47.728,17	73.643,91		24.615,84	32.363,45	148.969,94		68.060,28
Serviço de terceiro - PF	2.410,64	3.719,58		1.592,60	2.093,85	9.638,07		0,00
Serviço de terceiro - PJ	18.526,63	28.586,33		19.863,37	26.115,18	120.208,97		50.179,88
Auxílio financeiro - estudantes	10.089,21	15.567,52		5.856,93	7.700,35	35.444,95		70.760,28
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		33.930,18
Obras e instalações	52.057,21	80.323,57		0,00	0,00	0,00		0,00
Obras em andamento	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Energia	20.590,42	31.770,74		8.515,77	11.196,03	51.535,68		35.055,16
Água e esgotos	3.558,64	5.490,93		1.471,78	1.935,01	8.906,89		6.058,57
Telecomunicações	1.356,68	2.093,33		561,09	737,69	3.395,62		2.309,74
Outros	101,56	156,71		0,00	0,00	0,00		0,00
Total custos diretos graduação	2.792.273,84	2.493.358,61	3.990.564,56	1.764.894,31	2.539.918,97	21.838.779,79	9.260.205,21	3.522.164,55
% em relação ao orçamento	0,31	0,28	0,45	0,20	0,29	2,46	1,04	0,40

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015

(continua)

Elementos de despesa	DPEE	DCCEAR	DPIN	DPSC	DPCC	DCCI	DPAR	DPENCA
Pessoal - TA	467.570,60	688.912,55	112.794,21	0,00	0,00	1.225.491,04	177.198,15	1.396.323,33
Pessoal - D	3.692.807,87	120.879,39	3.262.492,75	3.078.797,92	2.241.708,50	120.802,10	5.357.830,23	7.694.430,30
Diárias	11.037,21		4.725,66	4.048,55	1.960,79		2.487,58	5.899,85
Passagens	5.536,49		1.990,08	1.704,94	825,74		10.503,55	24.911,56
Material de consumo	75.214,80		14.051,29	12.037,97	5.830,24		26.271,44	62.308,70
Equipamentos e Mat. Perm.	127.940,23		46.089,05	39.485,25	19.123,52		51.642,62	122.482,23
Serviço de terceiro - PF	0,00		0,00	0,00	0,00		100,77	239,00
Serviço de terceiro - PJ	94.328,53		42.720,23	36.599,12	17.725,71		23.309,93	55.284,80
Auxílio financeiro - estudantes	133.015,71		0,00	0,00	0,00		13.686,14	32.459,81
Auxílio financeiro - professores	63.782,21		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras e instalações	0,00		0,00	0,00	0,00		5.919,12	14.038,54
Obras em andamento	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Energia	65.896,95		11.692,94	10.017,54	4.851,70		39.361,59	93.354,98
Água e esgotos	11.388,95		2.020,89	1.731,33	838,52		6.802,85	16.134,51
Telecomunicações	4.341,86		770,43	660,04	319,67		2.593,48	6.151,04
Outros	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total custos diretos graduação	4.752.861,44	809.791,94	3.499.347,53	3.185.082,65	2.293.184,38	1.346.293,15	5.717.707,45	9.524.018,66
% em relação ao orçamento	0,53	0,09	0,39	0,36	0,26	0,15	0,64	1,07

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (continua)

Elementos de despesa	DPENA	DPEM	DPEP	DPEMC	DPEQ	DCCT	DPHG	DPTPOA
Pessoal - TA	1.100.955,85	677.345,97	268.971,99	1.453.538,45	1.705.445,58	6.249.347,95	177.152,66	237.947,06
Pessoal - D	2.473.090,34	2.559.673,85	4.432.173,86	4.366.544,17	3.771.036,69	203.262,01	1.290.575,07	2.360.560,35
Diárias	1.921,03	1.621,48	2.793,64	3.568,56	3.405,76		4.726,34	14.751,92
Passagens	8.111,38	6.846,55	11.795,87	15.067,92	14.380,51		3.276,24	10.225,85
Material de consumo	20.288,15	17.124,58	29.503,79	37.687,82	35.968,49		15.628,09	48.778,59
Equipamentos e Mat. Perm.	39.881,08	33.662,33	57.996,55	74.084,17	70.704,42		57.974,55	180.950,88
Serviço de terceiro - PF	77,82	65,69	113,17	144,56	137,97		0,00	0,00
Serviço de terceiro - PJ	18.001,12	15.194,17	26.177,90	33.439,37	31.913,85		58.235,27	181.764,64
Auxílio financeiro - estudantes	10.569,14	8.921,07	15.370,04	19.633,53	18.737,84		34.650,42	108.151,31
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Obras e instalações	4.571,05	3.858,27	6.647,39	8.491,30	8.103,93		0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Energia	30.397,04	25.657,16	44.204,51	56.466,37	53.890,35		22.489,02	70.193,02
Água e esgotos	5.253,51	4.434,32	7.639,85	9.759,06	9.313,85		3.886,77	12.131,43
Telecomunicações	2.002,82	1.690,52	2.912,58	3.720,50	3.550,77		1.481,77	4.624,93
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		21,57	67,31
Total custos diretos graduação	3.715.120,35	3.356.095,97	4.906.301,14	6.082.145,79	5.726.590,00	6.452.609,96	1.670.097,79	3.230.147,29
% em relação ao orçamento	0,42	0,38	0,55	0,68	0,64	0,73	0,19	0,36

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE N - Apuração dos custos diretos dos departamentos, por elemento de despesa (R\$), em 2015 (conclusão)

Elementos de despesa	DPTSC	DCTDR	TOTAL	Orçamento %	Total servidores %
Pessoal - TA	416.591,94	863.532,52	89.631.477,66	10,08	41,72
Pessoal - D	1.815.648,70	1.739.475,65	281.468.338,18	31,65	
Diárias	13.176,47		498.567,06	0,06	
Passagens	9.133,77		629.517,36	0,07	
Material de consumo	43.569,22		1.355.072,17	0,15	
Equipamentos e Mat. Perm.	161.626,03		5.117.370,67	0,58	
Serviço de terceiro - PF	0,00		101.219,33	0,01	
Serviço de terceiro - PJ	162.352,88		4.307.535,14	0,48	
Auxílio financeiro - estudantes	96.601,17		1.416.398,58	0,16	
Auxílio financeiro - professores	0,00		167.442,99	0,02	
Obras e instalações	0,00		1.893.100,27	0,21	
Obras em andamento	0,00		0,00	0,00	
Energia	62.696,67		1.959.317,27	0,22	
Água e esgotos	10.835,84		338.628,10	0,04	
Telecomunicações	4.131,00		129.096,87	0,01	
Outros	60,12		14.052,26	0,00	
Total custos diretos graduação	2.796.423,84	2.603.008,17	389.027.133,93	43,74	41,72
% em relação ao orçamento	0,31	0,29	43,74	889.431.368,00*	

*total das despesas empenhadas da UFPB, excluindo as despesas com previdência de inativos e pensionistas, e com sentenças judiciais.

Fonte: SIAFI Gerencia e LOA.

Fonte: Dados da pesquisa.